



**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM SERVIÇO SOCIAL  
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**VIVIAN PILGER SANTOS**

**O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E A CONCEPÇÃO DE INTELLECTUAL  
ORGÂNICO EM GRAMSCI**

**TOLEDO - PR  
2019**

VIVIAN PILGER SANTOS

**O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E A CONCEPÇÃO DE INTELLECTUAL  
ORGÂNICO EM GRAMSCI**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), *campus* de Toledo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social, junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Serviço Social.

Orientadora: Dra. Esther Luiza de Souza Lemos.

TOLEDO - PR  
2019

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Santos, Vivian Pilger

O Serviço Social brasileiro e a concepção de intelectual orgânico em Gramsci. / Vivian Pilger Santos; orientador(a), Esther Luiza de Souza Lemos, 2019.  
98 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Toledo, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2019.

1. Antonio Gramsci. 2. Intelectual Orgânico. 3. Serviço Social. I. Lemos, Esther Luiza de Souza. II. Título.

VIVIAN PILGER SANTOS

**O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E A CONCEPÇÃO DE INTELLECTUAL  
ORGÂNICO EM GRAMSCI.**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), *campus* de Toledo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social, junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Serviço Social.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Esther Luiza de Souza Lemos  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

---

Prof. Dr. Alfredo Aparecido Batista  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

---

Profa. Dra. Maria Lucia Duriguetto  
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

**Toledo, 17 de dezembro de 2019.**

## AGRADECIMENTOS

No dicionário formal, o verbo agradecer tem como sinônimos: mostrar ou manifestar gratidão, render graças; penhorar, reconhecer. Aqui, quero usar no sentido de “manifestar gratidão” pois, este trabalho só foi possível ser construído – pensando em todo o processo do pré-mestrado e mestrado propriamente dito – pelas mãos que me sustentaram ao longo desses mais de 2 anos de estudos.

De início, destaco a parceria e o incentivo que recebi da minha mãe, a Neli. Desde que me conheço por gente, ela se dedicou a despertar em mim o amor pelo estudo. Somos parceiras de horas devaneando pelo campo do humano genérico, discutindo de política até a espiritualidade – precisamos retomar esses momentos! Atualmente, sem o seu apoio concreto em relação as crianças – Lorena (11 meses) e João Ricardo (9 anos) e sem seu amor, o qual me sustentou nos dias mais nebulosos do mestrado e da vida pessoal, não poderia ter chegado até aqui. Amo você!!!!

Também, como meu apoiador no período pré-mestrado e mestrado destaco meu esposo Valter. Dentro desse momento, tivemos que fazer umas escolhas delicadas em nossas vidas, pois minha saúde frágil e mediada por dores – físicas e emocionais – além de incertezas, bancou comigo tratamentos convencionais e não convencionais. E, como um resultado inesperado, devido as pequeninas possibilidades, veio a Lorena. Foi meu grande incentivador possibilitando espaço e condições para que o estudo pudesse acontecer da melhor forma possível e nas horas de aperto me dizia: “- Chegou até aqui e vai desistir agora? Não senhora, continua. Falta pouco e eu sei que você consegue! ”. Amor, grata por estar comigo nessa empreitada e não me deixar desistir desse sonho que tanto almejei. Love you!!!!

Neste contexto, ainda preciso falar do nosso pequeno–grande João Ricardo. Menino doce que me fez acreditar na possibilidade de ser cuidadora de alguém; que me deu um ânimo a mais para lutar pelas coisas que quero, pois, exemplos ensinam mais que palavras; garoto carinhoso que nos dias em que o meu céu estava escuro e o dele também, renovávamos as forças sentados no sofá assistindo “Caçadores de Trolls”, sem ele minha vida não teria cor e eu também não teria chegado até aqui. Amor, amo você!

Isso posto, no início da lapidação do objeto, quando participava do Grupo de Estudos e Pesquisa Marxista (GPEM) na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), mas ainda não havia ingressado no mestrado como aluna regular, as mãos generosas do Professor

Dr. Alfredo Batista ensinaram como utilizar as ferramentas corretas para que a “pedra ainda bruta” pudesse ser calmamente lapidada e sua beleza, aos poucos, desvelada. Professor, obrigada por me apresentar ao mundo gramsciano.

De forma paralela, preciso destacar a importância do Professor Dr. José Alfonso Klein, que vai desde a trajetória de construção do objeto de pesquisa como também na vivência de militância junto a classe trabalhadora. Foi ele, que me apresentou a Intersindical – Instrumento de Luta da Classe Trabalhadora e também me possibilitou criar uma relação de amizade renovadora de forças com Eber, Adélia, Talvani e Alessandra. Amigos esses, que nem posso mensurar o apreço que tenho. Sinto saudades!!!!!!

Assim, ao entrar como aluna regular tive o apoio da Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Toledo, pois foi preciso reorganizar meus horários para que houvesse condições de participar das disciplinas e atividades programadas. Obrigada às diretoras e à coordenadora do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS I, Martha Regina.

Também na retaguarda profissional e pessoal está a minha amada Evelyn. Digo minha, mas a nossa relação não é de posse, mas sim de pertencimento. Foi ela que segurou a barra no trabalho para que eu pudesse estar ausente devido as ações do mestrado; foi ela que cansou de me ouvir falar de Intelectual Orgânico e do tal do Gramsci; foi ela que me qualificou e me qualifica como profissional e como pessoa. Além de minha colega de trabalho e de discussão marxista, é minha psicóloga social preferida, minha amiga, minha comadre, minha doula, minha “mestra”, meu refúgio. Obrigada por ser tão generosa comigo e me ver muito melhor do que eu realmente sou.

Outra pessoa importantíssima desse processo, sem a qual, objetivamente, não teria tido condições de me dedicar a dissertação e as sonecas da tarde com a Lorena pequenina, é a tecnóloga em gestão ambiental mais louca que conheci - minha irmã de coração – Nathy. Com ela aprendi que relação de irmãos não é fácil e que muitas vezes o exercício da paciência é um baita desafio. Unido a isso, me emprestou seus pais, mamãe Zih e papai Both, para que minha vinda a Toledo fosse mais acolhedora e amável. E nos últimos tempos, foi ela que arregaçou as mangas e cuidou da minha casa e dos meus pequenos em diversos momentos de apuro; que me olhou nos olhos e disse: “-Vai estudar, caramba! Que eu cuido daqui! ”. Minha nega, gratidão a tudo!!!!

Já como aluna no mestrado, conheci uma menina muito determinada e generosa chamada Mirele. Passamos a estudar juntas nessa turma e, de antemão, já nos identificamos devido ao nosso objeto de pesquisa, mas não imaginei que dessa aproximação pudesse surgir

uma amizade para além da Universidade. Minha companheira de eventos de estudo pelo Brasil... tudo bem que só foram dois, mas o futuro nos aguarda! Hoje, posso dizer que este trabalho só se concluiu pela dedicação, amorosidade e generosidade dedicadas a mim, neste período tão intenso de minha vida. Querida Mih, sou eternamente grata por tudo!!!!

Aqui, cabe agradecer a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) que através dos estágios supervisionados e dos grupos de estudo possibilitou a minha aproximação com o mestrado e, ao mesmo tempo, vislumbrar elementos que, mais tarde, formariam meu objeto de pesquisa. Já, como aluna regular, o estudo me possibilitou avançar no sentido de superar equívocos teóricos que existiam em minha formação profissional e que impactavam, sem dúvida, na minha intervenção profissional. Mas não só permitiu que as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas fossem qualificadas, possibilitando respostas profissionais mais competentes e um trabalho comprometido com a materialização do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Ainda, acredito ser importante sinalizar que o caminho na universidade não foi marcado somente por flores e beleza, mas tivemos muitos espinhos e feiuras nesse processo. Foram alguns momentos em que a demagogia e a hipocrisia me impactaram de uma forma tão intensa que pensei em abandonar meu sonho. Contudo, não posso negar que este período foi de um aprendizado pessoal e profissional muito significativo, além de materializar a afirmação de que o “humano é, sim, um complexo de complexos”.

Nesse limbo descrito acima, tive uma mão apoiadora que me fez ver além do que era posto naquele momento. Com sua paciência e sabedoria me trouxe ao entusiasmo e à perseverança. Além de me emprestar seus ouvidos para os “reclames do plimlim”, foi generosa em acolher minhas angústias e tentar canalizá-las para outro foco. Com ela, tive a possibilidade de ver a belíssima joia que é meu objeto de pesquisa. E, por meio de suas mãos certas e da utilização dos instrumentais corretos, a minha orientadora, Professora Dra. Esther Luiza de Souza Lemos, lapidou comigo essa “pedra bruta”. Também, e não menos importante, foi acolhedora durante o meu período gestante e puerpera, dividiu comigo vivências maternas que acalentaram meu coração. E agora, na “finaleira” do processo de dissertação, foi mão firme que direciona para o objetivo proposto, mas também afeto ao construir comigo as mediações necessárias. Profe, é um orgulho poder dizer que fui sua orientanda e fico imensamente grata por ter vivido ao seu lado, desfrutando do seu conhecimento profissional e de vida.

Agora, preciso destacar os meus amigos de uma vida, os quais sem dúvida, fizeram e fazem a minha caminhada mais colorida, debochada e cheia de “memes”. Entre eles estão:

minha comadre “viajadeira” Bruna; a forte e doce Bia; minha eterna teacher Janeska; comadre Ivania e minha afilhada amada Ester; minha primeira estagiária e “investigadora do FBI” Pamela; minha colega de CRAS e de “tretas” do trabalho Karin; Villian, meu segundo estagiário e o maior problematizador que já conheci; o amado e doce Gleisson e, por fim, meu colega de trabalho e teórico de conspiração, Carlos. Logicamente que, ao descrever todas essas mãos que me sustentaram, posso não ter dado nomes a todas elas que estiveram comigo ao longo da minha caminhada profissional e pessoal, mas isso não quer dizer que não tenham sido importantes e determinantes para o momento atual. Sou profundamente grata, por me alicerçarem e me fazerem ser quem sou hoje.

Por fim, e não menos importante, destaco dois pares de mãos que estiveram comigo durante 17 e 22 anos da minha vida e, que hoje, se fazem presentes cotidianamente em meus pensamentos e no meu coração: Vó Werena e Pai Antonio, eu consegui! Simplesmente e intensamente obrigada!



*“A crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo ainda não pode nascer. Nesse interregno, uma grande variedade de sintomas mórbidos aparecem”.*

*(Antonio Gramsci)*

SANTOS, Vivian Pilger. **O Serviço Social Brasileiro e a Concepção de Intelectual Orgânico em Gramsci.** xxx p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo/PR, 2019.

## RESUMO

Nesta dissertação estabeleceu-se como temática de pesquisa científica a concepção de Intelectual Orgânico em Antônio Gramsci na produção bibliográfica sobre os Fundamentos do Serviço Social Brasileiro, propondo-se a responder a seguinte problemática norteadora: como historicamente o Serviço Social brasileiro se apropriou da concepção de Intelectual Orgânico em Gramsci? Assim, definiu-se como objetivo geral: analisar a apropriação da concepção de Intelectual Orgânico em Gramsci na produção bibliográfica do Serviço Social brasileiro. Como objetivos específicos: 1). apreender a concepção de Intelectual Orgânico em Antônio Gramsci; 2) contextualizar historicamente a apropriação da concepção de Intelectual Orgânico em Gramsci na literatura profissional do Serviço Social; 3) apreender o debate colocado sobre a concepção de Intelectual Orgânico em Gramsci no Serviço Social brasileiro. Diante disso, sendo uma pesquisa exploratória com base na pesquisa bibliográfica e análise de conteúdo, definiu-se como amostra as seguintes obras: Faleiros (1985) Iamamoto e Carvalho (1982), Carvalho (1983), Cardoso (1995), Simionato (1995) e Abreu (2002), pesquisadores no campo da *intenção de ruptura* com o conservadorismo e com produção entre 1980 e os anos 2000. A pesquisa afirma a forma que se deu essa aproximação do Serviço Social reconceituado com a obra gramsciana, referente a categoria intelectual orgânico.

**Palavras-chave:** Antonio Gramsci; Intelectual Orgânico; Serviço Social

SANTOS, Vivian Pilger. **The Brazilian Social Service and the Organic Intellectual Conception in Gramsci.** xxx p. Dissertation (Master in Social Work). State University of Western Paraná, Toledo/PR, 2019.

### **ABSTRACT**

In this dissertation, the concept of Organic Intellectual in Antonio Gramsci was established as a scientific research theme in the bibliographical production on the Fundamentals of the Brazilian Social Service, proposing to answer the following guiding problem: how historically the Brazilian Social Service appropriated the concept of Organic Intellectual in Gramsci? Thus, it was defined as a general objective: to analyze the appropriation of the conception of Organic Intellectual in Gramsci in the bibliographic production of the Brazilian Social Service. As specific objectives: 1). apprehend the concept of Organic Intellectual in Antonio Gramsci; 2) historically contextualize appropriation of Gramsci's concept of Organic Intellectual in the professional literature of Social Work; 3) learn the debate about Gramsci's conception of Organic Intellectual in the Brazilian Social Work. Therefore, being an exploratory research based on bibliographic research and content analysis, the following works were defined as sample: Faleiros (1985) Iamamoto and Carvalho (1982), Carvalho (1983), Cardoso (1995), Simionato (1995 ) and Abreu (2002), researchers in the field of the intention to break with conservatism and with production between 1980 and 2000. The research affirms the way that this approach of Social Work reconceptualized with the Gramscian work, referring to the intellectual category took place. organic.

**Keywords:** Antonio Gramsci; organic intellectual; Brazilian Social Work.

## LISTA DE SIGLAS

C.I – Comissões Internas.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior capes

CELATS – Centro Latino-Americano de Trabalho Social.

CES/UA – Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social.

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social.

EHSS – Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais .

ENESSO – Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social.

G – Gramsci.

GPEM – Grupo Estudo e Pesquisa Marxista.

GEVIM - Grupo de pesquisa Geracionalidade, Imaginário e Violência.

GSERMS – Grupo de Estudos, Pesquisa e Debates em Serviço Social e Movimento Social.

IO – Intelectual Orgânico.

INPS – Instituto Nacional da Previdência Social.

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social.

INTERSINDICAL – Instrumento de Luta da Classe Trabalhadora.

IRFED – Institut de Recherches en Développement.

JUC – Juventude Católica

MEB – Movimento de Educação de Base do MEC.

MEC – Ministério da Educação.

PAEFI – Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos.

PCB – Partido Comunista Brasileiro.

PPDSR – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional.

PSI – Partido Socialista Italiano .

PUC/RJ – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Q – Cadernos do Cárcere.

SBGG – Especialista em Gerontologia pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia.

UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora.

UFMA – Universidade Federal do Maranhão.

UnB – Universidade Nacional de Brasília.

UNE – União Nacional do Estudantes.

UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

USP – Universidade de São Paulo.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>1 GRAMSCI E O INTELLECTUAL ORGÂNICO: APROXIMAÇÕES POSSÍVEIS</b> .....	16
1.1 PROTOFORMAS DA CATEGORIA INTELLECTUAL EM GRAMSCI .....	25
1.2 O INTELLECTUAL .....	29
1.3 O INTELLECTUAL TRADICIONAL .....	31
1.4 O INTELLECTUAL ORGÂNICO.....	32
1.5 O INTELLECTUAL ORGÂNICO, O ESTADO AMPLIADO E A HEGEMONIA .....	37
<b>2 CONJUNTURA SOCIOHISTÓRICA E A APROXIMAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO AO PENSAMENTO GRAMSCIANO</b> .....	40
2.1 O PROCESSO DE RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO .....	40
2.2 A APROXIMAÇÃO ENVIESADA DO SERVIÇO SOCIAL À TRADIÇÃO MARXISTA .....	46
<b>3 CATEGORIA INTELLECTUAL ORGÂNICO NA LITERATURA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO</b> .....	53
3.1 CAMINHO METODOLÓGICO .....	53
3.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA .....	54
3.3 INTELLECTUAL ORGÂNICO E O SERVIÇO SOCIAL .....	65
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	93
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	98

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi decorrente de inquietações surgidas a partir do trabalho como assistente social no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), particularmente no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) adulto do município de Toledo/PR, bem como pela aproximação com a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) por meio da supervisão de estágio, disciplinas especiais do mestrado em Serviço Social, grupos de estudos e militância no período de março de 2014 até o presente momento. Este contexto possibilitou o aprofundamento teórico-metodológico da teoria social crítica e o despertar para a investigação científica que se materializa no presente trabalho dissertativo.

Tive a oportunidade de cursar as seguintes disciplinas como aluna ouvinte e especial: Tópico Especial de Estado e Movimentos Sociais na América Latina, cursado no primeiro semestre de 2015 (como aluna ouvinte); a disciplina eletiva de Democracia, Cidadania e Justiça Social, cursada no segundo Semestre de 2015 (como aluna especial); a disciplina eletiva Universidade e Ensino Superior em Serviço Social no Brasil, cursada no segundo semestre de 2016 (como aluna especial – disciplina aproveitada).

Os grupos de pesquisa foram dois: Grupo Estudo e Pesquisa Marxista – GEPeM, que iniciei no primeiro semestre de 2015, tendo minha inclusão como estudante do grupo no DGP/CNPQ em 05 de agosto de 2015; e o Grupo de estudos ligado a Intersindical – Instrumento de Luta da Classe Trabalhadora, nos anos de 2015, 2016 e 2017.

Contudo, foi através do primeiro ano de estudos como aluna regular do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu*, nível de mestrado, em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), *campus* de Toledo, que o objeto passou a ser lapidado e desvelado. Neste período, novas determinações se colocaram e o problema de pesquisa mostrou-se atual e necessário para o debate contemporâneo no Serviço Social. Dentre elas: possíveis divergências em relação a teoria gramsciana nos fundamentos do Serviço Social, devido a maneira com que o Serviço Social se aproximou do marxismo na década de 1980; ainda, na atualidade do discurso profissional existe relação sinônima de assistente social e intelectual orgânico; em 2017 completou 80 anos da morte de Antônio Gramsci e com isso o autor e suas obras receberam um destaque diferenciado no cenário pesquisa mundial, vale destacar que suas obras sempre foram indispensáveis para a crítica a sociedade atual; também em 2017 a Revista *Katálysis*, periódico da Universidade Federal de Santa Catarina, apresentou diversos artigos de autores do Serviço Social discutindo sobre a influência de Gramsci e especificamente debatendo sobre o Intelectual Orgânico

e a relação com a profissão no século XXI. Assim, o objeto que fora submetido a pesquisa se apresenta extremamente atual e relevante para a realidade do Serviço Social brasileiro.

Assim, instigada pela realidade do exercício e da formação profissionais, o tema central da presente pesquisa é a concepção de Intelectual Orgânico em Antônio Gramsci na produção bibliográfica dos fundamentos do Serviço Social Brasileiro. Por conseguinte, o problema do referido estudo se delimitou na seguinte questão: como historicamente o Serviço Social brasileiro se apropriou da concepção de Intelectual Orgânico em Gramsci? Tendo em vista o tempo dedicado ao presente estudo numa primeira aproximação ao objeto, o objetivo geral é analisar a apropriação da concepção de Intelectual Orgânico em Gramsci na produção bibliográfica do Serviço Social brasileiro. Para atingir este objetivo, estabeleceu-se como objetivos específicos: 1) apreender a concepção de Intelectual Orgânico em Antônio Gramsci; 2) contextualizar historicamente a apropriação da concepção de Intelectual Orgânico em Gramsci na literatura profissional do Serviço Social; 3) apreender o debate colocado sobre a concepção de Intelectual Orgânico em Gramsci no Serviço Social brasileiro.

Sendo uma pesquisa bibliográfica de natureza exploratória, utilizou-se de uma metodologia de abordagem qualitativa para análise e interpretação dos dados. Para Minayo (2000), a abordagem qualitativa não pretende o alcance da verdade, do que é certo ou errado; deve ter como preocupação primeira a compreensão da lógica que permeia a prática que se dá na realidade, por isso, preocupa-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado. A pesquisa também é exploratória porque, conforme Gil (1994) possibilita maior familiaridade com o objeto de estudo, mapeando suas formas de manifestação.

Como fonte de dados utilizou-se a literatura profissional. Com o objetivo de qualificar os autores das obras pesquisadas, realizou-se um levantamento de dados profissionais por meio da consulta a Plataforma Lattes, além da referência encontrada no relato de assistentes sociais que tiveram seus direitos políticos violados e/ou sofreram tortura durante a ditadura brasileira, registrada no livro Serviço Social, Memórias e Resistência contra a Ditadura.

Na exposição do caminho percorrido na pesquisa no sentido de responder ao problema e aos objetivos propostos, tratamos no primeiro capítulo da presente dissertação sobre a concepção de intelectual em Antonio Gramsci, sendo o autor sardo o pensador marxista que mais tratou a fundo este tema, problematizando-o a partir de sua experiência concreta na realidade italiana a partir da obra marxiana. Suas reflexões acerca deste debate estão ampliadas nos Cadernos do Cárcere, nos quais o autor avalia que, com o desenvolvimento do capitalismo, surge uma nova camada de intelectuais ligada principalmente à classe dominante. Essa análise coloca que as classes sociais nascem e se constituem no terreno da produção econômica e dão origem a grupos de intelectuais



que se vinculam desde a economia até outros aspectos da vida social e estatal. Portanto, o conceito de intelectual parte de dois critérios: pelo lugar e função que exerce na estrutura social e pelo lugar e função que desempenha em um determinado processo histórico. Disso derivam as duas categorias de intelectuais: o intelectual orgânico e o intelectual tradicional. (SIMIONATTO, 2011).

No segundo capítulo, buscou-se resgatar sobre o processo de renovação do Serviço Social brasileiro, retomando a própria trajetória histórica da profissão no Brasil e trazendo de que maneira a renovação atingiu e influenciou diretamente as suas bases políticas e ideológicas. Evidenciando a maneira enviesada como ocorreu a aproximação do Serviço Social com a tradição marxista, buscou-se analisar o impacto da influência da obra gramsciana na profissão.

Finalmente no terceiro capítulo, apresentamos a análise da pesquisa bibliográfica a partir da obra de assistentes sociais brasileiros e que colocaram a profissão como objeto de estudo, tendo como referência teórico-metodológica o pensamento gramsciano.

A investigação realizada e seu percurso abrem sempre novas possibilidades de descobertas e perguntas. Sendo assim, as considerações finais expressam um ponto de chegada que também é ponto de partida para novas aproximações ao objeto de estudo. A relevância da temática pesquisada foi sendo evidenciada ao longo das sucessivas aproximações construídas nesta pesquisa na relação com a realidade concreta que movimenta o Serviço Social tanto no trabalho quanto na formação profissional.

Convido à leitura do registro desta primeira experiência e vivência no processo de investigação e produção do conhecimento que tive a oportunidade de realizar na Linha de Fundamentos do Serviço Social e Trabalho Profissional no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Mestrado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

## 1 GRAMSCI E O INTELLECTUAL ORGÂNICO: APROXIMAÇÕES POSSÍVEIS

Antonio Gramsci foi o pensador marxista que mais tratou a fundo a questão dos intelectuais. Suas reflexões acerca deste debate estão ampliadas nos Cadernos do Cárcere, nos quais o autor avalia que, com o desenvolvimento do capitalismo, surge uma nova camada de intelectuais ligada principalmente à classe dominante. Essa análise coloca que as classes sociais nascem e se constituem no terreno da produção econômica e dão origem a grupos de intelectuais que se vinculam desde a economia até outros aspectos da vida social e estatal. Portanto, o conceito de intelectual parte de dois critérios: pelo lugar e função que exerce na estrutura social e pelo lugar e função que desempenha em um determinado processo histórico (SIMIONATTO, 2011).

Além disso é possível observar que a questão dos intelectuais possui uma posição estratégica nos escritos de Gramsci, pois é tratada em relação aos processos de formação da hegemonia e do conceito de Estado. O autor sardo afirma que, “[...] os intelectuais e sua função no âmbito da vida social não são conceituados como sujeitos e ações distantes das determinações do mundo real, como um grupo ‘autônomo e independente’” (DURIGUETTO, 2014, p. 267). Neste sentido, é possível observar que o autor apresentou uma interpretação inédita sobre a função dos intelectuais nos processos de formação de uma consciência crítica por parte dos subalternos e também na organização de suas lutas e ações políticas (DURIGUETTO, 2014).

Segundo Duriguetto (2014), o autor sardo apresentou e aprofundou a relação dialética que existe entre intelectual e mundo circunstante, destacando que os intelectuais ditos orgânicos, aos interesses das classes subalternas, possuem a função central nos processos e lutas de construção de uma contra-hegemonia contrária aos interesses do capital e dos intelectuais tradicionais e orgânicos desta classe burguesa. Portanto, o que interessava a Gramsci, segundo a autora, era a ampliação da formação e da ação dos intelectuais orgânicos das classes subalternas na construção de uma sociedade verdadeiramente emancipada.

Isso posto, sinaliza-se que as aproximações teóricas sobre o intelectual orgânico ocorrerão à luz dos Cadernos do Cárcere. Isso, por se tratar do estudo maduro, último de Gramsci, no qual ele revisa e aprofunda diversos elementos/categorias em que se deparou ao longo de sua trajetória. Ainda, devido a realidade do cárcere, Gramsci criou um léxico próprio nos Cadernos, na qual cada elemento ou categoria trabalhada, deve ser compreendida e analisada no conjunto total da obra.

Neste sentido, vale sinalizar que o autor sardo possui duas obras carcerárias: as Cartas do Cárcere - contendo mensagens escritas a parentes ou amigos e que foram posteriormente reunidas para publicação; e os 32 Cadernos do Cárcere, de 2.848 páginas, que não eram destinados a publicação. Sobre os Cadernos o primeiro ordenador fora Felice Platone em conjunto com Tatiana

Schucht, cunhada de Gramsci, em 1946. Contudo, neste primeiro momento não fora levado em conta a ordem que estes cadernos foram escritos (FIORI, 1979).

A primeira edição dos Cadernos, 1947, fora datada do segundo pós-guerra, é dita "temática", uma vez que seus organizadores, Palmiro Togliatti e Felice Platone, optaram por fazer uma seleção em seis volumes, de acordo com os grandes temas estudados por Gramsci, em vez de permanecer com a ordem original dos textos. Os temas eram: A Filosofia de Benedetto Croce, A Questão dos Intelectuais e a Educação, Maquiavel e a Política Moderna, O Passado e o Presente, o Risorgimento Italiano, A Literatura e a Vida Nacional (BIANCHI, 2017).

A primeira tradução para a língua portuguesa no Brasil foi em 1966, com os seguintes volumes: a Concepção Materialista da História (A filosofia de Benedetto Croce), Maquiavel, a Política e o Estado Moderno, Literatura e Vida Nacional, Os intelectuais e a Organização da Cultura. Segundo Bianchi, esta tradução brasileira reproduz os mesmos inconvenientes da primeira edição italiana, ou seja, não está na ordem cronológica. Eis que em 1975, foi apresentada a edição dita crítica/temática, organizada pelo estudioso Valentino Gerratana. Nela, os 29 cadernos são apresentados na ordem que o próprio Gramsci deixou, ou seja, com as notas A, B e C. (Quaderni del cárcere, Turim, Einaudi, 1975, 4 vols.). As Cartas também foram publicadas pela editora Einaudi. (BIANCHI, 2017).

A segunda tradução no Brasil foi em 1999, realizada por Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira editada pela Civilização Brasileira. A vantagem da anterior se dá no sentido dos cadernos especiais estarem completos conforme a edição italiana, mas os cadernos micelâneos, cadernos de primeira redação (A), não foram publicados, sendo este um inconveniente na edição brasileira. Em seguida, estes textos foram reagrupados tematicamente logo após aos cadernos especiais. Ou seja, nesta tradução os cadernos A (que se tratam das notas introdutórias escritas por Gramsci, as quais foram trabalhadas e reescritas, se tornaram os textos C) foram excluídas, sendo traduzidos somente os textos C e B. Neste sentido, a crítica a esta tradução brasileira se coloca na maneira como foi organizada esta tradução (BIANCHI, 2017).

Assim, destaca-se que para este estudo optou-se por utilizar a segunda tradução brasileira, entendendo que para discutir intelectual orgânico não haverá perda de elementos com tal escolha.

Assim, ao propor debater, mesmo que de forma aproximativa, sobre o intelectual orgânico para Antonio Gramsci avalia-se fundamental apresentar, de forma breve, algumas considerações sobre a biografia do autor pré-cárcere, pois de forma peculiar sua vida e sua obra estão intrinsecamente relacionadas.

Gramsci nasceu em Ales, Sardenha, uma das regiões mais atrasadas da Itália, no dia 22 de janeiro 1891 e faleceu em Roma, também na Itália, no dia 27 de abril de 1937 (46 anos). O

aprendizado intelectual e político de Gramsci começa muito antes dele se tornar um estudante universitário em Turim, pois desde garoto experimentou as difíceis condições de vida das camadas mais empobrecidas da população italiana (COUTINHO, 1992). Mesmo Gramsci tendo cumprido de forma excepcional os exames para a admissão na próxima fase dos estudos tradicionais, devido a difíceis condições financeiras da família – prisão do seu pai – o jovem foi obrigado a trabalhar durante dois anos em uma repartição pública, mesmo com sua deficiência física (cifose). Diante disso, Gramsci já percebia o processo de injustiça que fora vítima: “[...] embora fosse o melhor aluno da classe, não pudera prosseguir seus estudos, ao contrário do que ocorrera com os maus alunos, que se valiam do fato de serem filhos das famílias mais abastadas da região.” (COUTINHO, 1992, p. 01).

Isso posto, em 1904 a 1908 – 13 a 17 anos - por meio dos esforços da mãe e das irmãs, Gramsci retornou os estudos e concluiu o ginásio, residindo em condições precárias na cidade de Santu Lussurgiu, a 15 quilômetros de Ghilarza, onde então residia sua família. Foi neste período que Gramsci teve seu primeiro contato com a imprensa socialista através de seu irmão mais velho chamado Gennaro. Ele estava em Turim e enviava ao jovem irmão, periodicamente, o *Avanti!*, órgão central do Partido Socialista Italiano - PSI. (COUTINHO, 1992). Segundo Simionatto (2011) foi neste período que a Itália passava pela ascensão e pela consolidação do modo de produção capitalista a partir da inserção do país no circuito da economia europeia. Também aconteceu a unificação italiana, a qual causou um acirramento nas disparidades entre as regiões Norte e Sul do país.

Foi nesta realidade de “duas Itálias” que Gramsci iniciou seus estudos referente a questão meridional - apresentada pelo Norte como região avançada e desenvolvida e a região Sul miserável e atrasada. As regiões da Sardenha e da Sicília ficavam ao Sul, como outras da região meridional da Itália e pareciam estar impedidas ou negadas de ter acesso ao progresso da região Norte do país. Assim, Gramsci “[...] sentia como uma injustiça profunda o fato de que, na nação italiana, houvesse essa divisão [...]” (SIMIONATTO, 2011, p. 34).

Assim, em 1908 seu irmão Genaro retornou de Turim e Gramsci passou a residir com ele em Cagliari, capital da Sardenha com o objetivo de prosseguir seus estudos, lá seu irmão se torna tesoureiro da Câmara de Trabalho - uma espécie de coordenação sindical em nível municipal. O jovem sardo também começa a frequentar as reuniões do movimento socialista local, que era fortemente marcado por tendências regionalistas e autonomistas. Assim em 1910, Gramsci em uma redação escolar sobre o tema “Oprimidos e Opressores”, demonstrava traços de seu primeiro aprendizado socialista (COUTINHO, 1992).

Gramsci ingressou na Universidade em 1911 e construiu uma pequena, mas importante rede de amigos formada por Angelo Tasca, Palmiro Togliatti e Umberto Terracini. Cinco anos mais tarde, estes quatro irão novamente estar unidos na redação do jornal *L'Ordine Nuovo*. Tasca e Terracini foram os que desenvolveram uma atividade política regular, Gramsci e Togliatti se dedicaram mais aos estudos universitários. Contudo, Gramsci, por volta de 1914 passa a ser inscrito no Partido Socialista Italiano – PSI e passa a se preocupar com o debate da questão nacional. (FIORI, 1979). Tecendo esta rede de vínculos,

Através das ligações de Tasca com a seção socialista turinense, Gramsci tem seus primeiros contatos com o movimento operário organizado durante as greves de março de 1913. Naquela ocasião, juntamente com outros estudantes, entre os quais Palmiro Togliatti, escuta os discursos dos trabalhadores em agitação, a fim de compreender o sentido das suas reivindicações. Aqueles encontros lhe causam uma intensa emoção, suscitando nele a exigência de conhecer melhor os programas do Partido Socialista e da organização sindical. Seu horizonte político se amplia: explorados e miseráveis não são apenas os pastores sardos, mas também os operários turinenses, toda a classe operária; não há contraposição entre os camponeses meridionais e os operários das cidades industriais: os verdadeiros inimigos de classe são os capitalistas no Norte e os latifundiários do Sul. (LAJOLO, 1980, p. 21-22).

Outro fato importante sobre a vida e a formação juvenil de Gramsci é que também na Universidade, ele entra em contato com o movimento cultural idealista, tendo como nomes expoentes Benedetto Croce e Giovanni Gentile, dois filósofos neo-hegelianos radicalmente contrários à tradição positivista que dominara, em fins do século XIX, os meios culturais do norte da Itália. (COUTINHO, 1992). Entre 1914 e 1915 Gramsci, devido sua frágil saúde, estudos, atividade política e necessidade de trabalhar para sobreviver, não conseguiu realizar os exames da universidade e foi privado de sua bolsa de estudos por quatro meses. Com isso se isolou dos amigos e da família, contudo continuou para si seus estudos, tendo seu aprendizado universitário se encerrado neste período. Final de 1915, o jovem sardo, agora com vinte e cinco anos retorna a sua vida lentamente. Mostra disso, são seus artigos publicados de forma periódica no jornal turinense *Avanti!*. (FIORI, 1979). Seguindo a vida,

Com esta retomada do trabalho político, a transformação na vida de Gramsci se acentuava. [...] O socialismo era a resposta a todos os problemas, inclusive os pessoais, que o angustiavam; era a solução da crise. De fato nascia nesse período, entre final de 1915 e o início de 1916, o “revolucionário profissional”. (FIORI, 1979, p. 125).

Ainda em 1915, no início da Primeira Guerra Mundial, Gramsci se distancia das ideias de Croce devido a defesa deste, à intervenção italiana na guerra e posteriormente sua adesão ao fascismo, avançando na aproximação dos escritos de Georges Sorel - intelectual francês também do movimento revisionista<sup>1</sup>. Tal afluência se torna mais visível por volta de 1917 com a Revolução Russa e o antijacobinismo, expressando-se de maneira mais clara quando o autor se dedicará a estudar os Conselhos de Fábrica, momento em que valoriza a auto-organização e a autoeducação do proletariado na fábrica. É, ainda neste contexto da Revolução Russa que Gramsci se aproximará das obras de Lenin, - ainda de maneira mais superficial. Essa aproximação possibilitará o autor sardo, posteriormente, romper (preservando) elementos de Sorel (GALASTRI, 2015).

Isso posto, com seus estudos sobre a obra de Lênin, a crítica de Gramsci a ala reformista do PSI se acirrou e com isso ele afirmou: “Esperar torna-se a metade mais um, este é o programa das almas assustadas que esperam que o socialismo venha através de um decreto real assinado por dois ministros.” (FIORI, 1979, p. 135). Conjuntamente a este momento ocorreu o retorno dos companheiros Tasca, Togliatti e Terracini que haviam se direcionado para o combate mundial, reavivando a vontade de lançar uma nova revista socialista que serviria, segundo Gramsci, de um núcleo de novas energias morais. Assim, Tasca conseguiu recurso financeiro e em 1º de maio de 1919 saiu o primeiro número de L’Ordine Nuovo e segundo Gobetti “o único documento do jornalismo revolucionário e marxista, [...] que surgiu na Itália com alguma seriedade ideal.” (FIORI, 1979, p. 149). Esta revista fora publicada entre 1º de maio de 1919 a 24 de dezembro de 1920, sendo que entre 1921 a 1922 foi diário e órgão do Partido Comunista da Itália – PCI, mais tarde tornando-se periódico (LIGUORI, VOZA, 2017).

Em 1920 o PSI era um partido em crise, pois ao invés de fortalecido diante do seu crescimento brusco – “300 mil inscritos contra os 50 mil do período anterior à guerra [Primeira Guerra Mundial]; dois milhões de filiados à Confederação Geral do Trabalho contra meio milhão de 1914; e até mesmo o grupo parlamentar que havia triplicado o seu número, passando de 50 a 150 deputados.” (FIORI, 1979, p. 158) – passou a ter problemas devido dois pontos:

---

<sup>1</sup> Revisionismo: “Desde os anos de 1970, com altos e baixos, conforme desenrola a crise do capitalismo, muito se falava da crise do marxismo. Evidente que essa é uma faceta da luta entre interesses históricos dos trabalhadores e os interesses do capital. De fato, desde os anos 1870, e de maneira crescente, é inegável que as instituições criadas pelo movimento operário – a cooperativa, o sindicato, o partido político – e a ideologia que lhe servia de suporte, além da própria materialidade da classe, foram sendo dizimados pelo capital em crise. Nesse processo, uma gama enorme de intelectuais ficou convencida de que a obra de Marx, assim como toda a tradição teórica e cultural dele derivada, estava superada. Ocorreu então um movimento (ou corrida) em direção à formulação das mais variadas formas de *revisionismo*, as quais, de maneira inevitável, passaram a usar os recursos teóricos e ideológicos forjados pelo liberalismo no correr dos trezentos anos de existência do capitalismo.” (GALASTRI, 2015). Ver mais em Dicionário Gramsciano. (LIGUORI, VOZA, 2017, p. 697).

[...] uma fé revolucionária difusa, baseada mais na presunção de que a marcha do proletariado seria contínua até desembocar fatalmente na vitória final do que na consciência e na predisposição dos meios indispensáveis para esta vitória; e a atribuição de ‘cargos de direção absolutamente inadequados a sua capacidade’ e ‘demagogos despreparados doutrinariamente e privados de experiência.. (FIORI, 1979, p. 158).

Com essa crise interna do PSI e a falta de coesão entre os grupos comunistas (Il Soviet de Bordiga e L’Ordine Nuovo), sentia-se a ruptura com Tasca – devido o debate no terreno dos Conselhos de Fábrica – o delineamento de posições diferenciadas, chegando ao distanciamento de Gramsci com Terracini e Togliatti. Em 1921, Gramsci aliou-se ao político Amadeo Bordiga e à ampla facção comunista, dentro do Partido Socialista. Lembrando que, a não ser pela comum crítica aos reformistas do PSI, o autor sardo discordava de diversos temas de debate comum com Bordiga. Nesse mesmo ano, representaram o partido no XVII Congresso Socialista em Livorno, mesmo congresso em que fora inevitável a cisão com os socialistas. Por isso, em 21 de janeiro deste mesmo ano o resultado foi a fundação do Partido Comunista da Itália – PCI (FIORI, 1979).

Já em maio de 1922, Gramsci vai para Moscou como enviado do PCI, onde permaneceu por cerca de um ano e meio e passou a fazer parte da direção da Internacional Comunista. Tal participação se deu em vários eventos importantes e decisivos para a política geral da organização e também para a política particular da Itália. “A experiência e a observação daquilo que se fazia na união Soviética aproximaram-no mais ainda do pensamento de Lenin e da cultura política dos bolcheviques” (DEL ROIO, 2018, p.82).

Mais tarde em Viena – 1923 – Gramsci discorrerá sua opinião sobre o papel político de Lenin dentro do grupo dirigente bolchevique por meio de uma longa correspondência. Em suma, dirá “[...] que Lenin cumpria um papel de mediador e sintetizador entre a direita bolchevique formada por Zinoviev, Kamanev e Stálin, por um lado, e a esquerda de Trotsky, Radek, Bukharin.” (DEL ROIO, 2018, p. 83). Esta temporada em Viena, teve um objetivo principal para Gramsci que foi acompanhar, o mais perto possível o PCI, pois com a sua prisão decretada, o autor sardo não poderia retornar a Itália.

Assim, em maio de 1924, Gramsci retorna à Itália, após receber anistia parlamentar por ser eleito deputado. Passa, também, a ser o principal dirigente do PCI. Seu retorno foi carregado de mudanças, como: ruptura expressa com as concepções de Bordiga; um afastamento definitivo em relação a Croce, pois este autor havia optado por considerar o fascismo um mal menor diante do bolchevismo; de certa forma, um afastamento também com as ideias de Sorel; afinidade com o pensamento de Trotsky; e o mais importante, a influência da teoria leniniana. (DEL ROIO, 2018). Segundo este autor,

De Lenin, Gramsci trouxera a preocupação com a organização partidária, o problema da elaboração da frente única, a questão da aliança operário-camponesa, o desafio da conquista e manutenção do poder com a construção de um novo Estado, a questão da elevação cultural das massas. Na tradição intelectual da Península Itálica era possível identificar Maquiavel com um autor clássico, que tinha muitas preocupações análogas. Mais tarde, já nos escritos carcerários Gramsci (como se verá) se perguntaria da possibilidade de a tradução das linguagens ser possível ou não para espaços e épocas diferentes, a fim de aproximar Lenin e Maquiavel (DEL ROIO, 2018, p. 84).

Além disso, segundo Del Roio (2018), o autor sardo ressaltava afinidades entre a realidade da Itália e da Rússia. Dentre elas, a concentração regional da indústria e em poucas cidades, a grande massa camponesa localizada nas ilhas e no Sul, a presença nacional da pequena burguesia. Diante disso, Gramsci acreditava que a revolução socialista na Itália dependeria da ação de atrair a maioria da pequena burguesia agrária e rural para o lado do proletariado, além do campesinato pobre. “Nesse movimento era também de grande importância atrair os intelectuais que com essas massas tivessem algum vínculo.” (DEL ROIO, 2018, p. 85). Ponto este que apresenta relação idêntica com o movimento feito pelos bolcheviques, os quais atraíram uma parcela considerável dos noradniks (populistas) para o lado da revolução dos soviets.

Neste mesmo sentido, Coutinho (1992) afirma que Gramsci, após este período de estudos aprofundados sobre Lênin, reconhece as observações deste autor sobre a maior dificuldade de conquista do poder nas sociedades capitalistas avançadas e formula pela primeira vez uma ideia, desenvolvida e concretizada que irá formar o futuro eixo em torno das notas do cárcere: uma ideia de uma diferença estrutural entre as formações econômico-sociais do “Ocidente” e do “Oriente”, com a necessária consequência de que é preciso elaborar estratégias que levem em conta e se adequem a essa diferença. Ele chama de uma estratégia mais complexa e de longo alcance - que mais tarde se tornará a categoria gramsciana “guerra de posições” - ou seja, Gramsci está convencido de que para tornar-se “classe dirigente”, para triunfar na “[...] estratégia mais complexa de longo alcance, o proletariado não pode se limitar a controlar a produção econômica, mas deve também exercer sua direção político-cultural sobre o conjunto das forças sociais que, por essa ou aquela razão, desse ou daquele modo, se opõem ao capitalismo.” (COUTINHO, 1992, p. 36).

Em 1926, o fascismo começava a mostrar sua verdadeira face através de leis promulgadas, concentrou poderes de chefe de Estado e suprimiu as últimas e precaríssimas liberdades democráticas que ainda vigoravam na Itália durante a primeira fase do governo de Mussolini. E mais, fechou os jornais de oposição, dissolveu os demais partidos e perseguiu seus líderes. Nas palavras de Gramsci: o processo de crescente fascistização do Estado chegava a seu desfecho:



instalava-se agora um sistema totalitário. Assim, Gramsci foi processado e no dia 8 de novembro de 1926 foi detido e levado para a prisão romana de Regina Coeli. Com isso, seu famoso manuscrito sobre a questão meridional permaneceu inacabado, pois a prisão de Gramsci aconteceu quando estava terminando a redação do mesmo (FIORI, 1979).

Preso, confinado, processado e condenado a mais de 20 anos de prisão, Gramsci sofreu no cárcere com adoecimento e males severos. Fora libertado em abril de 1937, poucos dias antes de sua morte, numa articulação de Mussolini para impedir que ele morresse como prisioneiro do fascismo. Apesar desta realidade adversa, o intelectual sardo foi capaz de produzir na prisão as “Cartas do Cárcere” e a sua obra máxima, já mencionada, os “Cadernos do Cárcere”. Esta reuniu elementos essenciais da herança de Marx e de Lênin, não como uma relação de simples continuidade, mas uma autêntica relação dialética de conservação/renovação. Contudo, Gramsci teve grande dificuldade de obter autorização para estudar e escrever na prisão. Foi praticamente dois anos e meio após sua detenção e um ano após a condenação, que nasceram as primeiras notas e apontamentos carcerários (COUTINHO, 1992). Sob estas condições,

A partir de então, e até abril de 1935, quando suas precárias condições de saúde o impedem definitivamente de trabalhar, Gramsci escreve quase ininterruptamente. Enche, com sua pequena letra, 29 cadernos escolares com notas e mais 4 com exercícios de tradução; aborda neles variadíssimos assuntos, mas organiza-os em torno de alguns eixos principais; não é infrequente que, depois de uma primeira redação, ele refaça e reagrupe tematicamente, nos chamados “Cadernos Especiais”, as notas iniciais, dando-lhes um novo tratamento mais sistemático. Na edição crítica, publicada somente em 1975, os cadernos ocupam quase 2.500 páginas. (COUTINHO, 1992, p. 45-46).

Coutinho (1992) afirma que Gramsci possuía plena consciência do caráter circunstancial de sua obra até então, a qual era formada essencialmente de artigos jornalísticos breves, de informes políticos, de discursos, salvo o ensaio sobre “A questão meridional”. Essa análise não desqualifica o valor teórico e metodológico desta vasta produção pré-cárcere. Mas, em uma carta enviada a sua cunhada em 19 de março de 1927, Gramsci comunicou que pretendia dedicar-se a um trabalho duradouro, menos circunstancial e mais sistemático. Por isso, a estrutura da obra de Gramsci possui na política o ponto focal de onde o autor analisou a totalidade da vida social, os problemas da cultura, da filosofia, e outros. Ou seja, “[...] todas as esferas do ser social são atravessadas pela política, contém a política como elemento real ou potencial ineliminável.” (COUTINHO, 1992, p. 53).

Diante disso e à luz dos Cadernos do Cárcere, o objetivo desse capítulo é apresentar de que forma Gramsci tratou a questão dos intelectuais. Contudo, para iniciar esta aproximação, será

importante compreender em que medida o autor passou a perceber a necessidade de direção para as massas, isto é: dos intelectuais. E tal reflexão inicia-se no período pré-cárcere, com a ligação do autor sardo as ideias contidas na obra de Sorel.

## 1.1 PROTOFORMAS DA CATEGORIA INTELECTUAL EM GRAMSCI

Como já sinalizado, em 1917 Gramsci passa a dialogar de forma mais profunda com a obra de Sorel, principalmente ao debater a Revolução Russa e o antijacobinismo<sup>2</sup>, expressando-se de maneira mais clara, por volta de 1919, quando o autor se dedicará a estudar os Conselhos de Fábrica, momento em que valoriza a auto-organização e a autoeducação do proletariado na fábrica. Diante disso, primeiramente será abordado o que foram os Conselhos de Fábrica e como Sorel influenciou teoricamente Gramsci e no segundo momento, como a derrota dos Conselhos de Fábrica, a superação do espontaneísmo soreliano - auto-organização do proletariado: a classe já nasce com o ímpeto de revolucionar - e a temporada em que o autor sardo vive em Moscou, aproximando-se de Lenin, o fazem construir um estudo sobre o conceito, reforma intelectual e moral.

Assim, como já dito anteriormente, a revista semanal *L'Ordine Nuovo*, entre 1919 a 1920, período em que Gramsci fora diretor, foi um marco na experiência política do autor em Turim, durante o “biênio rosso<sup>3</sup>”. É neste momento que Gramsci acompanha as lutas operárias italianas e, em estreita relação com elas, teoriza uma “democracia proletária” baseada no papel dos Conselhos de Fábrica. O autor afirma que estes Conselhos “[...] são também a tradução italiana dos soviets russos, mas com uma conotação específica própria centrada no autogoverno dos produtores”. (LIGUORI; VOZA, 2017, p. 587).

Para o autor, neste determinado momento histórico italiano, os Conselhos de Fábrica eram o caminho possível para a revolução comunista. Ele afirma que, a liberdade do capitalista de comprar a mercadoria força de trabalho e de extrair a mais-valia é antioperária, contudo com o fortalecimento do movimento operário, essa liberdade passa a ser limitada. Assim, o primeiro passo é afastar/banir

---

<sup>2</sup> Neste debate o ponto mais importante é o antijacobinismo e as críticas a revolução francesa. Então por isso, Gramsci valorizava a Revolução Russa como antijacobina e a Revolução Francesa, ao contrário, é uma revolução jacobina (de uma minoria que tomou o poder). O autor sardo, não via o jacobinismo como uma classe orgânica que estava junto ao povo para fazer a revolução – até porque era povo também, mas ele só via as consequências da tomada desse poder: a traição da burguesia e a instauração da sua ordem. E num próximo momento, Gramsci supera estas afirmações e passa a reconhecer a necessidade desse jacobinismo, ou seja, o partido seria o príncipe jacobino. Para aprofundar no debate ver: LOLE, GOMES, DEL ROIO, 2017; LIGUORI, VOZA, 2017.

<sup>3</sup> “O chamado bienio rosso é um período de intensa atividade operária e camponesa no sentido de limitar a liberdade do capitalista. A Revolução Russa marcou profundamente o proletariado italiano e os jovens revolucionários. A ideia dos soviets como instituição universal e não apenas russa leva ao questionamento da prática política reformista.” (DIAS, 2000, p. 166).

o capitalista da fábrica, com o objetivo de o operariado conquistar a autonomia, a liberdade econômica e política. Em seguida, a tomada do Estado pelos proletariados e a instauração do regime dos conselhos (DIAS, 2000).

Os conselhos de fábrica não foram movimentos restritos ao contexto italiano, eles se manifestaram também na Rússia, Hungria e Alemanha, e Gramsci passou a conjuntamente analisá-los. Durante seu estudo, o autor observou a necessidade da criação de um novo Estado, diferente do apresentado na sociedade capitalista. Assim, afirmava que o Estado socialista ainda não é o comunismo, mas é o Estado de transição que possui a tarefa importante de suprimir a concorrência com a supressão da propriedade privada, das classes, das economias nacionais. Ou seja, um novo tipo de Estado, gerado pela experiência associativa da classe operária. Contudo, o autor ponderou que não bastava assaltar o poder simplesmente, era necessário “[...] um trabalho preparatório de sistematização e de propaganda [...]”, ou seja, a ideia era dar maior desenvolvimento e maiores poderes às instituições proletárias de fábrica que já existiam, além de fazer surgir similares nas pequenas comunidades e aldeias; ter homens e mulheres nestes conselhos que fossem comunistas conscientes da missão revolucionária e que, mais tarde, o “novo Estado” pudesse absorvê-las (DIAS, 2000).

As comissões internas (CI), que futuramente darão origem aos conselhos de fábrica, surgiram como organizações capazes de captar a maioria da classe e, com isso, organizá-las disciplinadamente, visto que estavam no interior da fábrica, ou seja, no próprio local de trabalho, atingindo tanto os sindicalizados quanto os não-sindicalizados. Vale sinalizar que as CI, em sua gênese, limitavam o poder do capitalista na fábrica e desenvolviam funções de arbitragem e disciplina. Mas, posteriormente, ao serem desenvolvidas e enriquecidas, podiam ser órgãos do poder proletário que substitua o capitalista em todas as suas funções úteis de direção e de administração. Com isso, o poder proletário começava a se articular já antes da tomada de poder estatal. “Um vasto núcleo de instituições, o comitê de bairro, entre outras, coordenará os demais trabalhadores não-proletários da região, sob a direção das comissões (dos conselhos), ligando-se assim todos os membros da classe operária” (DIAS, 2000. p. 165).

Diante desse cenário, é absolutamente fundamental o desenvolvimento das novas instituições da classe, pois as que já estão postas – sindicatos e partidos - são incapazes de perceber a nova realidade e nela atuar adequadamente. Assim, seria no próprio movimento das classes subalternas, no movimento espontâneo, expresso no cotidiano, que existiria uma prática nova que poderia permitir o aparecimento de uma nova democracia: as comissões internas.

Esse movimento do espontâneo, apresentado por Gramsci, tem base na obra de Sorel. Este autor revisionista, negava a cientificidade reivindicada por Marx e Engels e exaltava o voluntarismo

e o espontaneísmo da ação política como atitudes revolucionárias por excelência, ou seja, põe em primeiro plano a ação espontânea do proletariado, a crença do mito (greve geral), sem a qual a mudança revolucionária não seria conquistada (GALASTRI, 2015).

Ainda sobre as comissões internas,

Estas tem uma tarefa que requer a atenção de todos: é vital que se construa uma nova máquina (e não apenas destrua-a a velha). E se tem que partir dos operários, até aqui mero instrumento executor. Para tal faz-se necessária a “reforma intelectual e moral”: “É necessário *convencer* os operários e os camponeses de que é de seu interesse se colocar sob uma disciplina permanente de cultura, e fazer para si uma concepção do mundo, do complexo e intrincado sistema de relações humanas, econômicas e espirituais que dê uma forma à vida social do globo”. Dado que o Estado operário só pode ser uma “invenção”, uma novidade histórica, não se trata apenas de dar “novas” ordens aos “antigos” funcionários. Trata-se de criar uma nova civilização. (DIAS, 2000, p. 176).

Assim, as comissões internas, transformadas em conselhos de fábrica pela eliminação dos limites impostos pelos capitalistas, seriam a escola na qual os operários poderiam atingir o domínio da produção e, tornando-se conscientes, realizar o controle industrial. Ou seja, “Tarefa política e cultural, a ação dos conselhos se exercerá em cada seção da fábrica, fazendo com que os operários se qualifiquem mais e mais permitindo que um dia a massa proletária trabalhe para si mesma”. (DIAS, 2000, p. 180). Em outras palavras: expulsar os capitalistas e instaurar a soberania dos produtores. Estes conselhos de fábrica seriam o instrumento de realização desse poder operário, que culminaria na ditadura proletária. Nesse contexto, se coloca o comissário que seria um “verdadeiro intelectual da classe”, sendo um articulador do processo de transformação de cada operário em um outro intelectual da classe. “*A ação do conselho implica efetivamente o início da construção da hegemonia proletária, processo que se inicia antes da conquista do poder do Estado.* Dispense-mos afinal da dúvida. Aqui está formulada, de fato, ainda que não plenamente, a teoria da hegemonia” (DIAS, 2000, p.181).

O conselho tem seu lugar na fábrica, vive a vida diária da classe, está acoplado ao processo de elaboração da experiência da classe. Não é um escritório central que organiza e disciplina a classe, mas sim um tipo de organização específica da atividade própria dos produtores. Com isso, ele também é capaz de marcar a diferenciação no interior da classe e, ao mesmo tempo, realizar a sua unificação. Ainda, o conselho trabalha no sentido de transformar o assalariado em produtor e isso é uma nova forma de cidadania, caminhando para uma outra realidade social e estatal. Sendo assim, coloca-se como contestador do poder do capitalista, tendo como objetivo liquidar o processo de produção capitalista, ou seja, eliminar, suprimir a propriedade privada (DIAS, 2000). Neste pensamento,

Os conselhos realizam, portanto, grande passo para a revolução comunista: dão “à classe operária consciência do seu valor atual, da sua função real, da sua responsabilidade, do seu futuro. A classe operária tira as consequências da soma de experiências positivas que os indivíduos obtêm pessoalmente e adquire a psicologia e o caráter de classe dominante, e se organiza como tal, isto é, cria o soviete político, instaura a sua ditadura. Por isso mesmo, Gramsci afirma que “a construção dos sovietes políticos *comunistas* não pode senão suceder historicamente ao florescimento e a uma primeira sistematização dos conselhos de fábrica (DIAS, 2000, p. 187).

Em suma, tendo em vista esse novo sentido histórico o conselho de fábrica é, nas palavras de Gramsci, “uma instituição absolutamente original”, na qual o operário adquire consciência de que a fábrica é um instrumento de produção superior e que o conselho é uma nova organização representativa de tipo estatal, não-voluntária, contratualista - por via de filiação - mas absoluta e orgânica, que adere a uma realidade e reconhece a necessidade de se ter assegurado o pão, a roupa, o teto, a produção industrial. Isso posto, pode-se dizer que se iniciaria uma nova história, inicia a era dos Estados operários que devem confluir na formação da sociedade comunista. (DIAS, 2000).

Isso posto, observa-se que Gramsci, neste momento sobre influência direta de Sorel, acreditava na auto-organização do proletariado, ou seja, sem uma liderança/governo de um grupo determinado, sem aquela “minora despótica jacobina”. Portanto, nem sempre o autor valorizou a necessidade de condução do movimento revolucionário por intelectuais.

Em 1922 Gramsci vai para Moscou e passa pela experiência e pela observação daquilo que se fazia na União Soviética, o que o aproximou ainda mais pensamento de Lenin e da cultura política dos bolcheviques. Com isso, o distanciamento teórico com Sorel foi inevitável. Mais tarde, nos Cadernos do Cárcere, o autor sardo realizará as críticas no que se refere a espontaneísmo e o espírito de cisão, destacando a necessidade de um moderno príncipe que direcione às massas e que com elas esteja.

Portanto, ao observar a necessidade da direção consciente do espontâneo, Gramsci amadurecerá o debate sobre reforma intelectual e moral. E com isso, aprofundará o debate sobre os intelectuais. Para o autor, os intelectuais não se constituíam em agentes externos e “superiores” ao restante da massa, eles seriam apenas a camada intermediária (como ele dirá) entre massa (membros do partido) e direção do partido, isto é, o agente que possibilita a organicidade, a fim de atraírem a massa para ação revolucionária.

## 1.2 O INTELLECTUAL.

Gramsci (2000) ao analisar a categoria intelectual, nos Cadernos 12, parágrafo 1, afirma que tal estudo traz consigo uma complexidade, isto devido as várias formas que ele assumiu no processo histórico real de formação das diversas categorias de intelectuais. Liguori e Voza (2017), com base nos Cadernos 4, traduzem essa complexidade em duas questões: 1) saber se os intelectuais são um grupo autônomo, ou se cada grupo social tem sua específica categoria de intelectuais; 2) como identificar e definir os limites máximos no que se refere ao entendimento da categoria intelectual.

Ao discorrer sobre o trabalho manual e o intelectual, nos Cadernos 12, parágrafo 1, Gramsci afirmou que “[...] em qualquer trabalho físico, mesmo no mais mecânico e degradado, existe um mínimo de qualificação técnica, isto é, um mínimo de atividade intelectual criadora”. (2000, p. 18). Ou seja, qualquer atividade necessita obrigatoriamente da força física e de potencialidades intelectivas. Diante disso, observa-se que para o autor sardo não existe oposição entre trabalho manual e intelectual. Mas esta afirmação não descarta também, que entre a elaboração intelectual e o esforço muscular-nervoso, existem diferentes graus de atividade puramente intelectual. Assim, no mais simples dispêndio de atividade intelectual, não é suficiente para caracterizar o homem como portador da função de intelectual. Portanto, todo homem pode desenvolver uma atividade intelectual, pois participa de uma concepção de mundo e possui uma linha consciente de conduta moral, bem como contribui para manter ou para modificar uma concepção posta de mundo, suscitando novas maneiras de pensar (GRAMSCI, 2000.).

Continuando tal reflexão, o autor afirma que a dimensão intelectual está presente em todas as atividades profissionais, ou seja, em qualquer trabalho físico há um mínimo atividade intelectual criadora. Contudo, o exercício dessa atividade intelectual possui um limite advindo da própria função, ou melhor, do próprio tipo de trabalho que é exercido. (DURIGUETTO, 2014). Assim,

[...] todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais (assim, o fato de que alguém possa, em determinado momento, fritar dois ovos ou costurar um rasgão no paletó não significa que todos sejam cozinheiros ou alfaiates). Formam-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas sobretudo em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante. (GRAMSCI *apud* DURIGUETTO, 2014, p. 284).

Isto posto, Gramsci ao ponderar sobre o seu primeiro questionamento referente aos intelectuais, afirma que o processo histórico é determinante na formação das diversas categorias de intelectuais e que todo grupo social, por nascer ligado a uma função essencial no mundo da

produção econômica, cria organicamente uma ou mais camadas de intelectuais que irão conferir, a este grupo, homogeneidade e consciência da sua função no campo econômico. Exemplo: o economista e o cientista da economia política surgiram através da necessidade do grupo social em que o empresário capitalista faz parte, de lhe conferir homogeneidade e consciência da sua função no campo econômico. Lembrando que ao tratar da “categoria orgânica” este empresário moderno, essencialmente, pode fazer parte dos intelectuais ditos orgânicos (LIGUORI; VOZA, 2017).

Gramsci (2000) ainda irá destacar que todo grupo social – tendo em vista a história que se desenvolveu até então – encontrará ou já encontrou categorias de intelectuais preexistentes, exemplo de tais intelectuais são os eclesiásticos. O autor sardo categorizará como intelectuais tradicionais que trouxeram para si a aparência de independentes, com características próprias e certa autonomia de grupos sociais dominantes. (LIGUORI; VOZA, 2017).

No que se refere ao segundo questionamento sobre quais seriam os limites máximos dentre os quais é possível compreender e colocar a noção de intelectual, Gramsci, ainda no Cadernos 12, parágrafo 1, chama a atenção para um erro metodológico no sentido da busca por critérios de distinção das atividades intelectuais. Diz ele:

O erro [...] é ter buscado este critério de distinção no que é intrínseco às atividades intelectuais, em vez de buscá-lo no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram no conjunto geral das relações sociais. Na verdade, o operário ou proletário, por exemplo, não se caracteriza especificamente pelo trabalho manual ou instrumental, mas por este trabalho em determinadas condições e em determinadas relações sociais (sem falar no fato de que não existe trabalho puramente físico, e de que mesmo a expressão de Taylor, do “gorila amestrado” , é uma metáfora para indicar um limite numa certa direção: em qualquer trabalho físico, mesmo no mais mecânico e degradado, existe um mínimo de qualificação técnica, isto é, um mínimo de atividade intelectual criadora) (GRAMSCI, 2000, p. 18).

Assim, o autor afirma que a função intelectual é determinada pelo exercício da função política do homem, sendo que tal dimensão política estando presente em suas atividades, na medida em que nas suas tarefas cotidianas ele for capaz de conduzir e organizar a coletividade de homens na sociedade, sua função exercida será de intelectual. (GRAMSCI, 2000). Gramsci coloca que o fundamental era observar as funções que os intelectuais desenvolvem, “[...] segundo formas a cada vez peculiares e historicamente determinadas, nos processos de produção da hegemonia.” (LIGUORI; VOZA, 2017, p. 426). Contudo, não se deve colocar como imediata a relação entre intelectuais e a produção, mas sim, uma relação mediada por dois tipos de organização social: a primeira identificada como sociedade civil, ou seja, pelo conjunto de organizações privadas da sociedade; e a segunda pelo Estado. Essa reflexão, torna possível chegar a uma aproximação

concreta da realidade que envolve a categorial intelectual. (LIGUORI; VOZA, 2017). Ou seja, é no campo da sociedade civil e da sociedade política – esfera da superestrutura – que deve estar situada e função dos intelectuais.

Diante disso, acredita-se ser importante discorrer, de forma mais aprofundada, sobre o que Gramsci analisa da categoria intelectual tradicional.

### 1.3 O INTELECTUAL TRADICIONAL.

Como apresentado acima, entre os *intelectuais* preexistentes, a forma mais típica destas categorias são os eclesiásticos, também conhecidos como intelectuais tradicionais. Liguori e Voza (2017) colocam que estes intelectuais acreditam na sua condição e qualificação, a ponto de reconhecerem-se como um grupo social independente, que possui suas próprias características e com determinada autonomia do grupo social dominante.

Diante disso, Duriguetto (2014) complementa, com base no próprio autor, que existem outras categorias de *intelectuais tradicionais*, além dos eclesiásticos, formados através da disputa de interesses e os privilégios dos eclesiásticos, sendo eles: cientistas, administradores, filósofos não eclesiásticos, teóricos que estão vinculados ao absolutismo. Gramsci ainda sinaliza que a posição assumida pelos *intelectuais tradicionais* é baseada numa postura idealista, na medida que acreditam serem independentes do grupo social dominante, autônomos e dotados de características próprias.

O autor sardo, em seu estudo, construiu uma categorização que distingue qualitativamente a natureza dos *intelectuais* entre “orgânicos” e “tradicionais”. Assim, quando o autor trata de categorias *intelectuais* preexistentes, ele quer afirmar que tais intelectuais “[...] se apresentam como figuras de uma continuidade história ininterrupta, que não é questionada nem pelas mais complexas mudanças sociais e políticas.” (LIGUORI; VOZA, 2017, p. 432). Compreende que

A formação dos intelectuais tradicionais é o problema histórico mais interessante. Ele se liga certamente à escravidão do mundo clássico e à posição dos libertos de origem grega e oriental na organização social do Império Romano. Esta separação não apenas social, mas nacional, racial, entre grandes massas de intelectuais e a classe dominante do Império Romano se reproduz, após a queda do Império, entre guerreiros germânicos e intelectuais originários romanizados, continuadores da categoria dos libertos. Articula-se com estes fenômenos o nascimento e desenvolvimento do catolicismo e da organização eclesiástica que, por muitos séculos, absorveu a maior parte das atividades intelectuais e exerceu o monopólio da direção cultural, com sanções penais para quem quisesse se opor, ou mesmo ignorar, tal monopólio (GRAMSCI, 2000, p. 26).



Neste sentido, Portelli, (2002) destaca que Gramsci em seu ensaio sobre *Alguns temas da questão meridional* de 1926, observava que a camada dos intelectuais foi radicalmente modificada, em cada país, pelo desenvolvimento do capitalismo. Sendo que o velho tipo de *intelectual* – *intelectual tradicional* – era o elemento organizador de uma sociedade de base essencialmente camponesa e artesanal. Como já dito anteriormente, uma das características destes *intelectuais* é se considerarem autônomos. Isso ocorre, por duas razões: 1) esses grupos *intelectuais* frequentemente perderam a base social à qual estavam organicamente vinculados; 2) e por se encontrarem fortemente organizados. Considera que

Em todos os países, o estrato dos intelectuais foi radicalmente modificado pelo desenvolvimento do capitalismo. O velho tipo de intelectual era o elemento organizador de uma sociedade de base predominantemente camponesa e artesã; para organizar o Estado e o comércio, a classe dominante treinava um tipo específico de intelectual. A indústria introduziu um novo tipo de intelectual: o organizador técnico, o especialista da ciência aplicada. Nas sociedades em que as forças econômicas se desenvolveram em sentido capitalista, até absorver a maior parte da atividade nacional, predominou este segundo tipo de intelectual [...]. Ao contrário, nos países em que a agricultura exerce ainda um papel muito importante ou mesmo predominante, continua a prevalecer o velho tipo, que fornece a maior parte dos funcionários estatais; mesmo na esfera local, na vila e na cidadezinha rural, este tipo exerce a função de intermediário entre o camponês e a administração em geral. (GRAMSCI, 2004 *apud* DURIGUETTO, 2014, p. 269).

Isto posto, Portelli (2012) com base em Gramsci, ainda sinaliza que os *intelectuais orgânicos* do novo bloco histórico, essencialmente os da classe fundamental, opõem-se aos *intelectuais* do antigo bloco histórico – *intelectuais tradicionais*. Assim, as diversas camadas de *intelectuais* que existiam antes do surgimento da nova classe fundamental precisam ser absorvidos e/ou suprimidos pela nova categoria de *intelectuais* para que estes possam estabelecer sua hegemonia.

#### 1.4 O INTELECTUAL ORGÂNICO.

Como já dito, o estudo construído por Gramsci referente a categoria *intelectual* parte de dois questionamentos estreitamente entrelaçados: a) “[...] se os intelectuais seriam um grupo social autônomo ou se, ao contrário, todo grupo social teria sua própria categoria de intelectuais; b) como identificar e definir os limites máximos da acepção de intelectual” (LIGUORI; VOZA, 2017, p. 430).

A elucidação do primeiro questionamento irá trazer consigo os elementos fundantes do que Gramsci irá chamar de *intelectual orgânico*. Portanto, o autor afirma que todo grupo social que emerge [...] no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria

para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais [...]” (GRAMSCI, 2000, p. 15). São estes *intelectuais* que irão dar – a este grupo social – a homogeneidade e consciência da sua função, isso não só no campo econômico como também no social e no político. Contudo, para que esta análise possa ser esclarecida com profundidade, será preciso adentrar no segundo questionamento de Gramsci sobre os *intelectuais*: como identificar e definir os limites máximos no que se refere ao entendimento da categoria *intelectual*. (LIGUORI; VOZA, 2017).

Em vista disso, Gramsci, Cadernos 12, parágrafo 1, alerta para um “erro metódico”, o qual consiste em buscar o caráter da atividade intelectual em sua natureza, ou melhor, naquilo que se tem como “intrínseco”, em vez de analisá-la dentro do sistema de relações em que tal atividade se encontra. Neste sentido, o autor aponta que “[...] em qualquer trabalho físico, mesmo no mais mecânico e degradado, existe um mínimo de qualificação técnica, isto é, um mínimo de atividade intelectual criadora.” (GRAMSCI, 2000, p. 18). Assim, o ponto fundamental é olhar para as funções organizativas e conectivas dos *intelectuais*, ou seja, considerar as funções que eles desenvolvem, sendo elas peculiares e historicamente determinadas, nos processos de formação da hegemonia. (LIGUORI; VOZA, 2017).

O autor sardo ainda chama a atenção para a relação dos *intelectuais* e a produção, a qual não ocorre de forma imediata, mas sim é medida e mediada por dois tipos de organização social. A primeira delas é a sociedade civil, ou seja, pelo conjunto de organizações privadas da sociedade e a segunda pelo Estado. Lembrando que, ao colocar a questão dos *intelectuais* a partir dessa análise abre-se uma grande extensão para o conceito de *intelectuais*, contudo é por ela que se torna realmente possível chegar a uma aproximação concreta da realidade. (LIGUORI; VOZA, 2017, p. 431.).

Portanto, Liguori e Voza (2017) sinalizam que a noção de *intelectual orgânico* foi, entre as categorias gramscianas, a mais sujeita a equívocos interpretativos e a uma variedade de simplificações e reduções. À vista disso, retoma-se a afirmação de Gramsci: o *intelectual orgânico* se constitui e adquire significado em uma peculiar função conectivo-organizativa e o consenso não é um efeito adicional, mas sim, está incorporado, em formas sempre diferentes que se renovam, naquela função de fundo. Essa análise tem validade, não só quando posta no modo de ser dos *intelectuais* na história pré-burguesa e burguesa, mas também na relação entre *intelectuais* e classe operária, *intelectuais* e partido, *intelectuais* e política – tratando-se aqui, de forma geral, aos grupos sociais antagonistas.

Ainda neste sentido, os autores sinalizam que, também “[...] nesse caso não é delineada uma organicidade de tipo pedagógico ou ético-normativa: o que exclui que o autor dos *Q* [Cadernos] queira entender o intelectual orgânico como intelectual ‘de partido’”. (LIGUORI; VOZA, 2017, p.

431). Gramsci ao analisar o partido político afirma que, no que diz respeito à distinção entre *intelectuais* como categoria orgânica de todo grupo social e *intelectuais* como categoria tradicional, o ponto fundamental para a distinção de ambos é o estudo do partido político em relação ao problema dos *intelectuais*. Assim, o autor declara que o partido se configura como

[...] “o mecanismo que cumpre, na sociedade civil, a mesma função que o Estado cumpre, em medida maior, na sociedade política”, ou seja, se configura como o mecanismo que consegue determinar a “soldagem” entre intelectuais orgânicos e intelectuais tradicionais. Tal função de soldagem liga-se com a função mais geral do partido político que, declara G., consiste na elevação dos “membros ‘econômicos’ de um grupo social à qualidade de ‘intelectuais políticos’, isto é, de organizadores de todas as funções inerentes ao orgânico desenvolvimento de uma sociedade integral, civil e política” (LIGUORI, VOZA, 2017, p. 431).

Coutinho destaca que Gramsci ao falar de partido, o concebe como partido de massas e não como uma “seita doutrinária”. Sendo que ainda apresenta “[...] a correta dialética entre objetividade e subjetividade, entre espontaneidade e consciência, que está na base do núcleo não ‘datado’ da teoria leniniana do partido”. (1992. p. 106). Além do mais, o autor sardo sinaliza que a tarefa central do partido de massas é lutar pela unidade entre o movimento de massa e a direção consciente.

Ao colocar nestes termos a análise do partido, Gramsci ganha uma radical distância crítica, referente a noção do partido como “preconceito” apresentada por Croce<sup>4</sup> e da noção sociológica de Michels. O autor sardo, reconhecia toda a complexidade inovadora e o “[...] desafio presente em sua atribuição de uma valência radicalmente teórico-política à questão intelectual”. Ou seja, ele tratou, fundamentalmente, da questão política dos *intelectuais*. Além disso tal afirmação é posta em conexão com um problema que ele considera crucial: “[...] o do aprofundamento do nexos teoria-prática no interior dos mais recentes desenvolvimentos do marxismo.” Neste sentido, afirma que a filosofia da práxis<sup>5</sup> não tem o intuito de manter os “simples” no campo do senso comum, mas sim conduzi-los a uma concepção de vida superior. Quer dizer, a relação entre *intelectuais* e simples não vem no sentido de limitar a atividade científico-intelectual ou manter um nível inferior das massas, pelo contrário, vem com o objetivo de construir um bloco intelectual-moral que possibilite

<sup>4</sup> Lembrando que Gramsci faz menção a Croce ao tratar de intelectual tradicional. “Dos eclesiásticos (‘monopolizadores por longo tempo de alguns serviços essenciais’) a Croce (que se percebe ‘ligado mais a Aristóteles do que a Agnelli’ [...]).” (LIGUORI; VOZA, 2017, p. 432). E mais: “Assim, já em seu ensaio de 1926 sobre a ‘questão meridional’, Gramsci mostrava como hegemonia dos latifundiários sobre os camponeses do Sul se dava não através de um partido político, mas sim da camada dos intelectuais rurais médios, os quais – dirigidos ideologicamente por Croce e por Giuseppe Fortunato – agregavam os camponeses atomizados e os subordinavam aos interesses no bloco histórico industrial-agrário que dominava a Itália da época. ‘O camponês meridional – observava Gramsci – é ligado ao grande proprietário rural através do intelectual’”. (COUTINHO, 1992. p. 108).

<sup>5</sup> Filosofia da Práxis ver LIGUORI; VOZA, 2017, p. 300-303.

politicamente um progresso intelectual destas e não apenas a um seletivo e restrito grupo de *intelectuais*. (LIGUORI; VOZA, 2017, p. 427.). Duriguetto complementa que

[...] uma das funções dos intelectuais é a de atuar nos processos de formação de uma consciência crítica e de construção de uma concepção de mundo unitária e coerente dos “simples”. Ou seja, que se estabeleça uma relação “orgânica” entre eles, condição essa necessária para a superação da natureza acrítica do senso comum e pela potencialização da capacidade intelectual e da eficácia da atividade política dos “simples”. É do contato e das observações das visões de mundo, das experiências, das ações e comportamentos dos “simples”, que os intelectuais devem se alimentar para suas formulações teóricas e ações prático-políticas. (2014, p. 275).

No que se refere aos *intelectuais* de categoria orgânica, o autor dos *Cadernos* afirma que os graus de organicidade possuem conexão com diversas articulações em que se desenvolvem suas funções conectivas e organizativas, isso no presente, ou seja, na estrutura das democracias modernas, as quais possuem uma peculiar “[...] trama dos saberes, das especializações, das competências, das instituições, mas sempre em relação com as formas peculiares do Estado integral e da produção de hegemonia. (LIGUORI; VOZA, 2017, p. 427.), sendo que tais funções possuem, neste contexto, o valor de funções dirigentes. Assim, no mundo moderno a educação técnica está intimamente ligada ao trabalho industrial, mesmo no ser considerado mais primitivo e desqualificado. Essa é a base do novo tipo de *intelectual*,

O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas numa inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, “persuasor permanentemente”, já que não apenas orador puro — mas superior ao espírito matemático abstrato; da técnica-trabalho, chega à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual permanece “especialista” e não se torna “dirigente” (especialista + político). (GRAMSCI, 2000, p. 53).

Gramsci assegura que este modo de ser no novo *intelectual* não deve ser dissociado do modo de ser da relação entre intelectuais e movimento operário, entre socialismo e intelectuais. Ou seja, é necessário que o novo *intelectual* se liberte do seguinte erro: “[...] ‘acreditar que se pode *saber* sem compreender e especialmente sem sentir e estar apaixonado’, isto é, em acreditar que ‘o intelectual pode ser tal, se é distinto e separado do povo’ [...]”. (LIGUORI; VOZA, 2017, p. 428).

Contudo, ainda tratando da questão política dos *intelectuais*, o autor destaca que:

[...] uma massa humana não se “distingue” e não se torna independente “para si” sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, ou seja, sem que o aspecto teórico da ligação

teoria-prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas “especializadas” na elaboração conceitual e filosófica. Mas esse processo de criação dos intelectuais é longo, difícil, cheio de contradições, de avanços e de recuos. (GRAMSCI *apud* DURIGUETTO, 2014, p. 278).

Diante disso, Gramsci afirma que não é possível fazer política sem paixão, ou seja, sem que haja esta conexão sentimental entre *intelectuais* e povo-nação<sup>6</sup>. Assim, ao falar dessa conexão sentimental entre *intelectuais* e povo-nação, o autor critica – não de forma fantasiosa, mas com fundamentação – Croce e Weber, referente a fixação idealista do ético-político e da especialização da política/da política como profissão. Diante disso, fora “Dado como premissa o fato de que ‘existem realmente dirigentes e dirigidos, governados e governantes’[...]” (LIGUORI; VOZA, 2017, p. 428.), o autor convida ao seguinte questionamento: deseja-se que existam sempre governados e governantes ou aspira-se criar condições para que a necessidade de tal divisão desapareça? Nas palavras de Gramsci: “Isto é, parte-se da premissa da divisão perpétua do gênero humano ou crê-se que ela é apenas um fato histórico, correspondente a certas condições?” (GRAMSCI *apud* LIGUORI; VOZA, 2017, p. 428). Assim, evidencia-se que a questão política dos *intelectuais* apresentada pelo autor perpassa, em seu entorno, pela luta das classes subalternas na construção de uma contra-hegemonia oposta aos interesses do capital.

Neste sentido, de acordo com Duriguetto (2014), a função organizativa e dirigente que os *intelectuais* desempenham no partido, possibilita afirmar que tais funções são similares entre um e outro. Contudo, é somente por meio dos *intelectuais*, ao atuarem no partido, que a função da criação de processos de elevação da consciência corporativa à consciência de classe poderá ocorrer. Apesar disso, existe em outros espaços de atuação e em outras formas de organização como: movimentos sociais, meios de comunicação, o sistema educacional e em atividades profissionais, que os *intelectuais* atuam com essa função. Todavia, estes tendem a centrar-se na atuação dos processos de passagem da consciência imediata a formas de pensar e agir críticas. Neste sentido, é necessário evidenciar que “[...] a centralidade dessa formação em Gramsci está na função do *intelectual* que atua por meio do partido” (DURIGUETTO, 2014, p. 291).

Portanto, para os *intelectuais orgânicos* vinculados as classes subalternas<sup>7</sup> e a um projeto societário emancipador, a função da construção de uma contra-hegemonia se coloca tanto na ação nos processos de formação de uma consciência crítica que supere o senso comum – inerente a função dos *intelectuais* – “[...] quanto nas ações que vinculam os conteúdos de um senso comum em

<sup>6</sup> “Diante da eventual indeterminação, embebida de algum risco de “espontaneísmo”, do conceito de povo, G., com efeito, o substitui pelo conceito de povo-nação, que põe em causa a peculiaridade e a determinação histórica do entrelaçamento e da interação Estado-sociedade civil.” (VOZA *apud* LIGUORI; VOZA, 2017, p. 428).

<sup>7</sup> Diferença de classes e grupos subalternos

vias de superação, de elementos corporativos presentes na ação e luta política, a projetos de classe.” (ibidem., p. 292.). Ou seja, a passagem do elemento econômico-corporativo ao ético-político, ou ainda, a passagem da classe em si à classe para si. Isso posto, Gramsci afirma que esta função deve ser atribuída ao partido político, sendo que é nesta instancia organizativa de atuação dos *intelectuais* na defesa de um projeto político de classe emancipador, voltado para a construção de um novo bloco histórico e com vistas a superação da ordem capitalista (DURIGUETTO, 2014).

### 1.5 O INTELLECTUAL ORGÂNICO, O ESTADO AMPLIDO E A HEGEMONIA.

Como dito anteriormente, para Gramsci a função intelectual é determinada pelo exercício da função política do homem e da mulher, ou seja, se essa função está presente nas suas atividades, na medida em que nas suas tarefas cotidianas forem capazes de conduzir e organizar a coletividade de homens na sociedade, sua função exercida será de intelectual. É fundamental observar essas tais funções que os intelectuais desenvolvem, “[...] segundo formas cada vez peculiares e historicamente determinadas, nos processos de produção da hegemonia.” (LIGUORI; VOZA, 2017, p. 426). Assim, não se deve colocar como imediata a relação entre intelectuais e a produção, mas sim, uma relação mediada por dois tipos de organização social: a primeira identificada como sociedade civil, ou seja, pelo conjunto de organizações privadas da sociedade; e a segunda pelo Estado. Essa reflexão, torna possível chegar a uma aproximação concreta da realidade que envolve a categoria intelectual. (LIGUORI; VOZA, 2017). Ou seja, é no campo da sociedade civil e da sociedade política – esfera da superestrutura – que deve estar situada a função dos intelectuais.

Portelli (2002) afirma que Gramsci parte de sua análise de Estado tendo o plano estrutural enquanto base em que se assentam as relações materiais de produção. É a maneira como os homens e mulheres se organizam para produzir que determina-se a produção e reprodução das relações sociais. Com base nessa análise o autor sardo apresenta suas determinações desenvolvidas acerca do processo de constituição do Estado. Assim, partindo do plano estrutural, o qual justifica os pilares para a elaboração da superestrutura, Gramsci compreende que a sociedade civil está situada no momento superestrutural, identifica duas esferas distintas em seu interior, quais sejam: sociedade civil e sociedade política.

De acordo com Coutinho (1994), a sociedade política exprime o conjunto de aparelhos coercitivos de Estado imbuídos de garantir o domínio de classe via repressão e violência física. Traduzem-se “[...] nos grupos burocrático-executivos ligados às forças armadas e policiais e à imposição das leis [...]” (COUTINHO, 1994, p. 53). Gramsci refere-se exatamente ao *locus* ocupado pela sociedade civil no plano superestrutural. Ao considerá-la como o conjunto de

instituições encarregadas de exercer a difusão de valores e ideologias, tende a exercer o domínio de classe via consenso: a sociedade civil não pode ser “[...] definida como a sociedade política ou o Estado [...]; compreende os organismos de ‘hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade’. Estava dado o passo decisivo em direção à elaboração do conceito de ‘Estado ampliado’” (NERES, 2012, p. 136-137).

A associação entre sociedade civil e sociedade política nos marcos da superestrutura expressa que o Estado – afirmando a originalidade da concepção marxiana – é um Estado de classe, pois sua finalidade é assegurar os interesses específicos do grupo social dominante. Para garanti-los, no entanto, Portelli (2002) evidencia que Gramsci entende que a classe social que tem a pretensão de conquistar e assegurar a hegemonia deve exercer o controle e o domínio da coletividade dos homens da sociedade por meio da repressão e também do consenso, isto é, por meio dos aparelhos coercitivos de Estado e dos aparelhos privados de hegemonia: “Na política, o erro acontece por uma inexata compreensão do que é o Estado (no significado integral: ditadura + hegemonia)” (GRAMSCI, 2000a, p. 257). Com esta formulação “ampliada”, Gramsci contribui para denunciar que a expansão e a difusão das concepções de mundo dos grupos sociais se dão, em grande medida, via aparelhos privados de hegemonia. Portanto, o autor ao ampliar sua concepção de Estado passa a compreendê-lo como agente que também – e, sobretudo – opera pelo consenso.

Trocando em miúdos: consenso e repressão estão na essência dos aparelhos operados pela sociedade civil e pela sociedade política. Ao considerá-los enquanto esferas materiais localizadas no interior do plano superestrutural, o autor sardo evidencia a razão direta entre hegemonia e dominação: “[...] se deve notar que na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção)” (GRAMSCI, 2000a, p. 244).

O Estado ampliado da sociedade moderna não é apenas um Estado repressivo e autoritário. Os mecanismos de dominação não se dão somente pela via da força coercitiva, mas sua configuração demanda, hoje, novas formas de controle. Estas novas formas se expressam, em Gramsci, pela necessidade de dominação espiritual das massas e por sua vez, ultrapassa a dominação material. Assim, pode-se entender que a dimensão da hegemonia está presente e se faz necessária para legitimar o Estado moderno ampliado, porque suas funções não se reduzem, exatamente, a obrigação pelo poder coercitivo. Portanto, a hegemonia é mais que domínio material, pois é, sobretudo, domínio espiritual, que legitima a contradição material. (LIGUORI; VOZA, 2017).

A hegemonia, operada pela ampliação do Estado, significa a ampla capacidade dos aparelhos privados de hegemonia da sociedade civil de exercer a adesão voluntária à ordem

social estabelecida. A capacidade das instituições da sociedade moderna (Igreja, escola, universidades, partidos políticos) de formar a subjetividade das massas, opera-se no sentido de conformá-las a objetividade material e concreta da sociedade capitalista, ou seja, a hegemonia é a legitimação da organização social dominante, pois atua como uma adesão por conformação. “No âmbito da sociedade civil, a classe dominante, através do uso do poder por meios não violentos, contribui para reforçar o conformismo, apostando na desestruturação das lutas das classes subalternas [...]”. (SIMIONATO, 2009, p. 43).

Portanto, a hegemonia não é a maioria, mas é a capacidade de produção de consenso para a manutenção do modo de produção dominante. Nesta relação, os *intelectuais orgânicos* desempenham um papel fundamental nas relações hegemônicas do bloco histórico. Se a sua função é disseminar o consenso, ligando estrutura e superestrutura, pode-se dizer que é o organizador dirigente e especialista da elaboração da concepção de mundo e da subjetividade espiritual das massas. É ainda a camada intermediária responsável por conferir legitimidade as classes dominantes e subordinar as classes dominadas a sua concepção de mundo, difundindo-a e tornando-a senso comum entre as classes subalternas, ou seja, a função dos intelectuais orgânicos da classe dominante é difundir a sua concepção de mundo para as classes dominadas, fazendo com que elas assimilem de forma acrítica tal concepção. Nesta perspectiva “O senso comum das classes dominantes [...] atua como força ideológica, desmobilizadora das iniciativas críticas advindas das camadas subalternizadas” (SIMIONATTO, 2009, p. 43).

Estado ampliado, hegemonia e intelectuais orgânicos formam um conjunto de categorias que, em Gramsci, expressam uma forma de controle e de manutenção da sociedade burguesa moderna. Ao mesmo tempo em que evidencia esses mecanismos de manutenção, por outro lado, também indica uma possibilidade de superação das condições objetivas postas.

O desafio que se coloca para as classes subalternas, segundo o sardo, é fazer com que os intelectuais orgânicos do proletariado construam uma nova concepção de mundo livre da influência das classes dominantes. A concepção de mundo burguesa difundida pelos intelectuais orgânicos da burguesia é o senso comum incorporado acriticamente pelas classes subalternas – aja vista que o senso comum também pode estar nas classes subalternas advindo dos valores, modos de vida, folclores. Para Gramsci, é preciso então superar o senso comum (a concepção de mundo burguesa) para construir a própria concepção de mundo (o bom senso) das classes subalternas, aquela que critica a concepção de mundo burguesa e que se coloca na direção de construção de um novo bloco histórico, operando uma contra-hegemonia. Isso significa que o senso comum pode se tornar “[...] ‘bom senso’, na medida em



que as classes subalternas afirmem-se enquanto coletividades e sejam capazes de reelaborar sua visão de mundo a partir de uma cultura forjada na ‘disciplina interior’, e não imposta de forma externa e mecânica” (SIMIONATTO, 2009, p. 44).

As referências teórico-metodológicas construídas pelo autor sardo ganham concreticidade na análise do real, em contextos particulares. O caminho teórico-metodológico exposto na reflexão deste primeiro capítulo resultou da necessidade de buscar os fundamentos analíticos necessários para desvendar a problemática da presente pesquisa. A seguir, abordaremos a aproximação do Serviço Social brasileiro à obra gramsciana e como, na literatura profissional, a concepção de intelectual foi apropriada.

## **2 CONJUNTURA SOCIOHISTÓRICA E A APROXIMAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO AO PENSAMENTO GRAMSCIANO**

### **2.1 O PROCESSO DE RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO**

O processo de renovação do Serviço Social Brasileiro se iniciou na década de 1960 com o Movimento de Reconceituação Latino Americano. Portanto, para compreendermos este movimento de renovação é preciso estabelecer a seguinte pergunta: qual é o processo de renovação e em relação a que ele renovou? Isso significa que devemos retomar a própria trajetória histórica do Serviço Social Brasileiro para expressarmos como a renovação atinge e influencia diretamente as suas bases político- ideológicas.

A década de 1960 foi o início do processo de questionamento desses referenciais até então construídos da profissão. Yazbek, Martinelli e Raichelis (2008) afirmam que esse momento assumiu as inquietações de uma conjuntura histórica de intenso movimento político-cultural que reuniu profissionais, intelectuais, trabalhadores, segmentos médios das classes populares em torno da luta antiimperialista na defesa de projetos de transformação social.

O cenário mundial e da América Latina foi determinante para os questionamentos dos referenciais da profissão. Portanto, a revolução socialista em Cuba e seu êxito neste país, fez com que os regimes da América Latina vissem este acontecido como algo ameaçador, assim, Cuba se transformava em um problema político e a resposta a este problema foram as ideias desenvolvimentistas importados aos países latino-americanos.

Nesse contexto, foi possível engendrar um movimento de questionamento da própria realidade social e do Serviço Social, passando a questionar suas referências teórico-metodológicas, técnico-operativas e ideopolíticas (YAZBEK, MARTINELLI, RAICHELIS, 2008). Neste mesmo período, na realidade brasileira, a luta de classes ganhava as ruas, os movimentos populares cresciam em organização e mobilização.

Assim, opondo-se ao modo radical de ação das classes populares nos quadros políticos e temerosos das ameaças ao seu poder, os vários setores da burguesia uniram-se aos militares para controlar o quadro social e recuperar o seu domínio de classe. O resultado dessa articulação fora o golpe de Estado de 31 de março de 1964, através do qual se implantava uma nova ditadura no país, destruindo-se de modo abrupto, violento e radical os avanços no processo organizativo das classes populares.

Foi durante o período da ditadura – regime esse que impôs as tais ideias desenvolvimentistas e pregava afastar o “fantasma do comunismo” -, que o Serviço Social iniciou seu processo de

renovação. Na análise de Netto (1991), o processo de renovação, dado concretamente por seu processo de autocrítica e de crítica ao Serviço Social Tradicional, tem como desdobramentos três vertentes profissionais: a perspectiva modernização conservadora, reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura.

A primeira vertente possui uma abordagem funcionalista, estruturalista e positivista, voltada para a modernização conservadora pela mediação do desenvolvimento social e do enfrentamento da marginalidade e da pobreza na perspectiva de integração à sociedade. Esta perspectiva modernizadora possui o Seminário de Teorização do Serviço Social de Araxá (1967), de Teresópolis (1970), de Sumaré (1978) e do Alto da Boa Vista (1984) como encontros para o processo de renovação do Serviço Social. Estes seminários possuíam características diferenciadas, mas podem perfeitamente ser tomados como a consolidação modelar da tentativa de adequar as (auto) representações profissionais do Serviço Social às tendências sócio-políticas que a ditadura tornou dominantes e que não se punham como objeto de questionamento substantivo pelos protagonistas que concorreram na sua elaboração. Portanto, estes seminários, em que houve a afirmação e consolidação da perspectiva modernizadora, não trouxeram nenhum debate capaz de empolgar os setores de ponta do Serviço Social brasileiro, mas deve-se ressaltar que, paralelamente a estes, já transitava um processo de renovação profissional. (NETTO, 2001).

A segunda vertente a ser discutida é a reatualização do conservadorismo, a qual se apropria da visão de pessoa e comunidade de Emmanuel Mounier. Nela, são observados os sujeitos em suas vivências, colocando para o Serviço Social a tarefa de auxiliar na abertura desse sujeito existente, singular, em relação aos outros. Para o Serviço Social brasileiro a influência se apresentou no sentido de priorizar as concepções de pessoa, diálogo e transformação dos sujeitos como uma forma de reatualização do conservadorismo presente no pensamento inicial da profissão. (YAZBEK, MARTINELLI, RAICHELIS, 2008)

Netto (2001) ressalta que, a característica da perspectiva da reatualização do conservadorismo é a exigência e a valorização da produção e elaboração teórica para fundamentar as práticas profissionais. Esta também apresenta ao Serviço Social a proposta de ajuda psicossocial, com uma metodologia genérica pensada a partir desse processo de ajuda psicossocial.

Para o autor, a terceira vertente é a *intenção de ruptura*, confrontando o conservadorismo profissional e seus desdobramentos para . Vale salientar que no Brasil, em um primeiro momento, a aproximação com a obra marxiana se deu de forma enviesada. Este processo trouxe incontáveis problemas, como abordagens reducionistas dos “marxismos de manual” e a influência do cientificismo e do formalismo metodológico (estruturalismo), na qual estas recusaram as determinações sócio-históricas da profissão.

Silva e Silva (2002) também ressalta que o Serviço Social brasileiro foi extremamente marcado pelo período da ditadura militar. Para ela, enquanto houve uma freada profissional no início deste regime, emergiu, durante este, uma vertente crítica que buscava a renovação profissional. A autora ressalva, que esta vertente mais crítica, articulava-se e se gestava a partir do Movimento Reconceituação do Serviço Social na América Latina. Segundo a autora, este permitiu canalizar as insatisfações acumuladas pelos profissionais que se conscientizavam progressivamente de suas limitações, tanto teórico-instrumentais como político-ideológicas.

Estes agentes críticos deixaram de falar em pobres, carentes, patologia social e desenvolvimento de comunidade, passando a falar em mudanças de estrutura, trabalhadores, compromisso com a população e revolução. Netto também ressalta que, na

[...] segunda metade dos anos 1960 marca, na maioria dos países em que o Serviço Social já se institucionalizara como profissão, uma conjuntura de profunda erosão das práticas tradicionais (e, compreensivelmente, dos discursos teóricos ou pseudoteóricos que as legitimavam). [...] a transição da década de 1960 para 1970 foi, de fato, assinalada em todos os quadrantes por uma forte crítica ao que se pode, sumariamente, designar como ‘Serviço Social tradicional’: a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada, orientada por uma ética liberal-burguesa, que, de um ponto de vista claramente funcionalista, visava enfrentar as incidências psicossociais da ‘questão social’ sobre indivíduos e grupos, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida social como um dado factual ineliminável. (NETTO, 2005, p. 6).

As ressonâncias do Movimento de Reconceituação reverberaram tanto mais quanto avançavam as forças democráticas na cena política nacional, com implicações no interior da categoria profissional. Assim, a passagem nos anos 1970 aos 1980, com a reativação do movimento operário-sindical e o protagonismo dos chamados novos sujeitos sociais, abriu novas perspectivas para os assistentes sociais que pretendiam a ruptura com o tradicionalismo. (NETTO, 2005, p. 17).

Assim, é importante afirmar que a renovação do Serviço Social, de acordo com Netto, é um conjunto de características novas que,

[...] no marco das constringências da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendências do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais. [...] a renovação implica na construção de um *pluralismo profissional*, radicado nos procedimentos diferentes que embasam a legitimação prática e a validação teórica, bem como nas matrizes teóricas a que elas se prendem [...]. Nesta ótica, a renovação do Serviço Social aparece, sob todos os aspectos, como um *avanço*: mesmo nas vertentes em que as concepções herdadas do passado não são medularmente postas em causas, registra-se uma

articulação que lhes confere uma arquitetura que procura oferecer mais consistência à ordenação dos seus componentes internos. (2001, p. 131).

É no bojo deste movimento e em seus desdobramentos históricos que se definem e se confrontam diferentes tendências na profissão, incidindo nos seus fundamentos teórico-metodológicos e na direção social de sua intervenção.

Neste sentido, Netto ressalta que

No momento da sua emergência, o projeto da ruptura aproxima-se da tradição marxista [...], esta aproximação padece de vícios óbvios: instrumentalização para legitimar estratégias e táticas, pouca possibilidade de reflexão teórica sistemática etc. Quando se repõe no marco profissional, ela é filtrada pela recorrência a autores que de alguma forma chancelam as deformações próprias dessa instrumentalização. [...] não é de estranhar que a perspectiva da intenção da ruptura recolha a tradição marxista o visceral empirismo que se escora em estratos do maoísmo e lhe dê uma iluminação teórica via redução do arsenal marxiano ao epistemologismo de raiz estruturalista [...]. (2001, p. 268)

Assim, Netto (2001) afirma que, foi com este referencial, precário em um primeiro momento, do ponto de vista do rigor teórico, mas posicionado do ponto de vista sociopolítico, que a profissão inicia seu questionamento sobre sua prática institucional e seus objetivos de adaptação social, ao mesmo tempo em que se aproxima dos movimentos sociais. Inicia-se aqui a vertente de ruptura com o Serviço Social tradicional.

Assim, se faz importante assinalar que, neste período, o Serviço Social ingressa no circuito da universidade, justamente no período de vigência da autocracia burguesa, deste modo, calcula-se o impacto que esta inserção causou no ensino de Serviço Social, no qual um breve lapso de tempo, a formação profissional viu-se penetrada pelas exigências e condicionamentos decorrentes da refuncionalização global da universidade pelo regime autocrático burguês e da sua própria virgindade acadêmica. (NETTO, 2002).

Netto ainda ressalta que, foi somente por volta de 1975, quando o regime ditatorial brasileiro começava experimentar a sua erosão,

[...] que se fazem sentir no Brasil as ressonâncias das tendências que, na Reconceitualização, apontavam para uma crítica radical do tradicionalismo – e essas ressonâncias reverberam tanto mais quanto avançam as forças democráticas na cena política nacional, com claríssimas implicações no interior da categoria profissional. A passagem nos anos 1970 aos 1980, com a reativação do movimento operário-sindical e o protagonismo dos chamados *novos sujeitos sociais*, abriu novas perspectivas para os assistentes sociais que pretendiam a ruptura com o tradicionalismo. E estes assistentes sociais investiram em dois planos: na organização da categoria profissional e na formação acadêmica. No

primeiro deles, em pouco tempo fortaleceu-se uma articulação nacional que tornou os Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais um fórum maciço e representativo da categoria profissional; quanto à formação acadêmica, instituiu-se um currículo de âmbito nacional e consolidou-se a pós-graduação (mestrado e doutorado). (NETTO, 2005, p. 17)

É válido ressaltar, dentro deste contexto, que o processo renovação do Serviço Social no Brasil, não se deu de forma linear e nem homogênea, como não o é o próprio movimento social. Fora um processo marcado por confrontos com as forças conservadoras e reacionárias existentes no interior do quadro profissional e da sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, pelas divergências e contradições entre as próprias forças que se colocam na perspectiva dos interesses dos setores populares. (SILVA E SILVA, 2002).

Em suma, com a transição democrática, no período de 1980, que sinalizou o esgotamento e crise do regime ditatorial, fez reavivar, no Serviço Social, a vertente comprometida com o projeto democrático-popular e a vanguarda profissional engajada em um movimento de crescente explicitação da dimensão política e do significado social da profissão. (YAZBEK, MARTINELLI, RAICHELIS, 2008)

O movimento de Reconceituação impõe aos assistentes sociais a necessidade de construir um novo projeto profissional, comprometido com as demandas e interesses dos trabalhadores e das camadas populares usuárias das políticas públicas. (YAZBEK, MARTINELLI, RAICHELIS, 2008, p.16)

Do mesmo modo, no início da década de 1980 a profissão de Serviço Social passa a ter uma efetiva interlocução com a teoria social de Marx. E com a adoção do marxismo como referência, torna-se hegemônica, na profissão, a abordagem desta como totalidade social que participa do processo de reprodução das relações contraditórias da sociedade capitalista. (IAMAMOTTO, 1982 apud YAZBEK, MARTINELLI, RAICHELIS, 2008).

Este período foi marcado pela reestruturação da Proteção Social Brasileira a partir da Constituição de 1988, com: ampliação e extensão dos direitos sociais; universalização de acesso aos serviços sociais; expansão da cobertura de benefícios sociais; certo afrouxamento do vínculo contributivo como princípio estruturante do sistema; seguridade social como configuração mais abrangente (Previdência, Saúde e Assistência Social); maior comprometimento do Estado e sociedade no financiamento do sistema no plano político-institucional (descentralização político-administrativa). (SILVA e SILVA, 2002).

Este período histórico da década de 1980 foi extremamente fértil na definição de rumos técnicos-acadêmicos e políticos para o Serviço Social, pois devido a estes avanços e conquistas,

existe atualmente um projeto profissional, que aglutina segmentos significativos de assistentes sociais no país, amplamente discutido e coletivamente construído ao longo das duas últimas décadas. As diretrizes norteadoras desse projeto de desdobram no Código de Ética Profissional do Assistente Social, de 1993, na Lei da Regulamentação da Profissão de Serviço Social (Lei 8 662/93) e, hoje, na nova Proposta de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. (IAMAMOTO, 2009).

Em relação à construção de projetos profissionais críticos, Netto afirma que estes

[...] apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (dentre estas, também e destacadamente com o Estado, ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais). (2009, p. 144).

Com base nesta compreensão, a categoria de assistentes sociais a partir de condições concretas de vida e trabalho no país, fez sua autocrítica e assumiu um projeto profissional, envolvendo trabalho e formação profissional, cuja direção social é hegemônica. É historicamente datado, pois é fruto e expressão de um amplo movimento da sociedade civil, desde a crise da ditadura, o qual afirmou o protagonismo dos sujeitos sociais na luta pela democratização da sociedade brasileira (IAMAMOTO, 2009).

Este processo não foi sem disputas nem reducionismos, antes exigiu a maturação por meio do estudo sistemático e da pesquisa. A seguir será abordado a forma que se deu a aproximação do Serviço Social à tradição marxista, particularmente ao pensamento gramsciano.

## 2.2 A APROXIMAÇÃO ENVIESADA DO SERVIÇO SOCIAL À TRADIÇÃO MARXISTA

A vertente de *intenção de ruptura*, introduziu no Serviço Social brasileiro a aproximação à obra marxiana e à tradição marxista como referência teórico-metodológica para análise da realidade e da profissão neste contexto. Porém, a aproximação inicial desta perspectiva no Brasil e demais países da América Latina, deu-se por meio de abordagens reducionistas dos “marxismos de manual” e a influência do cientificismo e do formalismo metodológico (estruturalismo), com a recusa da análise das determinações sócio-históricas da profissão. Como apresentado acima, Netto (2001) considera que esta “aproximação padece de vícios óbvios”.

Em suma, foi com um referencial precário em um primeiro momento, do ponto de vista do rigor teórico, mas posicionado do ponto de vista sociopolítico, que a profissão inicia seu questionamento sobre sua prática institucional e seus objetivos de adaptação social, ao mesmo tempo em que se aproxima dos movimentos sociais.

Silva e Silva (2002) também discorre sobre tal período, afirmando que a partir de 1970, que a perspectiva marxista passou a ser implantada no contexto do Serviço Social, inicialmente representada pela vertente do estruturalismo. Ela relata que seguindo a tendência do Movimento de Reconceituação Latino-Americano, naquele momento, se negava a prática institucional e enfatizava a *militância política*. É válido sinalizar que essa concepção não se restringe somente ao âmbito do Serviço Social, mas influenciava todas as profissões circunscritas ao social, bem como as práticas políticas em geral.

Encontrou campo fértil para a militância na realidade política do autoritarismo da ditadura militar em seu período mais rígido. Entre as experiências marcantes deste período, dever-se destacar os esforços de um grupo de profissionais que, “[...] em Minas Gerais, formula o método BH, que se constituiu na mais significativa proposta crítica do Serviço Social elaborada nessa época no Brasil, influenciando o setor mais crítico da profissão, sobretudo aqueles que se encontravam nas universidades.” (SILVA, 2002, p. 35).

Netto ressalta que, o “Método de Belo Horizonte” para a intenção de ruptura foi de extremo valor, pois este trabalho configurou

[...] a primeira elaboração cuidadosa, no país, sob a autocracia burguesa, de uma proposta profissional alternativa ao tradicionalismo preocupada em atender aos critérios teóricos, metodológicos e interventivos capazes de apontar ao Serviço Social uma fundamentação orgânica e sistemática, articulada a partir de uma aglutinação que pretendia expressar os interesses históricos das classes e camadas exploradas e subalternas. [...] o método que ali se elaborou foi além da crítica ideológica, da denúncia epistemológica e metodológica e da recusa das práticas próprias do tradicionalismo; [...] ele coroou a sua ultrapassagem no desenho de um inteiro *projeto profissional*, abrangente, oferecendo uma pauta paradigmática dedicada a dar conta inclusiva do conjunto de suportes acadêmicos para a formação dos quadros técnicos e para a intervenção do Serviço Social. (NETTO, 2001, p. 275-276).

Situada no contexto do investimento do Centro Latinoamericano de Trabalho Social – CELATS na pesquisa sobre a história do Serviço Social na América Latina, a obra de Marilda Iamamoto juntamente com Raul de Carvalho, foi um marco para a maioria intelectual da perspectiva da intenção de ruptura, para Netto (2001), esta reflexão é o



[...] ponto de inflexão no coroamento da consolidação acadêmica do projeto de ruptura e mediação para o seu desdobramento para além das fronteiras universitárias. Trata-se de uma elaboração que, exercendo ponderável influência no meio profissional, configura a primeira incorporação bem-sucedida, no debate brasileiro, da fonte 'clássica' da tradição marxiana para a compreensão profissional do Serviço Social. O trabalho de Yamamoto [...] tem um objetivo expresso: recusando quer uma 'leitura interna' do Serviço Social (que buscaria a sua especialidade no seu objeto, objetivos, procedimentos e técnicas), quer uma abordagem da sua institucionalidade como epifenômeno da ordem burguesa (que o localizaria como um 'reflexo' do quadro social abrangente), procura compreender o significado social do 'exercício profissional em suas conexões com a produção e reprodução das relações sociais na formação social vigente na sociedade brasileira'. [...] A sua perspectiva de análise enfoca o 'Serviço Social como profissão referenciada ao contexto de aprofundamento do capitalismo' no país [...] e supõe 'que a apreensão do significado histórico da profissão só é desvendada em sua inserção na sociedade, pois ela se afirma como instituição peculiar na e a partir da divisão social do trabalho' (NETTO, 2001, p. 276-290).

Dentro desta conjuntura, ressalta-se que, como citado acima, Yamamoto, no início da década de 1980, apresenta à profissão uma efetiva interlocução com a Teoria Social de Marx. Tendo o marxismo como referencial teórico-metodológico, sua interpretação tornou-se hegemônica meio profissional. A abordagem do Serviço Social inserido na totalidade social, participando do processo de reprodução das relações sociais contraditórias da sociedade capitalista foi determinante para o salto qualitativo e acadêmico para a produção de conhecimento na área (YAZBEK, MARTINELLI, RAICHELIS, 2008).

Dentro desta ótica, também nos anos 80, vale ressaltar o debate da Ética no Serviço Social, buscando-se romper com a ideia de neutralidade científica e com o tradicionalismo positivista. Neste contexto, é debatido e aprovado em 1986 o novo Código de Ética Profissional, como instrumento normativo do comportamento profissional. O Código traz também a ruptura com o corporativismo profissional, inaugurando a percepção do valor da denúncia (inclusive a formulada por usuários).

Em relação ainda ao período de 1980, este é marcado pela manifestação de sinais da falência do padrão do Estado intervencionista e lançamento das bases de minimização do Estado. Ao mesmo tempo, é nesse período histórico que se dá o processo constituinte, desde a convocação feita em 1986, até a promulgação da Constituição de 1988, sendo palco de uma intensa luta política, na qual as classes sociais atuam organizadamente, ainda que em condições desiguais. É no contexto das marcas conservadoras e da luta pela democratização das relações sociais e transição político que também configura-se "um espaço político-profissional diferenciado também para o Serviço Social." (SILVA E SILVA, 2002, p.46).

Este período foi marcado pela luta para que direitos sociais fossem reconhecidos na carta constitucional, legislações complementares bem como pela sua efetivação nas respectivas políticas sociais. A defesa da universalização de acesso aos serviços sociais, expansão da cobertura de benefícios sociais, a defesa da seguridade social como configuração mais abrangente para além da Previdência, Saúde e Assistência Social, a luta por maior comprometimento do Estado e sociedade no financiamento do sistema no plano político-institucional, foi o contexto que permitiu à profissão a ampliação de mercado de trabalho e a consciência de sua condição de assalariamento.

Assim, segundo Silva e Silva

Tudo isso repercutiu profundamente no Serviço Social, destacando-se, de um lado, a entrada dos movimentos sociais na cena política e, de outro, a incapacidade de o Estado absorver suas demandas, verificando uma crise das políticas sociais e dos serviços assistenciais e o conseqüente crescimento da massa de excluídos com demanda crescente pela sobrevivência e o crescimento vertiginoso no setor informal da economia. (2002, p. 50).

Pode-se afirmar que, apesar deste contexto, o Serviço Social registra avanços significativos como: avanço do debate teórico sobre questões que nortearam o Movimento de Reconceituação, procurando resgatar o Estado enquanto espaço de trabalho dos assistentes sociais e procurando superar a concepção da assistência social como assistencialismo, situando-a como um direito do cidadão e dever do Estado; avanço na organização interna da categoria profissional e sua relação com a organização mais geral dos trabalhadores; desenvolvimento de avaliação do processo de formação profissional, a partir do currículo mínimo em vigor, dentre outros. (SILVA E SILVA, 2002).

Netto, neste sentido, ressalta que

A principal conquista da Reconceituação, [...] parece localizar-se num plano preciso: *o da recusa do profissional de Serviço Social de situar-se como um agente técnico puramente executivo* (quase sempre um executor terminal de políticas sociais). Reivindicando atividades de planejamento para além dos níveis de intervenção microssocial, valorização nas funções profissionais o estatuto *intelectual* do assistente social (abrindo, pois, a via para a inserção da *pesquisa* como atributo também do Serviço Social), a Reconceituação assentou as bases para a requalificação profissional, rechaçando a subalternidade expressa na até então vigente aceitação da divisão consagrada de trabalho entre cientistas sociais (os 'teóricos') e assistentes sociais (os profissionais da 'prática'). (NETTO, 2005, p. 12).

Desta forma, de acordo com Iamamoto, a década de 1980 foi extremamente fértil na definição de rumos técnicos-acadêmicos e políticos para o Serviço Social, pois devido a estes avanços e conquistas

[...] existe um projeto profissional, que aglutina segmentos significativos de assistentes sociais no país, amplamente discutido e coletivamente construído ao longo das duas últimas décadas. As diretrizes norteadoras desse projeto de desdobram no Código de Ética Profissional do Assistente Social, de 1993, na Lei da Regulamentação da Profissão de Serviço Social (Lei 8662/93) e, hoje, na nova Proposta de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. (2009, p. 50).

A autora ainda afirma que, este Projeto de Profissão e de formação profissional, hoje hegemônico, é historicamente datado, pois é fruto e expressão de um amplo movimento da sociedade civil, desde a crise da ditadura, o qual afirmou o protagonismo dos sujeitos sociais na luta pela democratização da sociedade brasileira (IAMAMOTO, 2009). Assim

[...] no contexto de ascensão dos movimentos sociais, das mobilizações em torno da elaboração e aprovação da Carta Constitucional de 1988, das pressões populares que redundaram no afastamento do Presidente Collor – entre outras manifestações –, que a categoria dos assistentes sociais foi sendo questionada pela prática política de diferentes segmentos da sociedade civil. (IAMAMOTO, 2009, p. 50).

De acordo com a autora, os assistentes sociais não ficaram a reboque desses acontecimentos, ao contrário, tornaram-se seus co-autores, co-participantes desse processo de lutas democráticas na sociedade brasileira. E aí se encontra a base social da reorientação ou reconceitualização da profissão nos anos 1980.

Um marco neste processo em 1979 foi o Congresso da “Virada”! Segundo YAZBEK, MARTINELLI, RAICHELIS (2008, p. 21), foi um marco no processo de “... politização e mobilização de profissionais e estudantes de Serviço Social e na reativação das entidades sindicais em todo o país”. O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS, realizado em São Paulo denominado “Congresso da Virada”, tratou-se da construção do projeto ético-político profissional, pois o ano de 1979,

[...] tornou-se emblemático por ser o tempo de florescimento das possibilidades objetivas e subjetivas que permitiram às forças políticas do trabalho expressar suas lutas pela implementação do Estado de Direito após o nefasto período de vigência da ditadura militar no Brasil, que ceifou as mais corajosas formas de resistência e combate ao autoritarismo. Alimentados por aquela conjuntura sócio-histórica, Assistentes Sociais começaram a tecer o entendimento do Serviço Social nos marcos da relação capital/trabalho e nas complexas relações entre Estado e So-

cidade. A “Virada” teve o sabor de descortinar novas possibilidades de análise da vida social, da profissão e dos indivíduos com os quais o Serviço Social trabalha. Dali em diante, a realidade em sua dinamicidade e dimensão contraditória torna-se o chão histórico prenhe de lições cotidianas por meio do protagonismo das lutas da classe trabalhadora e dos sujeitos profissionais que passaram a apreender as necessidades reais vivenciadas pela população como demandas postas ao Serviço Social. (CFESS, 2009, p. 01)

Neste contexto, as necessidades sociais foram politizadas pelos movimentos da classe trabalhadora que se organizaram e se formaram em torno da defesa do direito ao trabalho, à autonomia de organização sindical, à seguridade social, aos direitos sociais, políticos e civis, bem como, os direitos relacionados à diversidade humana - como liberdade de expressão, direito à identidade e igualdade de gênero, étnico-racial e à liberdade de orientação e expressão sexual. Segundo o CFESS,

Nas lutas memoráveis desses sujeitos coletivos, Assistentes Sociais entenderam que as condições de vida e de trabalho se alteram mediante processos de resistência. Entenderam, também, que o conformismo que se reproduz na vida cotidiana de amplos segmentos da população diz respeito ao modo de vida instituído pelo projeto do capital que atua na produção de diferentes níveis de exploração e de opressão, na perspectiva de assegurar a reprodução de seu projeto de acumulação. Utiliza, ainda, refinados mecanismos ideológicos de adesão à ordem, e se preciso for, faz valer a “força bruta” para prevalecer seus interesses. Contra o pragmatismo, o conservadorismo e a suposta neutralidade defendidos pelo Serviço Social tradicional, o projeto profissional do Serviço Social brasileiro, [...] fundado na luta política por liberdade, trabalho e direitos. É na trincheira da resistência e do enfrentamento que as entidades nacionais da categoria e assistentes sociais em diferentes recantos deste país assumiram explicitamente seu compromisso com os interesses do trabalho. Assim, buscaram o aprimoramento intelectual como condição para apreender o real em sua concretude e complexidade. Neste processo, a interlocução com a tradição marxista e posteriormente com o pensamento marxiano forneceu o alicerce teórico-metodológico para apreender a realidade sob uma perspectiva de totalidade. (CFESS, 2009, p. 02).

O investimento no estudo e pesquisa na área por parte da categoria foi fundamental e oportunizado pela expansão da pós-graduação, mestrados e doutorados, nas diferentes regiões do país. A partir desta inserção ampliou-se a produção de conhecimento na área. Ao mesmo tempo, a aproximação amadurecida à obra marxiana, permitiu a apropriação da perspectiva da totalidade e historicidade, constituindo-se nos fundamentos teórico-metodológicos que embasarão o Projeto Ético Político Profissional.

Situado na contra-corrente da sociabilidade do capital, com o acúmulo teórico-metodológico da ontologia do ser social, a categoria aprimorou o entendimento da ética e da ética profissional. Desse modo, em 1993, aperfeiçoou os instrumentos normativos. Neste sentido,

O atual Código de Ética profissional, aprovado em 1993, foi resultado de um amadurecimento das reflexões iniciadas na elaboração do Código de 1986, fruto de uma ampla e democrática construção coletiva da categoria em nível local, regional e nacional. Na década de 1990, a perspectiva ética, teórica e política que conquistava hegemonia no seio da profissão foi aprofundada. O Código de 1986 revelou-se insuficiente, dentre outras questões, na subordinação imediata e sem mediações entre ética e política e entre ética e ideologia. É também de 1993 a renovação da Lei de Regulamentação da Profissão que, ao definir atribuições e competências profissionais, contribuiu para inscrever a profissão de Serviço Social num patamar qualificado no tratamento das expressões da questão social. (CFESS, 2009, p. 02).

Portanto, observa-se que a passagem do Serviço Social dos anos 1980 para os anos 1990 expressa a maturação da profissão, através da ruptura com o conservadorismo. É válido lembrar que a ruptura não significa que o conservadorismo tenha sido superado no interior da categoria profissional, pois a herança conservadora está na gênese da profissão e permanece até hoje. A maturação também se expressa com a democratização da convivência de diferentes posicionamentos teóricos-metodológicos e ideopolíticos no interior da profissão. (YAZBEK, MARTINELLI, RAICHELIS, 2008, p. 21-22).

É a partir do movimento, de continuidades e rupturas, que o Serviço Social é apreendido no âmbito das relações sociais. Sendo uma profissão historicamente situada, o pensamento de Gramsci ganha concretude no conjunto da categoria no contexto de ruptura com o Serviço Social Tradicional constituindo-se como uma das aproximações da vertente de *intenção de ruptura*.

A seguir, abordaremos a contribuição da pesquisa de assistentes sociais que buscaram na tradição marxista e particularmente na obra gramsciana, os fundamentos para interpretar a profissão e os desafios profissionais.

### **3 A CATEGORIA INTELLECTUAL ORGÂNICO NA LITERATURA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO**

#### **3.1 O CAMINHO METODOLÓGICO**

O tema da presente pesquisa é a concepção de Intelectual Orgânico em Antônio Gramsci na produção bibliográfica dos fundamentos do Serviço Social Brasileiro e parte da seguinte problematização: como historicamente o Serviço Social brasileiro se apropriou da concepção de Intelectual Orgânico em Gramsci?

Como visto, para buscar responder tal questão, tratamos no primeiro momento sobre o intelectual em Antonio Gramsci, sendo que o autor sardo foi o pensador marxista que mais tratou a fundo a questão dos intelectuais. Suas reflexões acerca deste debate estão ampliadas nos Cadernos do Cárcere, nos quais o autor avalia que, com o desenvolvimento do capitalismo, surge uma nova camada de intelectuais ligada principalmente à classe dominante. Essa análise coloca que as classes sociais nascem e se constituem no terreno da produção econômica e dão origem a grupos de intelectuais que se vinculam desde a economia até outros aspectos da vida social e estatal.

No que se refere a pesquisa, afirma-se que a atitude investigativa é mais que um mero indagar sobre a realidade, sendo que para o Serviço Social, esta é requisitada como uma das dimensões do exercício profissional, pois a realidade não se mostra na imediatez do cotidiano, mas sim por meio do concreto pensado. Assim, a pesquisa é a

[...] atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota fazendo uma combinação particular entre teoria e dados. (MINAYO, 1999, p. 22).

Esta pesquisa é reconhecida como qualitativa e possui relação direta com o método dialético por evidenciar um relacionamento inseparável entre “mundo natural e social, entre pensamento e base material, entre objeto e suas questões, entre ação do homem como sujeito histórico e as determinações que a condicionam”. (MINAYO, 1999, p.12)

A base da investigação foi a pesquisa bibliográfica. Severino sinaliza que esta pesquisa

[...] se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-

se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornem-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos. (SEVERINO, 2007, p. 122).

Para definir a bibliografia base da pesquisa, o primeiro critério foi constituir o universo de autores que pesquisam os fundamentos do Serviço Social no Brasil no campo da *intenção de ruptura* com o conservadorismo. Tomou-se como amostra intencional as obras - livros - dos/as autores/as que tematizam o objeto de estudo - intelectual orgânico e o Serviço Social Brasileiro.

Outro critério dado pela realidade concreta foi a temporalidade: ser uma produção a partir da década de 1980, tendo em vista o peculiar momento histórico latino-americano e brasileiro, o qual influenciou de forma significativa a profissão no seu processo de renovação.

As obras selecionadas foram: Faleiros (1985), Iamamoto e Carvalho (1982), Carvalho (1983), Cardoso (1995), Abreu (2002) e Simionato (1995).

O procedimento de coleta de dados da pesquisa aconteceu por meio de fichamento com base na metodologia de análise de conteúdo. Bardin (2011) sinaliza que a análise de conteúdo, se trata de um método empírico, que visa obter [...] procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadas [...] que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens.” (BARDIN, 2011, p. 48).

A seguir, passaremos a apresentar autores e obras que, nesta pesquisa, tem como objetivo responder ao problema da presente investigação.

### 3.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

As obras selecionadas para pesquisa foram 6 (seis) livros de autores que tratam dos fundamentos do Serviço Social e abordam sobre a categoria de Intelectual Orgânico. Portanto, a primeira delas é “Saber Profissional e Poder Institucional”, de Vicente de Paula Faleiros, sendo que sua primeira edição foi em 1985 no Distrito Federal, antes da 2ª tradução brasileira

dos Cadernos do Cárcere (1999) de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henrique e Marco Aurélio Nogueira<sup>8</sup>. Atualmente a obra está em sua 11ª edição referenciada ao ano de 2015.

Faleiros possui graduação em Direito pela Faculdade de Direito de Franca – São Paulo (1966), graduação em Serviço Social pela Universidade de Ribeirão Preto (1966), especialização em planejamento pela Universidade Nacional de Brasília (UnB) e pelo Institut de Recherches en Développement (IRFED) de Paris, doutorado pela Université de Montreal (1984) e pós-doutorados pela Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS) de Paris (1991) e Université de Montréal (1996). O autor é Especialista em Gerontologia pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG). É também professor titular aposentado e professor emérito da UnB e ex-professor das seguintes universidades: Católica de Valparaíso-Chile, Université Laval no Québec (Canadá), Federal de João Pessoa e Católica de Brasília. Conferencista e palestrante, tem pesquisas e publicações nas áreas de políticas sociais, serviço social, cidadania, criança e adolescente, saúde pública, saúde mental, violência, velhice/gerontologia, representações sociais. É pesquisador 1-A do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e lidera o grupo de pesquisa Geracionalidade, Imaginário e Violência (GEVIM). Até o momento, Faleiros orientou 55 dissertações e 7 teses.

O contexto histórico em que estamos tratando está posto na década de 1980 – como já dito – mas a realidade atual é fruto da história e por isso, resgatar fatos ocorrido em 1960 a 1970 a fim de caracterizar o autor, é importante para o estudo em questão. Faleiros foi um estudante e profissional do Serviço Social intimamente ligado a luta e a resistência do período da Ditadura Militar no Brasil. O autor fazia parte de grupos como: grupo crítico da profissão e do sistema enquanto estudante da Faculdade de Serviço Social de Ribeirão Preto (SP); fazia parte da JUC e da organização Ação Popular, ambas presentes no movimento estudantil, na época articulado à UNE; fez parte das primeiras formações da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS, à época); fez parte também do Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE; participou do MEB, Movimento de Educação de Base do MEC no processo de alfabetização pelo Método Paulo Freire. Ainda fora mobilizador na fundação dos sindicatos rurais na região de Ribeirão Preto e participante da Ação Popular e do Partido Comunista Brasileiro – PCB (CFESS, 2017).

---

<sup>8</sup> Este marco temporal que é a segunda tradução brasileira dos Cadernos do Cárcere, está sinalizado nas seis obras que compõem o objeto de pesquisa. Contudo, tal dado será tratado com atenção no final deste item do terceiro capítulo.



Após ser preso e ameaçado de diversas formas pelo regime instaurado no Brasil, Faleiros e a esposa exilaram-se no Chile na cidade de Valparaíso e durante este exílio fora participante nas mobilizações populares contra as forças do imperialismo, do latifúndio, da burguesia, auxiliou na relação da Escola de Serviço Social de Valparaíso, com camponeses, operários e lutas urbanas. Em 1973 a ditadura chega ao Chile e em 19 de setembro Faleiros é novamente preso. Assim, o país que possibilitou a acolhida do autor, com o salvoconduto de refugiado, foi a Holanda. Através da ação dos professores da Associação Canadense de Professores Universitários, que auxiliavam os refugiados, foi dado a Faleiros e sua família o visto de imigrante apátrida no Canadá, pois o governo brasileiro não dava passaporte. Assim, depois de nove meses num asilo holandês, Faleiros e os seus foram para o Canadá. Moraram em Quebec, onde foi possível uma vaga de professor visitante na Université Laval (CFESS, 2017). Faleiros afirma que

Junto com movimentos populares, os docentes de “Intervenção Coletiva” fundamos um grupo de pesquisa sobre ação popular/movimentos sociais, uma associação de pessoas que trabalhavam em organização comunitária e um partido político de esquerda para eleições municipais, o RP (Ressement Populaire). Apoiei ativamente os refugiados, os movimentos de resistência à ditadura no Brasil e Chile. Como herança dessa memória de luta, nosso filho André Faleiros, que mora em Montreal, acaba de fazer uma doação de uma bolsa de estudos a pessoas refugiadas na Universidade de Quebec, que seleciona o bolsista. O nome da bolsa é Silveira-Faleiros (CFESS, 2017, p. 130).

Em 1979 com a anistia, Faleiros passa a residir na cidade de São Paulo, contudo é a Universidade Federal da Paraíba que o acolheu em 1980, bem como professores que retornavam ao Brasil do exílio. Justamente em 1979, o movimento dos assistentes sociais brasileiros organizava o Congresso Nacional, que foi chamado de Congresso da Virada. Isso posto, a “[...] proposta ético-política dos assistentes sociais salienta o compromisso da transformação social do capitalismo, em aliança com as classes trabalhadoras” (CFESS, 2017, p. 130).

No que se refere ao livro, este é uma publicação que reúne textos elaborados entre 1979 e 1984 e cujo tema central é a análise do poder institucional e do saber profissional. Foram originalmente publicados nas Revistas Serviço Social & Sociedade (Capítulos 2, 3, 5 e 10), *Accion Crítica* (Capítulos 1), e *Revue Internationale d’Action Communautaire* (Capítulos 11) ou divulgados internamente pelas Universidades de Brasília (Capítulo 8), da Paraíba (Capítulo 7), de Monterrey (Capítulo 9) e de Honduras (Capítulo 4). Esta coletânea de escritos, embora

com objetivos diversos, retomou uma temática comum de grande repercussão nos meios profissionais do período em questão. Segundo o autor, seu objeto se dá

Na perspectiva de análise aqui presente considera-se que saber profissional e poder institucional são formas históricas da relação entre classes e forças sociais e da relação entre Estado e sociedade. A produção e a organização do saber profissional são processos de domínio e de legitimação de classe, de controle e de direcionamento da dinâmica social. O saber é uma forma de enfrentar desafios da natureza como de contornar ou estimular conflitos, de justificar ou criticar a ordem social, de articular a continuidade ou a transformação da sociedade e se coloca no processo da luta de classes e da correlação de forças sociais. O saber práxis, concepção de mundo em conflito, relativo às relações de classes e forças sociais (FALEIROS, 1997, p. 7-8).

A segunda obra é “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação teórico-metodológica” de Marilda Yamamoto e Raul de Carvalho, sendo que sua primeira edição foi publicada em 1982, em São Paulo e hoje está em sua 41ª edição datada de 2015. Esta obra, também, em sua primeira edição, se deu antes da 2ª tradução brasileira dos Cadernos do Cárcere (1999).

Atualmente Marilda Yamamoto é bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1A. A autora tem graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1971), mestrado em Sociologia Rural pela Universidade de São Paulo (1982) e doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001). É professora Titular (aposentada) da Escola de Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro e Professora titular (aposentada) da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro atuando hoje no Programa de Pós-graduação em Serviço Social na Universidade Federal de Juiz de Fora.

É ainda, pesquisadora integrante do Programa de Estudos e Pesquisas Pensamento Social e realidade brasileira na América Latina e do Centro de Estudos Octávio Ianni. Coordenadora do Núcleo de Estudos Estado, Classes Trabalhadoras e Serviço Social - NECLATSS. Ex-coordenadora Adjunta da CAPES para a área de Serviço Social (triênio 2008-2010). Tem experiência na área de Serviço Social e Sociologia Rural com ênfase em Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: serviço social, história do serviço social, serviço social na divisão do trabalho, formação profissional e ensino superior. Autora de livros com várias edições e artigos em revistas nacionais e internacionais. Até o momento, Yamamoto orientou 19 dissertações e 14 teses.

Raul de Carvalho é Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro e Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Em sua vivência profissional tem se dedicado a atividades e pesquisas no campo socioambiental. Destaca-se que estes dados sobre o autor foram retirados da obra em questão, pois na pesquisa do Currículo Lattes não foram encontrados dados referentes a ele.

Iamamoto, assim como Faleiros, tem sua história de vida pessoal e profissional atrelada aos acontecimentos do período da Ditadura Militar. E, como já dito, tal período histórico tem fundamental importância na construção do Serviço Social reconceituado. A autora quando estudante universitária fora participante ativa do diretório acadêmico da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora – MG, no período dos quatro anos de 1967 a 1971. Nessa época, a União Nacional dos Estudantes (UNE) possuía as executivas estudantis que eram por área de formação profissional. A Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social, que era executiva vinculada à UNE, neste período, estava na ilegalidade. Assim, Iamamoto representou a Faculdade de Serviço Social por um bom tempo, como representante do Serviço Social na executiva, a qual articulava a formação acadêmica e movimento estudantil. E, nesse período os debates universitários se colocavam para além dos muros da instituição. Neste contexto os movimentos de estudantes tiveram aproximação com a Ação Popular, posteriormente Ação Popular Marxista Leninista (CFESS, 2017). A autora relata que

Quando eu me formei, em 1971, eu tinha 21 anos de idade, e fui imediatamente para Belo Horizonte, fui convidada para dar aula na Universidade Católica de Minas Gerais, que era UCMG, hoje PUC Minas. Comecei a trabalhar e fiz um concurso para o então Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), hoje o INSS, um concurso público como assistente social, passei a ser lotada na Coordenação de Bem-Estar no serviço de assistência ao menor excepcional. Comecei a trabalhar como assistente social (CFESS, 2017, p. 80).

Pouco tempo depois da sua mudança para Belo Horizonte, a autora percebeu que estava sendo seguida e vigiada, fato que relatou na universidade que lecionava. O resultado desta situação foi a sua prisão em 2 de dezembro de 1971, no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Segundo seu relato, após dois dias de interrogatório, o terceiro em diante fora de todos os tipos de tortura. A autora permaneceu 2 meses e dois dias detida entre o Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), o 12º Regimento de Infantaria, em Belo Horizonte e a 4ª Região Militar de Mariano Procópio até a soltura em 4 de fevereiro de 1972. Após este período, Iamamoto fora demitida do INSS, sob o argumento de abandono do serviço, contudo não levaram em consideração

que a mesma estava sob a detenção do Estado brasileiro. A autora relembra que não havia nada formal ou de caráter duvidoso que justificasse a sua prisão (CFESS, 2017).

A denúncia realizada contra a autora foi acatada pelo judiciário, sendo que a mesma fora condenada a 6 meses de prisão. Todavia, entre o período do inquérito policial e o julgamento Iamamoto voltou a dar aula na Universidade Católica de Belo Horizonte e, neste meio tempo, o exército exigiu a explicação por parte do reitor, do porquê da contratação. Seu julgamento aconteceu no dia 22 de março de 1973, sendo condenada, Iamamoto ficou detida até 13 julho de 1973. Em relação a este período, ela relata que

Não tinha prisão feminina em Minas naquele período, a igreja interveio, por meio de Dom Geraldo de Moraes Penido. Eu fui cumprir minha pena no Instituto João Emílio em Juiz de Fora. E uma coisa importante é que a diretora da Faculdade de Serviço Social, Elisa Melo, pediu autorização ao juiz da 4ª região e me enviou dois estagiários de serviço social e nós fizemos o projeto de implantação de Serviço Social na Instituição. E orientei dois trabalhos de conclusão de curso na cadeia (CFESS, 2017, p. 85).

Após este período de detenção, Marilda muda-se para Santa Catarina indo trabalhar na cidade de Criciúma, depois, trabalhou em uma cidade no interior de São Paulo numa instituição ligada à Igreja Católica e fora ali, que lhe solicitaram que escrevesse sobre o período da ditadura em que sofreu as torturas, tarefa que a mesma não conseguiu cumprir na época devido o abalo que isso lhe causou.

Anos mais tarde, em 2001, esse material possibilitou a autora construir o seu depoimento para a Comissão de Organização dos Torturados do Estado de Minas Gerais ligados às vítimas de tortura do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria do Estado de Justiça dos Direitos Humanos. Após ser superado o silêncio da tortura, e ter exposto o que lhe ocorrera, a autora, atualmente participa da Comissão da Verdade do Rio de Janeiro, junto com a Universidade (UFRJ) (CFESS, 2017). Na análise da autora

Então eu acho que esse processo, ele tem sentido, a tortura, tudo isso eu acho que é um embate clássico muito forte que nós tivemos nesse processo, de defesa da hegemonia da abertura para o grande capital, você teve um salto na expansão capitalista brasileira nesse período. E isso implicou um custo muito alto, no Brasil grande, de milagre brasileiro, em todo esse processo. Que se expressou do ponto de vista da maioria da população, como arrocho salarial, como perda da qualidade de vida (CFESS, 2017, p. 89).

Por fim, a autora acredita que seu compromisso – diante de tudo que aconteceu – se expressa sobre vários ângulos. No campo da política profissional escreveu diversas matérias, entre livros, artigos e outros. Atuou conjuntamente “[...] com os assistentes sociais brasileiros, latino-americanos, numa perspectiva de uma leitura crítica da sociedade, de resgatar o potencial da teoria social crítica, para pensar e decifrar” (CFESS, 2017, p. 89). Existem também os compromissos que a autora chama de éticos e teóricos, unidos com o desafio de decifrar a sociedade brasileira e de contribuir para a elucidação do período difícil que foi o da Ditadura Militar.

Iamamoto considera que desenvolver uma cultura política democrática é fundamental para o futuro que se coloca. Por isso, ela buscou se dedicar no campo profissional assessorando entidades nacionais, instituições brasileiras de ensino, bem como o Conselho Federal de Serviço Social, por meio de cursos e rodando a América Latina, focando na perspectiva de uma militância teórico-política (CFESS, 2017).

No que se refere a obra, este livro é o produto do trabalho dos autores, vinculados ao projeto de investigação do Centro Latino-Americano de Trabalho Social - CELATS sobre a História do Trabalho Social na América Latina. Escrito originalmente em português, o CELATS decidiu estimular a publicação destes resultados no Brasil, através de uma coedição com a Cortez Editora. Segundo os autores,

Este livro não é uma historiografia, nem uma cronologia sucessiva de acontecimentos que marcaram a história do Serviço Social no Brasil; ele oferece, sim, os elementos de interpretação histórica das principais forças determinantes na origem e evolução do Serviço Social neste país. A Igreja e o Estado surgem como raízes, como protagonistas principais da formação do Serviço Social na América Latina (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 11-12).

A terceira obra que compõem o conjunto do objeto de pesquisa é o livro “A Questão da Transformação e o Trabalho Social: uma análise gramsciana” de Alba Maria Pinho de Carvalho, que teve a sua primeira edição em 1983. Importante destacar que esta construção se deu na região nordeste e, também fora escrita antes da 2ª tradução brasileira dos Cadernos do Cárcere (1999). Este livro foi somente até a 2ª edição em 1986.

Carvalho possui Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão (1973), Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1982) e Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (1999). Desenvolveu o Pós-doutorado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra CES/UA

Portugal. É professora associada I da Universidade Federal do Ceará, atuando principalmente nos seguintes temas: Mundialização do Capital em Tempos de Ajuste; Transformações na América Latina; Emancipação Social no Século XXI; Brasil Contemporâneo; Estado e Políticas Públicas; Democracia; Política de Assistência Social; Avaliação de Políticas Públicas; Epistemologia e Metodologia das Ciências Sociais. Até agora, Carvalho orientou 47 dissertações e 13 teses.

Sobre a obra, pode-se dizer que tal livro fora fruto da dissertação de mestrado, apresentada na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em março de 1982. O objetivo da autora foi

[...] discutir criticamente a proposta de Trabalho Social, enfocando a perspectiva de trabalho que se foi delimitando a partir da tentativa de assumir uma nova visão teórica e um novo posicionamento frente à realidade latino-americana. Pretendo, assim discutir a proposta de ação social transformadora, definida no interior da reconceituação pelos trabalhadores sociais que buscam orientar-se por uma perspectiva dialética, tendo presente a especificidade da ação profissional no processo político. Parto de uma questão fundamental: a função social e posição do trabalhador social, enquanto profissional, no processo político de transformação da sociedade” (CARVALHO, 1986, p. 17).

A quarta obra é intitulada “Organização das classes subalternas: um desafio para o Serviço Social” de Franci Gomes Cardoso. A primeira e única edição da obra é de 1995, sendo, então publicada após a 2ª tradução brasileira dos Cadernos do Cárcere (1999). Tal estudo também fora realizado na região nordeste. A autora possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão (1970) e em Fisioterapia pelo Centro Universitário do Maranhão (2010). Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1976), Doutorado em Serviço Social: Políticas Sociais e Movimentos Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1994), Pós-doutorado em Serviço Social e Saúde Coletiva pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (2013). É professora aposentada pela Universidade Federal do Maranhão, com experiência em pesquisa nas áreas de Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social, Processo de Trabalho, Formação Profissional e Prática do Serviço Social, Políticas Sociais e Movimentos Sociais, Trabalho e Sindicalismo, Lutas Sociais e Organização Política da Classe Trabalhadora.

É vinculada ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas (mestrado e doutorado) na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), como professora do quadro permanente. Professora visitante junto à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

durante dois anos, no período 1997/1998, com atuação na graduação e pós-graduação em Serviço Social. Professora do quadro permanente da Faculdade de Serviço Social do Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ), com atuação na graduação e pós-graduação, durante três anos no período de 2003/2005. Professora visitante da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), durante três anos, no período 2012/2015 com atuação no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sócio-Espacial e Regional/Mestrado. Pesquisadora, com bolsa de produtividade em pesquisa pelo CNPQ no período de março de 1999 a fevereiro de 2014. Professora Visitante do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR). Atualmente Cardoso orientou 19 dissertações e 3 teses.

No que se refere a obra, esta é originalmente uma tese de doutorado defendida no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, defendida em 1994. O objetivo deste estudo foi analisar as classes subalternas em movimento e as condições de desenvolvimento e formas de expressão da sua consciência de classe na luta pela conquista da hegemonia (CARDOSO, 1995).

A penúltima obra analisada foi “Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social” de Ivete Simionatto. Sua primeira edição foi em 1995, na região sudeste do Brasil, mas especificadamente em São Paulo. Esta também foi uma produção após a 2ª tradução brasileira dos Cadernos do Cárcere (1999). Hoje a obra está na sua 4ª edição referente ao ano de 2011.

Simionatto possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (1977), mestrado em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (1983), doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1993) e Pós-doutorado no European University Institute (Florença-2002/03). Professora titular aposentada da Universidade Federal de Santa Catarina, tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Fundamentos do Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: pensamento de Gramsci, Estado, sociedade civil, políticas sociais e Serviço Social. Integra o Grupo de estudos Antonio Gramsci da UFSC e o Núcleo de estudos - Estado, sociedade civil, políticas públicas e Serviço Social do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFSC. É membro do Conselho de Livros da Editora Cortez. Até agora, Simionatto orientou 25 dissertações e 3 teses.

No que se refere a obra, esta é a publicação da tese de doutorado da autora, realizada no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) sob a orientação do professor Carlos Nelson Coutinho. Tal estudo

teve como objetivo central discutir e apresentar as principais categorias do pensamento de Antonio Gramsci, especialmente desenvolvidas nos Cadernos do Cárcere e investigar seus desdobramentos na realidade brasileira, com destaque para a aproximação ocorrida no âmbito do Serviço Social (SIMIONATTO, 2011).

A última obra analisada é “Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional” de Marina Maciel Abreu de 2002 e também construída na região nordeste do Brasil. Esta obra fora publicada depois da 2ª tradução brasileira dos Cadernos do Cárcere (1999). Atualmente está na sua 5ª edição do ano de 2016.

A autora é graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão (1970), mestra em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1977) e doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001). Foi membro da diretoria da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), exercendo o cargo de Presidente no período 2007-2008, de Coordenadora Nacional de Pós-Graduação em 2005-2006 e Vice-Presidente Regional Norte 1985-1986.

Ingressou como docente na Universidade Federal do Maranhão em 1971, vinculada ao Departamento de Serviço Social e exerceu a função de Coordenadora do Curso de Graduação em Serviço Social no período 1988/1989. Atualmente é professora aposentada, com vinculação ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão e pesquisadora do Grupo de Estudos, Pesquisa e Debates em Serviço Social e Movimento Social (GSERMS). Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Fundamentos Históricos e Teórico-Methodológicos do Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: Serviço Social, relação estado e sociedade civil, trabalho e lutas sociais. Até o momento, Abreu orientou 14 dissertações e 6 teses.

Sobre a obra, pode-se dizer que ela é resultado do estudo originalmente apresentado como tese de doutorado no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviços Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tendo como centralidade a função pedagógica do assistente social, como parte constitutiva do movimento de organização da cultura – modo ou sistema de vida, maneira de pensar e agir sob hegemonia de uma classe. A autora, nesta obra, resgata da dinâmica estrutural/conjuntural da sociedade a função pedagógica dos assistentes sociais, na trajetória histórica do Serviço Social, a partir de sua institucionalização, com aprofundamento da análise nos anos 1990, na sociedade brasileira. Tendo a relação serviço social/cultura como núcleo temático da sua investigação, a autora desenvolve um aprofundamento teórico sobre o princípio educativo em Gramsci e demarca uma perspectiva analítica para o estudo da função pedagógica do assistente social (ABREU, 2002).



Assim, após a contextualização das obras que formam a amostra do objeto de pesquisa, será possível adentrarmos na análise, partindo de duas categorias principais: Intelectual Orgânico e Serviço Social.

Como forma de sistematização das obras analisadas, organizamos a seguinte tabela para melhor visualização do contexto histórico da amostra da pesquisa:

	<b>Autor</b>	<b>Procedência</b>	<b>Obra</b>	<b>Ano</b>	<b>Ed.</b>	<b>Vínculo</b>
<b>01</b>	Faleiros	Distrito Federal	Saber Profissional e Poder Institucional	1985 (Textos de 1979 a 1984)	Cortez	Doutorado pela Université de Montreal. Contudo, o livro é formado por um compilado de textos, sem ligação com a referida universidade
<b>02</b>	Iamamoto e Carvalho	Rio de Janeiro/ Minas Gerais	Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação teórico-metodológica.	1982	Cortez	Universidade de São Paulo. Contudo, a vínculo da produção é o CELATS.
<b>03</b>	Carvalho	Ceará/ Rio de Janeiro	A Questão da Transformação e o Trabalho Social: uma análise gramsciana.	1983	Cortez	PUC – Rio de Janeiro.
<b>04</b>	Cardoso	Maranhão/ São Paulo	Organização das classes subalternas: um desafio para o Serviço Social.	1995	Cortez	PUC – São Paulo
<b>05</b>	Simionato	Santa Catarina/ São Paulo	Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social.	1995	Cortez	PUC – São Paulo
<b>06</b>	Abreu	Maranhão/ São Paulo	Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional	2002	Cortez	PUC – São Paulo

Durante a caracterização da amostra, utilizamos o marco histórico da 2ª tradução brasileira Cadernos do Cárcere de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henrique e Marco Aurélio Nogueira. Tal marco se deu, devido a relevância no campo dos estudos marxistas e da facilidade que se colocaria, para os pesquisadores brasileiros, terem acesso aos estudos gramscianos sem precisar recorrer a fonte original em italiano.

Contudo, existe uma crítica – detalhada no capítulo primeiro desta dissertação – referente a organização da tradução, na qual os cadernos A (notas introdutórias escritas por

Gramsci, as quais foram trabalhadas e reescritas e se tornaram os textos C) foram excluídas, sendo traduzidos somente os textos C e B. Neste sentido, não há crítica referente a tradução em si dos textos, mas sim a sua organização.

Isso posto, observa-se que dos textos da amostra, cinco deles foram construídos anteriormente a segunda tradução brasileira e somente a obra de Abreu foi publicado após tal tradução.

Diante disso, Faleiros e Iamamoto e Carvalho utilizaram os textos de Gramsci traduzidos para o português de Portugal e o outros das primeiras traduções brasileiras de textos dos Cadernos. Já Carvalho utilizou textos com traduções para português de Portugal, para o espanhol e também utilizou os textos de Gramsci já traduzidos para o português brasileiro.

Cardoso, por sua vez, utilizou textos traduzidos para o português e textos originais em espanhol. Nesse sentido, Abreu utilizou em sua obra os textos da primeira tradução brasileira dos Cadernos e também utilizou a segunda tradução. Contudo não utilizou traduções de outras línguas. Por fim, Simionato utilizou a edição chamada “crítica” italiana de Valentino Gerratana.

Outro ponto relevante sobre a amostra é que as obras de Faleiros e Iamamoto são fruto de estudos e pesquisas vinculadas a demandas profissionais e institucionais de outra natureza. As obras de Carvalho, Cardoso, Abreu e Simionato estavam ligadas a obtenção de título de mestre e doutor, tendo como conteúdo a pesquisa realizada com fins de titulação acadêmica. Destaca-se que todas as produções têm como veículo de publicização no Brasil a Cortez Editora que, embora tenha uma vinculação com o mercado editorial de natureza privada, é uma editora com compromisso de democratizar o acesso à produção intelectual na área de Serviço Social.

Como exposto anteriormente, a amostra se dá no campo da *intenção de ruptura* com o conservadorismo e apresentam, na forma e conteúdo, como o Serviço Social se aproximou e se apropriou, especificadamente, da categoria gramsciana de Intelectual Orgânico.

### 3.3 INTELLECTUAL ORGANICO E O SERVIÇO SOCIAL

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina foi datado historicamente entre 1965 e 1975, expressando-se de forma particular em cada país. No Brasil, no período pós ditadura foi determinante para a profissão, na luta pela democratização e crescentes movimentos de resistência e de crítica a realidade posta pelo capitalismo. Foi neste

período histórico que a teoria social crítica fora tomando espaço na profissão, fruto do movimento de abertura da sociedade para interpretações teórico-metodológicas que produziram a crítica no âmbito das Ciências Humanas e Sociais. É neste contexto que o pensamento gramsciano fora sendo trazido para o Serviço Social brasileiro, e ele se expressa na materialidade através dos autores e suas obras do referido período – 1980 a 1990.

Isso posto, a obra de Faleiros publicada em 1985 – lembrando que se trata de compilado de textos de 1970 a 1984 -, faz parte do processo acima citado, sendo que ainda não existia uma tradução brasileira completa dos Cadernos do Cárcere, somente textos retirados de tal obra e publicados separadamente. Com isso, a aproximação com Gramsci, como já dito, ocorreu por meio destes textos publicados separadamente no Brasil e também por textos traduzidos para o português de Portugal.

Assim, Faleiros ao falar de Intelectual Orgânico inicia seu debate tratando primeiramente sobre hegemonia, ele afirma que “Hegemonia significa, em primeiro lugar a capacidade de direção, de fazer-se aceitar, de obter o acatamento e o consenso do conjunto da sociedade a partir da organização e da ação de um grupo em relação aos demais grupos da sociedade” (FALEIROS, 1997, p. 95). E em seguida afirma que: “Gramsci destaca justamente a criação desta vontade coletiva, consciente, pela integração do pensamento à ação pelos intelectuais orgânicos” (FALEIROS, 1997, p. 95). Ou seja, os intelectuais orgânicos têm o papel fundamental na construção da hegemonia. É deles também a função de dar ao grupo social a homogeneidade e consciência da sua função no campo econômico como também no social e no político (LIGUORI; VOZA, 2017).

Partindo de Gramsci, Faleiros apresenta a sua relação entre a categoria Intelectual Orgânico e o Serviço Social. Segundo ele, o pensamento que se colocava até então, resultado dos reducionismos iniciais do processo de aproximação com a obra marxiana e tradição marxista pela profissão, era que “[...] não haveria nenhuma distinção entre militância político-partidária e trabalho social. O trabalhador social seria um tipo de profissional da revolução para levar à classe, ou às classes oprimidas, a libertação” (FALEIROS, 1997, p. 18). O autor continua: “Aliás o conceito de libertação permeou os textos de Serviço Social nos anos 1970, como o objetivo central da profissão. Sendo um conceito ou uma noção bastante vaga, ele serviu de cobertura a um humanismo individualista, a visões partidárias e também a um processo de compreensão da realidade de opressão na América Latina (FALEIROS, 1997, p. 18)”.

Observa-se que Faleiros adverte em sua obra a forma equivocada de colocar trabalho social e militância político-partidária numa relação única. É visto também que essa tal forma

de análise esteve forte das obras do Serviço Social, sendo que a profissão carregou a ideia de libertadora das classes oprimidas, de agente da transformação, caindo num messianismo histórico. Tais afirmações comprovam que a aproximação com a tradição marxista e, aqui, gramsciana, fora equivocada, com erros graves de interpretação, pois a profissão aparecia como sendo a agente da transformação, confundindo-se prática profissional e militância.

Por fim, Faleiros afirma que “Cada grupo de profissionais deve fazer uma análise concreta da situação das forças, pressões e enfrentar o desafio de ser o interlocutor orgânico de um bloco histórico da transformação” (FALEIROS, 1997, p. 70). Tal afirmação nos permite colocar que existe uma escolha do grupo profissional em ser um intelectual orgânico da classe trabalhadora ou não, ou seja, Faleiros admite que a relação entre Intelectual Orgânico e Serviço Social não é direta.

Neste sentido, o/a assistente social, por si só, não pode ser tomado automaticamente como um Intelectual Orgânico, mas há a possibilidade do mesmo em optar por exercer esta função. Neste sentido, retomando e corroborando com Gramsci (2000), este afirma que todos os homens são intelectuais, mas nem todos têm na sociedade a função de intelectuais, quer dizer, o fato de que alguém possa - em determinado momento - fritar dois ovos ou costurar um rasgão no paletó não significa que todos sejam cozinheiros ou alfaiates.

A partir desta relação, pode-se dizer que, atualmente as e os profissionais que materializam o Serviço Social, por meio do seu Projeto Ético-Político Profissional, possuem uma escolha, passando assim a ter um compromisso ético com as classes subalternas, contudo sem colocar para si a missão de levá-las a “libertação”, mas sim, estar com elas, porque faz parte delas. Se se pudesse traduzir esta questão para a análise de Faleiros, poderia se dizer: não é apenas pelo fato da profissão ter se posicionado ao lado da classe trabalhadora, posição manifestada explicitamente no Congresso da Virada de 1979, que faz da/o assistente social um Intelectual Orgânico responsável por trilhar o caminho da revolução junto às massas.

A possibilidade de o/a assistente social ser um intelectual orgânico advém da natureza política conquistada historicamente pela profissão: uma profissão que é interventiva, mas que assumiu um protagonismo político por estabelecer uma crítica radical à ordem social estabelecida. Na medida em que é também um dirigente capaz de dirigir um coletivo que questiona ou conserva o modo de produção atual pode se configurar em um Intelectual.

A segunda obra a ser analisada é de Yamamoto e Carvalho, sendo que, como já dito, ela também está colocada no contexto histórico da década de 1980 – 1982 – e sem, ainda, uma tradução brasileira completa dos Cadernos do Cárcere, tanto que os autores usaram os textos

de Gramsci traduzidos para o português de Portugal e outros das primeiras traduções brasileiras de textos dos Cadernos.

Nesta obra, Iamamoto é quem discorre sobre o Intelectual Orgânico, afirmando que a base para suas análises são os estudos de Gramsci. Destaca que, os Intelectuais não são um grupo autônomo e independente das classes fundamentais, muito pelo contrário, eles possuem o papel de dar homogeneidade e consciência de sua função. “Trata-se do ‘organizador, dirigente e técnico’ que coloca sua capacidade a serviço da criação de condições favoráveis à organização da própria classe a que se encontra vinculado” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 94). O intelectual orgânico expressa uma identidade pela consciência e pela prática com a classe que pertence, sendo que essa organicidade é tanto maior quanto mais íntima a conexão com a classe fundamental.

A autora coloca que a categoria específica de Intelectual de tipo novo da sociedade moderna está vinculada à educação técnica, típica do mundo industrial. Sendo que, o modo de ver e de atuar envolve-se, diretamente, na vida cotidiana, como “organizador, construtor, persuasor permanente”. Ou seja, além da atividade técnica propriamente dita, o Intelectual Orgânico executa um trabalho organizativo e articulador das massas aos grupos sociais a que se encontram ligados. Neste sentido, são organicamente vinculados aos grupos fundamentais, tendo seu desempenho voltado para contribuir na luta pela hegemonia da classe a que serve (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012).

Nos Cadernos, Gramsci afirma que todo grupo social que emerge [...] no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais [...]”. (GRAMSCI, 2000, p. 15). São estes *intelectuais* que irão dar – a este grupo social – a homogeneidade e consciência da sua função, isso não só no campo econômico como também no social e no político. Sendo ainda que, o ponto fundamental é olhar para as funções organizativas e conectivas dos *intelectuais*, ou seja, considerar as funções que eles desenvolvem, sendo elas peculiares e historicamente determinadas, nos processos de formação da hegemonia (LIGUORI, VOZA, 2017).

Diante disso, a autora buscou tratar da categoria intelectual orgânico a luz dos estudos gramscianos, como fez também Faleiros e, dessa forma, se torna possível que a análise referente a relação do Serviço Social com essa categoria gramsciana possa partir de premissas fidedignas. Ambos, iniciam seus debates trazendo outra categoria gramsciana interligada e determinante para os intelectuais, a *hegemonia*. Sabe-se que para Gramsci, a hegemonia não é a maioria, mas é sim a capacidade de produção de consenso para a manutenção do modo de

produção dominante. Nesta relação, os Intelectuais Orgânicos desempenham um papel fundamental nas relações hegemônicas do bloco histórico

Logo, ao tratar do Serviço Social relacionado a categoria de Intelectual Orgânico, Iamamoto considera que o profissional assistente social pode ser considerado na sua função de intelectual:

Na atividade intelectual podem-se distinguir diferentes graus: “os criadores dos valores, das ciências, artes e filosofia” e os “administradores e divulgadores da riqueza intelectual existente, tradicionalmente acumulada”. O Assistente Social, que na sua qualidade de intelectual tem como instrumento básico de trabalho a *linguagem*, poderia ser caracterizado nesse segundo grupo. Historicamente, não constitui atividade proeminente para essa categoria profissional a produção de conhecimento científico. Emerge e se afirma em sua evolução como uma categoria voltada para a *intervenção na realidade*, utilizando-se dos conhecimentos socialmente acumulados e produzidos por outras ciências, aplicando-os à realidade social para subsidiar sua prática” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p 95).

Neste contexto, a autora sinaliza sobre a dimensão política da profissão. Para ela “A consideração do Assistente Social como um intelectual subalterno situa, necessariamente, a reflexão de seu papel profissional numa dimensão eminentemente política, estando em jogo o sentido social da atividade desse agente” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 95). Ou seja, ao desempenhar a sua função de Intelectual o/a assistente social, por meio da sua opção política, poderá se colocar como mediador dos interesses do capital ou do trabalho, pois ambos fazem parte – em confronto – das condições em que se efetiva a prática profissional. Assim, o profissional pode se tornar Intelectual Orgânico a serviço da burguesia ou das forças populares emergentes, “[...] pode orientar a sua atuação reforçando a legitimação da situação vigente ou reforçando um projeto político alternativo, apoiando e assessorando a organização dos trabalhadores, colocando-se a serviço de suas propostas e objetivos” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 103).

Contudo, diante do afirmado, existe a necessidade do profissional em questão, ter uma clara compreensão teórica das implicações de sua prática profissional, para que tenha maior controle e direção da mesma, tendo em vista os limites socialmente estabelecidos. Paralelo a isso, ainda é necessária uma clara subordinação do exercício técnico-profissional às suas consequências políticas e, isso, põe a necessidade de uma reflexão sobre o caráter político da prática profissional, “[...] como condição para o estabelecimento de uma estratégia teórico-prática que possibilite, dentro de uma perspectiva histórica, a alteração do caráter de classe da legitimidade desse exercício profissional” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 103).

Destaca-se que após o movimento de Reconceituação, na perspectiva da *intenção de ruptura*, o Serviço Social brasileiro, na direção assumida pelas entidades da categoria, fez a escolha junto a classe trabalhadora, posicionamento esse que hegemônico na profissão. Através dessa aproximação, as bases que direcionam o Serviço Social foram alteradas e hoje são materializadas pelo Projeto Ético-Político que tem seu fundamento teórico-metodológico na Teoria Social de Marx. A expressão concreta do projeto profissional se expressa no conteúdo do novo Código de Ética, da Lei que Regulamenta a Profissão e das Diretrizes Curriculares Nacionais aprovadas na assembleia da então Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social – ABESS em 1996.

Neste sentido, da hegemonia do pensamento crítico na profissão no Brasil, é importante sinalizar as dimensões que constituem o Serviço Social quanto ao exercício profissional. Iamamoto (2009), afirma que a primeira dimensão é a teórico-metodológica, levando em consideração as matrizes teóricas do pensamento social crítico, o qual permitiu novos caminhos para o exercício profissional; o segundo, é o engajamento político nos movimentos organizados da sociedade e nas instâncias de representação da categoria; e o terceiro, é o aperfeiçoamento técnico-operativo, como uma exigência para uma inserção qualificada do/a assistente social no mercado de trabalho. Para a autora

Cada elemento original contido naquelas afirmativas – o teórico-metodológico, o ético-político e o técnico-operativo – são fundamentais e complementares entre si. Porém, aprisionados em si mesmos, transformam-se em limites que vêm tecendo o cenário de algumas das dificuldades, identificadas pela categoria profissional, que necessitam ser ultrapassadas: o teorismo, o militatismo e o tecnicismo. (IAMAMOTO, 2009, p. 53).

Seguindo sua análise, a autora afirma que a dimensão teórico-metodológica é o caminho necessário para a construção de novas alternativas no exercício profissional. Sendo que o domínio teórico-metodológico só se completa e se atualiza estando em consonância com o contexto histórico, através de pesquisa rigorosa das condições e relações sociais. Ao mesmo tempo, somente o domínio desta perspectiva, de forma a deixar de lado a aproximação com a realidade, o engajamento político e a base técnico-operativa, não é suficiente para a descoberta de novos caminhos ao trabalho profissional. A autora alerta que “Corre-se o risco de cair no *teorismo estéril*, uma vez que a metodologia nos fornece uma lente para leitura e explicação da realidade social, o que supõe a apropriação dessa mesma realidade (IAMAMOTO, 2009, p. 54).

A segunda dimensão é a ético-política, que se for desvinculada da fundamentação teórico-metodológica, mostra-se ineficaz para decifrar determinações dos processos sociais. E, neste sentido, Iamamoto (2009) afirma que um dos âmbitos dessa dimensão é a militância, que para o Serviço Social fora importante no Movimento de Reconceituação, a qual impulsionou a categoria a questionar e lutar por mudanças que hoje são extremamente significativas no Serviço Social. Destaca que

As relações entre engajamento político e profissão foram fontes de inúmeros equívocos desde o movimento de reconceituação no âmbito do Serviço Social. Esse, como profissão, tem uma necessária *dimensão política* por estar imbricado com as relações de poder da sociedade. O Serviço Social dispõe de um *caráter contraditório* que não deriva dele próprio, mas do caráter mesmo das relações sociais que presidem a sociedade capitalista. Nesta sociedade, o Serviço Social inscreve-se em um campo minado por interesses antagônicos, isto é, interesses de classes distintos e em luta na sociedade. Apenas o engajamento político do cidadão profissional não é suficiente para diretamente dele derivar uma base teórica rigorosa. Aliás, é um velho ensinamento da política que embora a vivência da realidade provoque indagações para a análise, a formação de uma consciência teórica requer um trato rigoroso do conhecimento acumulado, da herança intelectual herdada. Portanto, o mero engajamento político, descolado de bases teórico-metodológicas e do instrumental operativo para ação é insuficiente para iluminar novas perspectivas para o Serviço Social. (IAMAMOTO, 2009, p. 54).

Por fim, a terceira dimensão é a técnico-operativa que, como apontado acima, quando considerada isoladamente é insuficiente para proporcionar uma atuação profissional crítica e efetiva, derivando assim em mero *tecnicismo*. Iamamoto (2009) afirma que o desafio da profissão é articular a profissão e a realidade, pois entende-se que o Serviço Social não atua apenas sobre a realidade, mas atua na realidade. Nesta perspectiva, compreende-se que as análises de conjuntura, que partem da compreensão do que é a “questão social” e suas expressões, são partes constitutivas da configuração do trabalho do Serviço Social, devendo ser apreendidas como tais. Para a autora, “O esforço está, portanto, em *romper qualquer relação de exterioridade entre profissão e realidade*, atribuindo-lhe a centralidade que deve ter no exercício profissional”. (IAMAMOTO, 2009, p. 55).

Observa-se que tais dimensões estão de forma intimamente correlacionadas e é necessário não as deslocar deste conjunto. Destaca-se no presente trabalho que, diante do objetivo desse estudo, a dimensão ética-política ganha centralidade, tendo em vista que é ela que apresenta a possibilidade do profissional realizar a reflexão na sua função de Intelectual.



Diante disso, os autores colocam que o assistente social, nessa função, estaria no campo dos “administradores e divulgadores da riqueza intelectual existente, tradicionalmente acumulada”, pois historicamente a atividade destaque para a profissão não era a produção de conhecimento científico. Ainda na ótica dessa função de intelectual, os autores colocam que dependendo da opção política o profissional pode se configurar um mediador dos interesses do capital ou do trabalho. Portanto, concluem que o assistente social pode se tornar Intelectual Orgânico a serviço da burguesia ou das forças populares emergentes.

Diante do exposto, pode-se perceber a clareza dos autores em afirmar a possibilidade da/o assistente social ser um Intelectual Orgânico das classes fundamentais, partindo do ponto que a dimensão política é que determinará tal escolha. Nesse sentido, Faleiros não coloca de forma tão clara e objetiva tais elementos, mas estão implícitos em sua fala, sendo que ele utiliza o termo “interlocutor orgânico de um bloco histórico da transformação” sinalizando que é possível o trabalho social estar atrelado às lutas das classes subalternas, e tal ação também se trata de uma escolha do grupo profissional.

Seguindo, no que se refere a obra de Carvalho, esta apresenta uma profunda análise sobre o Intelectual Orgânico, trazendo diversos elementos gramscianos que mediam tal categoria. Sendo eles: hegemonia, partido político, Estado, luta de classes, infraestrutura, superestrutura, militância, funcionário da superestrutura, ideologia e outros. Também, esta obra fora publicada anteriormente a segunda tradução dos Cadernos do Cárcere, e se utilizou – como já dito – outras traduções e também os primeiros textos traduzidos para o Brasil.

De início observa-se que a autora, como os demais autores estudados, inicia seu estudo sobre o Intelectual Orgânico trazendo o debate de hegemonia como algo intimamente ligado a essa categoria. Para Carvalho, “O conceito de hegemonia está essencialmente ligado ao de intelectual orgânico, na medida em que na concepção gramsciana os intelectuais – definidos a partir da sua função social – são o sujeito do processo hegemônico” (CARVALHO, 1986, p. 19).

Carvalho, diferente dos demais autores, aprofunda o estudo de hegemonia debatendo a categoria gramsciana do partido político como intelectual coletivo. A autora afirma, ao analisar os intelectuais no interior do processo hegemônico que, para Gramsci, isso implica em observar o partido político enquanto intelectual coletivo, o qual dirige democraticamente a luta das massas. Ainda pondera que, a discussão do processo hegemônico está fundada no entendimento do Estado e nas suas articulações com a sociedade, com as classes e aparatos de hegemonia. Portanto, “Na concepção gramsciana, toda ação, todo trabalho político do intelectual orgânico do proletariado se dá na militância partidária. Logo, a dialética

espontaneidade/direção se concretiza através da ação do partido político enquanto intelectual coletivo” (CARVALHO, 1986, p. 59).

A autora sinaliza que Gramsci ao falar do intelectual do tipo moderno, da sociedade industrializada, está tratando do Intelectual Orgânico. A autora interpreta que Gramsci afirma que o intelectual pode ser entendido, de forma geral, como toda a massa social que exerce funções de organização no sentido mais amplo, seja no domínio da produção, da cultura ou da administração pública. Assim, o trabalho do Intelectual Orgânico pode ser definido como um trabalho de *natureza ideológica*, a nível de superestrutura. Segundo a autora,

Enquanto processo ideológico, esse trabalho efetiva-se em vários campos e em diversos níveis, abrangendo desde a elaboração da ideologia até a sua difusão nas mais diferentes formas. Em função do projeto político a que está vinculado, o trabalho ideológico do intelectual pode operacionalizar-se nas políticas estatais ou em práticas alternativas, buscando sempre fazer da ideologia veiculada a concepção de mundo que impregne todo o corpo social, mantendo ou transformando a infraestrutura da sociedade. Assim, o trabalho do intelectual orgânico como atividade superestrutural de natureza ideológica estende-se a todos os domínios de atividade da classe – econômico, político, cultural -, desenvolvendo-se no aparelho do Estado ou nas organizações da sociedade civil. Os intelectuais são os agentes da sociedade civil e da sociedade política, sendo, pois, denominados por Gramsci “funcionários da superestrutura”. (CARVALHO, 1986, p.73)

Neste sentido, a autora aborda que como “funcionário da superestrutura”, os intelectuais estão vinculados à luta das classes fundamentais a qual pertencem, classes essas que tem uma função essencial no mundo da produção. Diante dessa relação é que os Intelectuais Orgânicos estabelecem o nexo entre a infraestrutura e a superestrutura. Ou seja, é por meio da atividade das camadas intelectuais que os vínculos entre o econômico e o político se articulam, no mesmo sentido das crises orgânicas no interior da sociedade se resolvem. “Desse modo, o intelectual orgânico interfere no mundo da produção através das consequências políticas do seu trabalho. A partir daí, pode-se concluir que a inserção do intelectual orgânico na sociedade não se dá no âmbito da prática produtiva como tal, mas no âmbito da prática política” (CARVALHO, 1986, p. 74).

Diante disso, Carvalho em sua obra sinaliza a separação do Intelectual Orgânico de acordo com sua vinculação de classe - proletariado e burguesia - dando-lhe suas características e apontando elementos importantes. Contudo, aqui cabe discorrer sobre o Intelectual Orgânico do proletariado, tendo em vista que estamos falando do Serviço Social reconceituado e comprometido com a classe trabalhadora.

A autora afirma que o Intelectual Orgânico do proletariado vinculado com a classe dominada que almeja se tornar classe hegemônica, precisa ter uma ação em oposição ao poder dominante constituído, sendo que é necessário um novo estilo de Intelectual, capaz de responder às exigências de conquista da hegemonia no processo de luta de classes. “É que o proletariado – pela sua posição de classe dominada no modo de produção capitalista -, para tornar-se classe hegemônica, precisa desenvolver uma prática própria, um processo de luta peculiar” (CARVALHO, 1986, p. 81).

Ou seja, para que a classe dominada passe a ser classe hegemônica dirigente, tal ação depende da capacidade de desenvolver uma nova *praxis* política oposta a da classe dominante. Contudo, para que essa prática seja diferente, depende fundamentalmente de um processo interno de organização política da classe na formação da vontade coletiva. “Assim é que a relação intelectual/classe no interior do proletariado se dá no processo político mais amplo de organização de classe” (CARVALHO, 1986, p. 81). Assim sendo, o Intelectual Orgânico do proletariado se constitui como intelectual no processo interno de coesão, de articulação e de organização da classe operária. Carvalho afirma que Gramsci determina o Intelectual Orgânico do proletariado, antes de tudo como dirigente político e, ou, intelectual político: “Como dirigente político, o intelectual orgânico do proletariado tem como função básica trabalhar no desenvolvimento da reforma intelectual e moral no sentido da formação da vontade coletiva enquanto força decisiva na organização política” (CARVALHO, 1986, p. 83).

Por fim, a autora retoma a categoria específica de partido, afirmando que a prática política do Intelectual Orgânico do proletariado, como dirigente, no interior do partido se dá na relação dialética intelectual/massa, ou seja, num processo de influência e descobertas conjuntas em que o Intelectual esteja organicamente vinculado à realidade das massas. Essa relação exige que o Intelectual - enquanto militante do partido de vanguarda - esteja comprometido com a luta do proletariado, numa adesão orgânica à sua causa. Para a autora “É fundamental considerar que na proposta política gramsciana, o compromisso – expressão de uma adesão orgânica – implica uma prática concreta de luta, num imiscuir-se ativo e consciente na luta do proletariado, a partir, sobretudo, da militância no partido político” (CARVALHO, 1986, p. 85-86).

A partir da síntese de que o Intelectual Orgânico só dá sentido à sua função dentro do partido de vanguarda – pensando aqui no intelectual orgânico do proletariado – Carvalho fará a relação com o Serviço Social, discorrendo da seguinte forma:

A análise reconceituadora está conseguindo avançar na discussão política, percebendo que a política é um processo amplo e complexo desenvolvido em diferentes espaços – no partido político, nas instituições estatais, nos sindicatos, nas outras instituições da sociedade civil -, com metas e estratégias específicas. E, nesta perspectiva, os trabalhadores sociais parecem estar entendendo que a prática profissional, a partir dos determinantes que a definem, é uma prática que pode contribuir no processo de constituição da hegemonia do proletariado enquanto uma prática de apoio no sentido de reforçar e fortificar os movimentos populares, as reivindicações e lutas da clientela. De fato, os trabalhadores sociais, enquanto profissionais, parecem ter uma função intelectual em termos de estimular e apoiar a luta dos dominados no interior do processo de organização política. Assim, o nível de organicidade dessa sua função intelectual se define a partir das exigências da luta dos dominados numa dada realidade num momento histórico específico e das possibilidades efetivas e reais de exercício da ação profissional numa determinada correlação de forças (CARVALHO, 1986, p. 274).

A autora ao fazer a análise da categoria do Intelectual Orgânico relacionada ao Serviço Social, parte – como já dito – da profissão reconceituada, onde ela afirma que após este movimento a dimensão política passa a ter uma discussão avançada, na qual se percebe a complexidade e amplitude que ela ganha nos espaços como: partido político, instituições estatais, sindicatos e outras instituições da sociedade civil. São nestes espaços que os *trabalhadores sociais* em sua prática, podem contribuir para o processo de construção da hegemonia do proletariado, na intervenção de apoio no sentido de fortificar os movimentos populares, dar espaço para as reivindicações e as lutas da classe subalterna.

Diante disso, Carvalho (1986), acredita que os trabalhadores sociais podem ter a função de Intelectual, a partir do momento que buscam estimular e apoiar a luta dos dominados no interior do processo de organização política. Isso só é possível mediante a exigência da luta dos dominados, tendo em vista uma dada realidade, num determinado momento histórico específico e das possibilidades e limites do exercício da ação profissional numa determinada correlação de forças.

Observa-se que a dimensão política é analisada e colocada como determinante - também para Carvalho, como foi para os demais – no sentido da função de Intelectual Orgânico que o assistente social pode exercer. Ela ainda destaca que a análise da profissão no sentido reconceituado, abriu as possibilidades de pensar os espaços de exercício da função intelectual da profissão. Coloca ainda que, o momento histórico direcionou o grupo profissional a fazer a escolha na defesa das classes subalternas, mediante o contexto de correlação de forças posto pelo movimento de capital e trabalho, corroborando a análise realizada por Iamamoto e Carvalho.

Pode-se dizer, no entanto, que diferente dos demais autores (Faleiros e Yamamoto e Carvalho), Carvalho não sinaliza a possibilidade de o assistente social poder vir a ser um Intelectual Orgânico da burguesia. Suas análises partem do princípio de que a dimensão política crítica da profissão é que abriu espaço para a constituição dos trabalhadores sociais e, neles, o assistente social, ser um tipo de Intelectual Orgânico do proletariado.

Em seguida, entramos no debate contido da obra de Cardoso. Esta autora também se preocupou em partir da discussão do Intelectual Orgânico para em seguida construir a relação com o Serviço Social. Também, abordou outras categorias relacionadas ao Intelectual Orgânico, como: partido político, hegemonia, ideologia, nova cultura, funcionários da superestrutura.

Cardoso inicia com a seguinte afirmação de Gramsci “[...] todos os homens são ‘filósofos’, na medida em que – mesmo sem terem consciência – na mais simples manifestação da atividade intelectual está contida uma concepção de mundo, ou seja, está implícita uma ideologia” (CARDOSO, 1995, p. 80). Posto isso, a autora continua e afirma que na conquista da hegemonia, o modo de pensar e a organização política possuem um lugar decisivo para o processo hegemônico. Logo o papel dos intelectuais e o partido na construção de uma nova cultura é também determinante no pensamento do marxista sardo. “Gramsci entende que ‘uma massa humana não se distingue e não se torna independente ‘por si’, sem organizar-se; (...) e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes’” (GRAMSCI, 1978 *apud* CARDOSO, 1995, p. 85).

A autora continua destacando a importância da relação dos Intelectuais com o grupo ao qual pertencem. Ela afirma que, a conexão entre os Intelectuais e os grupos de operários revolucionários gera a consciência política de classe, sendo esta emancipada da ideologia burguesa e originária do que podemos chamar do partido marxista revolucionário - que impulsiona um movimento operário realmente autônomo em relação à classe dominante. Aqui, “Está reafirmada, portanto, a importância da ação de um grupo mediador – no caso, um partido – no processo de transformação da consciência operária espontânea em consciência política de classe” (CARDOSO, 1995, p. 95).

Cardoso ao resgatar o espontaneísmo da consciência remete a interlocução entre Gramsci e Sorel, quando, naquele dado momento histórico, o autor sardo acreditava que a consciência de classe poderia vir de forma espontânea devido o movimento dos trabalhadores na fábrica por meio dos Conselhos de Fábrica. E, como já dito anteriormente, com a aproximação de Gramsci dos escritos de Lenin, o autor passa a tratar o partido político – Moderno Príncipe – como caminho para a revolução socialista.

Neste sentido a autora cita a seguinte afirmação gramsciana: “o modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas um imiscuir-se ativamente na vida prática como construtor, organizador, persuasor permanente. [...] a questão dos intelectuais como elemento fundamental da estratégia na luta pelo socialismo” (GRAMSCI, 1989 *apud* CARDOSO, 1995, p. 149-150).

Outro ponto que Cardoso (1995) discorre sobre o Intelectual é quando Gramsci sinaliza a questão no novo tipo de intelectual – Carvalho também destaca esse aspecto. É posto que, com o desenvolvimento do capitalismo surge um novo tipo de Intelectual, o qual passa a ser chamado de “organizador técnico”, por estar introduzido na fábrica. Posto isso, Cardoso cita Gramsci dizendo: “cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político” (GRAMSCI, 1989 *apud* CARDOSO, 1995, p. 152). Aqui, a função do Intelectual Orgânico se coloca no sentido de homogeneizar a classe e também de elevá-la à consciência de sua própria função histórica. Segundo a autora,

Nesse sentido, vale ressaltar que a relação de organicidade das diversas camadas de intelectuais se dá tanto em relação ao proletariado, como em relação à burguesia. A vinculação a uma dessas classes independe da origem de classes do intelectual, ou seja, essa origem pode ser diversa e até mesmo oposta à classe a que está organicamente vinculado. Embora os intelectuais se liguem, predominantemente, à sua classe de origem, nada os impede de ligar-se a uma classe distinta (CARDOSO, 1995, p. 153).

A autora ainda continua, a luz da análise gramsciana, afirmando que a função que os Intelectuais exercem junto aos grupos fundamentais – burguesia e proletariado – em todos os campos da vida social, sendo estes, econômico, cultural e administrativo, este Intelectual seria chamado por Gramsci de “funcionário da superestrutura” e “agente da hegemonia”, ou seja, é “[...] aquele que assegura o consenso ideológico das massas em torno da classe a que se vincula organicamente ou no caso do intelectual tradicional da classe a que dá a sua adesão” (CARDOSO, 1995, p. 153).

Um ponto fundamental da análise de Cardoso (1995) sobre os Intelectuais é quando a autora afirma que não são os Intelectuais, sozinhos ou individualmente, que possibilitaram às classes dominadas alcançarem a hegemonia, mas sim *o partido político que, para Gramsci, será o organizador de uma reforma intelectual e moral*. É por meio deste que será criada as

condições “para a formação de uma vontade coletiva nacional popular, ou seja, de uma consciência capaz de permitir uma iniciativa política (...) capaz de incidir sobre a universalidade diferenciada do conjunto das relações sociais” (COUTINHO, 1992 *apud* CARDOSO, 1995, p.154).

Seguindo, a autora discorre sobre a estrutura interna organizativa do partido, com base nos estudos gramscianos, ela assegura que *todos os membros do partido são intelectuais*, mas não o são em mesmo nível. Tal análise permite que se observe a presença de uma multiplicidade de sujeitos coletivos, que podemos chamar de organizações particulares dos trabalhadores, no processo de lutas de classes, reconstruindo o modo de fazer política. Aqui, Cardoso afirma que o “[...] partido é o elemento central, mas não o único sujeito coletivo capaz e empenhado em promover a transformação socialista da sociedade e que a classe operária – aqui concebida como uma fração das classes subalternas – também não é o único segmento social empenhado nessa transformação” (CARDOSO, 1995, p. 169).

Ela continua destacando que, por meio das instâncias organizativas de outros segmentos das classes subalternas, além da classe operária em suas diversas formas de organização e também os Intelectuais vinculados aos interesses dessas classes são, sem dúvida, sujeitos coletivos que constroem a hegemonia das classes subalternas e a promovem a transformação socialista na sociedade. Assim, Cardoso afirma que do ponto de vista que defende “[...] é *inegável que o partido é terreno de unificação da política. Entretanto, essa síntese política pode se efetivar em outros espaços de expressão de classe, como sindicato e outras formas de organização*” (CARDOSO, 1995, p. 175, grifos nossos).

Portanto, a autora afirma não partir de uma visão voluntarista e mecanicista, partindo de qualquer agrupamento ou organização das classes subalternas, mas sim do trabalho político de Intelectuais Orgânicos dessas classes, que se expressa na relação dialética intelectual/massa, mas não se dá, somente na militância partidária. Ou seja, “Nessa relação dialética, intelectual/massa, uma das funções do intelectual é impulsionar a unidade dos movimentos das classes subalternas para que essas se capacitem e apreendam, de forma mais aproximada possível, a totalidade social e façam frente à ordem do Estado burguês” (CARDOSO, 1995, p. 175-176).

Deste modo, Cardoso (1995) entende que juntamente com o partido existem *outras formas de expressão e organização das classes subalternas*, sendo este um terreno relevante para a criação de uma vontade coletiva e de uma consciência crítica. Essas seriam capazes de ultrapassar interesses imediatos de movimentos espontâneos de massa, imprimindo uma direção consciente às lutas dessas classes. Ainda, a autora destaca que existe uma base

fundamental de unificação que é o fato de esses sujeitos não serem possuidores dos meios de produção. Segundo a autora,

Isso os identifica no mundo do trabalho e pode unificá-los no âmbito da política, na luta pela superação da condição de subalternidade da classe e conquista de hegemonia, via partidos políticos, organizações sindicais, associações profissionais, associações de bairros e outras formas organizacionais, desde que, mediante uma reforma intelectual e moral, construa-se uma possível homogeneização em torno de um projeto de sociedade e se leve avante este projeto (CARDOSO, 1995, p. 217).

Tendo em vista essa explanação detalhada das mediações que envolvem a categoria Intelectual Orgânico, aqui cabe destacar a afirmação de Cardoso referente a sua análise de que a função do Intelectual pode ir além do partido político. Isso é determinante para pensar a profissão do Serviço Social na sua função de Intelectual. Ela afirma que a profissão tem um vínculo histórico com os segmentos das classes subalternas e no âmbito da intervenção, pode fortalecer esses vínculos, desenvolvendo um projeto profissional de apoio aos interesses desses segmentos, enquanto interesses de classes. Apoio esse, que para a autora, pode se expressar por meio da luta coletiva que contribuirá no processo de formação da consciência de classe e na sua organização como tal, para que essas classes, no enfrentamento com a classe dominante, possam construir novas relações hegemônicas na sociedade, superando a sua condição de subalternidade (CARDOSO, 1995).

Assim, no que se refere ao Serviço Social, a autora é objetiva e afirma a possibilidade de o profissional estar ligado as classes subalternas, auxiliando-as na construção da sua consciência de classe e na sua organização. Isso, nos leva a crer, que o assistente social, como trabalhador nas organizações que vão além do partido político, possa exercer a função de Intelectual Orgânico das classes subalternas.

Observa-se então que, Cardoso ao partir dessa compreensão – de que o assistente social pode ser um Intelectual Orgânico do proletariado, dentro desses diversos espaços de luta pela hegemonia e construção de consensos em que está inserido –, não realiza a relação direta com a dimensão política da profissão como Faleiros, Imamamoto e Carvalho e também Alba de Carvalho o fizeram, mas ao afirmar que *a profissão tem um vínculo histórico com os segmentos das classes subalternas e no âmbito da intervenção, deve fortalecer esses vínculos, desenvolvendo um projeto profissional de apoio aos interesses desses segmentos, enquanto interesses de classes*, tal dimensão se mostra, embora sem maior ênfase.



Diante disso, é relevante afirmar que Faleiros, Iamamoto&Carvalho, Carvalho e Cardoso partem da premissa de que o assistente social pode ser um Intelectual Orgânico e que ele pode estar atrelado aos interesses das classes subalternas, a fim de construir consensos e a hegemonia para a construção de um novo bloco histórico. E, nesse contexto, a dimensão política da profissão se coloca como mediação necessária e fundamental para que não haja interpretações reducionistas que caminhem para o messianismo, voluntarismo e militantismo.

As próximas duas obras trazem consigo elementos diferentes das outras quatro primeiras, isso se refere ao detalhamento sobre o Intelectual Tradicional, que nas demais somente sinalizam de forma breve e/ou até sem referência, mas que para as discussões encaminhadas por Simionato (1995) e Abreu (2002), tais pormenorizações são de fundamental necessidade.

Trataremos, a partir de agora, da obra de Simionato, construção essa que resultou na publicação em 1995, anterior ainda à edição primeira dos Cadernos do Carcere de Carlos Nelson e demais tradutores. Destaca-se que a edição utilizada desta obra, para resgatar as citações deste objeto de pesquisa, é a quarta edição do ano de 2011. Das obras analisadas, somente esta fez a utilização da edição “crítica” italiana organizada por Valentino Gerratana.

Observa-se que a autora também irá iniciar sua análise dos Intelectuais por meio da categoria gramsciana de hegemonia, contudo dará destaque também para as categorias Intelectual Tradicional e Orgânico, bem como ao partido político.

Simionato em se tratando de Intelectuais inicia discorrendo que a “[...] pesquisa sobre os intelectuais está ligada à questão da hegemonia, temática que será aprofundada nos *Cadernos* e que ilumina a interpretação gramsciana do marxismo como filosofia da práxis” (SIMIONATO, 2011, p. 40). Em seguida a autora caracteriza os Intelectuais Tradicionais, dizendo que são grupos que sobreviveram ao desaparecimento do modo de produção anterior e que não se acham ligados organicamente a nenhuma das classes fundamentais na atualidade. Segundo Simionato (2011), Gramsci se refere aqui ao clero, pois a burguesia travou uma forte luta para assumir o controle da sociedade civil.

Posto isso, a luz da obra de Gramsci, a categoria Intelectual pode ser analisada sobre dois critérios: 1) pelo lugar e função que exerce na estrutura social; 2) pelo lugar e função que desempenha em um determinado processo histórico. E disso, derivariam duas categorias de intelectuais: o Intelectual Orgânico e o Intelectual Tradicional. Assim, qualquer grupo que almeja o poder tem a necessidade de atrair Intelectuais a serviço do fortalecimento da sua visão de mundo.

Simionato (2011) cita Gramsci ao colocar que todo grupo, que tende à dominação, tem uma característica principal que é, em sua luta, buscar a assimilação pela conquista ideológica dos intelectuais tradicionais, sendo essa assimilação e conquista tão mais rápida e eficaz que a produção de seus próprios Intelectuais Orgânicos. A autora continua sinalizando que a ligação entre os Intelectuais Orgânicos e Intelectuais Tradicionais dentro do partido se dá de forma mais concreta do que no Estado. No partido a função é mais completa e orgânica, sendo que um intelectual que passa a fazer parte do partido político de um determinado grupo social confunde-se com os Intelectuais Orgânicos do próprio grupo. No mundo estatal tal situação pode nunca ocorrer ou se ocorrer será de forma precária. Sinaliza que

em qualquer trabalho físico, mesmo no mais mecânico e degradado existe um mínimo de qualificação técnica, isto é, um mínimo de atividade intelectual criadora”. Nesse sentido, “todos os homens são intelectuais, mas nem todos desempenham na sociedade a função de intelectuais”; ou seja, não existe atividade humana da qual se possa excluir toda a intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*. Assim, “por intelectual, devemos entender não somente essas camadas sociais às quais chamamos tradicionalmente de intelectuais, mas, em geral, toda a massa social que exerce funções de organização no sentido mais amplo: seja no domínio da produção, da cultura ou da administração pública (GRAMSCI, 1977 *apud* SIMIONATTO, 2011, p. 61-62).

Na medida em que cada indivíduo utiliza em graus maiores ou menores sua capacidade cerebral, todos podem ser considerados intelectuais, mesmo não exercendo tais funções. Portanto, cada grupo social originário de uma função essencial no mundo da produção econômica – grupos fundamentais -, cria para si de um modo orgânico, uma ou mais camadas de Intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, isso no campo econômico, social e político. Assim sendo, além dos Intelectuais que produzem ideologias existem os Intelectuais, chamados por Gramsci, de modernos, nesse conjunto estão os técnicos, empresários, engenheiros, economistas e demais funções ligadas ao desenvolvimento das forças produtivas. Simionato afirma que “Os intelectuais são, portanto, primeiramente os organizadores da função econômica da classe a que estão ligados organicamente” (SIMIONATO, 2011, p. 63). Além de controlar o mundo da produção, eles organizam a hegemonia da classe que detém o poder na sociedade civil, além da coerção que, por meio do Estado, esta exerce sobre as demais frações e camadas de classe.

No que se refere ao Intelectual Orgânico, a autora afirma que a concepção de organicidade está ligada a formação do Intelectual por meio das suas competências e funções que desenvolve no interior no modo de produção, inclusive o encaminhamento das lutas junto

à classe a que está vinculado. “Estar vinculado organicamente a uma classe não significa agir de fora, externamente, de maneira mecânica. Significa, sim, participar efetivamente de um projeto junto às classes fundamentais: burguesia ou proletariado” (SIMIONATO, 2011, p. 63). Simionato continua

Fica evidente, assim, que a relação de organicidade das diversas categorias de intelectuais se dá tanto em relação ao proletariado quanto em relação à burguesia. O caráter orgânico do intelectual depende da sua relação com a classe a que pertence, bem como do lugar ocupado por ele nas organizações da sociedade econômica, política e civil. A origem de classe de um intelectual pode ser diversa e até mesmo oposta à classe a que está organicamente ligado. Um intelectual orgânico da classe trabalhadora pode chegar a ser um intelectual orgânico da burguesia ou vice-versa. Ainda que os intelectuais, predominantemente, liguem-se mais à sua classe de origem, são relativamente livres para ligar-se a uma classe distinta. Marx e Lênin, só para exemplificar, eram de origem pequeno-burguesa, mas se vincularam ao proletariado (SIMIONATO, 2011, p. 63).

Outro ponto importante sobre os Intelectuais Orgânicos se refere ao ponto que estes são portadores da hegemonia que a classe dominante exerce na sociedade, isso por meio de diferentes organizações culturais como: escola, igreja, cinema, rádio, televisão – imprensa e, também, os partidos políticos. Essas organizações possuem a função de assegurar o consenso das classes dominadas de acordo com os valores estabelecidos pela burguesia. “Eles são também os organizadores da coerção que a classe dominante exerce sobre as outras classes sociais por intermédio do aparato administrativo, político, judicial e militar” (SIMIONATTO, 2011, p. 64).

O proletariado também pode produzir seus Intelectuais Orgânicos e eles possuem o papel de contribuir para a construção de uma nova hegemonia, com o objetivo de obter a direção da sociedade. Para isso, o partido político é fundamental para que a classe proletária se apresente como adversária da hegemonia burguesa. Lembrando que, não são os Intelectuais, individualmente ou sozinhos, que possibilitarão às classes dominadas alcançarem a hegemonia, mas sim o partido político que é o organizador de uma reforma intelectual e moral e que cria condições para o desenvolvimento da vontade coletiva. Para Gramsci, o partido político não deixa jamais de ser uma instituição ético-política, ou seja, um “intelectual coletivo” (SIMIONATO, 2011). Simionato continua

No plano político, a noção de intelectual traz como elemento novo a superação das relações entre dirigentes e dirigidos e traça o caminho para um projeto de “sociedade regulada”. Este é o teor da definição do novo intelectual orgânico da classe operária – a síntese de “especialista +

político”. O intelectual abandona a sua figura tradicional de especialista de um saber objetivo quando aceita tornar-se um “organizador, persuasor permanente”. A sua intervenção assinala a passagem à persuasão; e, porque agente de persuasão, ele acresce à de “especialista” aquela nova de “político”. A fórmula do intelectual “especialista + político” significa que a função intelectual deixa de ser considerada como algo isolado e se converte em função intelectual concretamente universal. Assim, o novo intelectual, o intelectual do proletariado, “da técnica-trabalho chega à técnica-ciência e à concepção humanista da história, sem a qual continua sendo especialista e não chega a ser dirigente (especialista + político)” (GRAMSCI, *apud* SIMIONATTO, 2011, p. 65-66).

A autora continua citando Gramsci ao falar das classes subalternas e dos seus Intelectuais. Segundo eles, o papel de dar unidade ao movimento do espontâneo e a direção consciente é do Intelectual Orgânico das classes subalternas. Por isso, o senso comum não pode ser excluído da filosofia, muito pelo contrário, ao afirmar que “todos são filósofos”, o autor sardo procura mostrar que o senso comum já é filosofia, mesmo incipiente e fragmentária. “É filosofia porque opina sobre o mundo, formula juízos de valor de caráter geral, os quais, tomados em conjunto, apresentam uma certa organização intelectual e moral da experiência individual e coletiva” (SIMIONATO, 2011, p. 84). Quando Gramsci usa a expressão “todos são filósofos”, ele busca destacar que a ação prática dos homens carrega de forma implícita uma concepção de mundo, ou seja, uma filosofia.

Assim, Simionato entra no campo da profissão do Serviço Social buscando relacionar com as categorias gramsciana analisadas. Ela sinaliza que, a visão mecanicista e dicotômica das relações entre estrutura e superestrutura – Estado e Sociedade Civil –, a qual impulsionou o Serviço Social a rejeitar as práticas institucionais, direcionando a profissão à militância política, em nome dos interesses das classes subalternizadas, é passível de questionamento. Isso porque, as relações entre prática profissional e espaço institucional não podem ser analisadas mecanicamente, mas sim, a partir de seu movimento contraditório, ou seja, “[...] tornou-se possível o encaminhamento de novas reflexões sobre o papel do assistente social e de sua vinculação às lutas mais amplas das classes trabalhadoras, o que remete, necessariamente, à dimensão política da prática profissional [...]” (SIMIONATO, 2011, p. 25).

Neste sentido, no final da década de 1970, o referencial gramsciano era buscado, inicialmente, como possibilidade para pensar a atuação do assistente social enquanto Intelectual Orgânico, marcando o seu compromisso com as classes subalternas. Simionato destaca que, o eixo dessa reflexão, nem sempre foi inspirado por uma leitura correta da obra de Gramsci, tendo em vista que em diversos momentos foi utilizado para reeditar tendências que tinham como base a visão missionária do assistente social em face dos segmentos

pauperizados da população. Conjuntamente a essa forma enviesada de apropriação, as ideias de Gramsci passaram progressivamente a ser incorporadas pelo Serviço Social, abrindo novas possibilidades para pensar seus referenciais teóricos e suas ações interventivas (SIMIONATO, 2011, p. 171).

Assim, a autora retoma a afirmação de que as relações entre prática profissional e aparelho institucional não podem ser entendidas de forma mecânica, mas sim compreendidas por meio do seu movimento contraditório, o qual tornará possível o encaminhamento de novas reflexões sobre o papel profissional do assistente social enquanto Intelectual que se vincula aos interesses de uma das classes fundamentais. E, é, nesse campo de mediações que a autora determina que toda a prática profissional tem necessariamente uma dimensão política.

Diante disso, o Serviço Social recorre a Gramsci, por se tratar de um pensador, no campo marxista, que possibilita pensar o encaminhamento de uma prática “política e pedagógica”, ou seja, “[...] de uma práxis social voltada à luta pela hegemonia na sociedade, na qual a profissão, enquanto prática profissional, tem um papel a desempenhar” (SIMIONATO, 2011, p. 186).

Quando Simionato fala dos equívocos de interpretação da obra gramsciana ligada à profissão do Serviço Social, ela dá ênfase a forma enviesada de tratar as categorias “intelectual orgânico” e “intelectual tradicional”. E diante disso, aponta alguns elementos para reflexão de tais categorias. Para a autora,

A reflexão sobre o intelectual orgânico, que ocupa na obra de Gramsci um lugar considerável, é retomada muitas vezes de forma simplista e reducionista. Cabe assinalar que tornar-se intelectual orgânico, no sentido gramsciano, não envolve apenas uma questão moral de “deve ser”, ou uma opção apenas tingida com as tintas de um novo referencial teórico. Não é suficiente, também, que os assistentes sociais transfiram-se em massa às fileiras dos movimentos populares e posicionem-se com atitudes de rejeição e crítica ao sistema capitalista. Tornar-se intelectual orgânico das classes subalternas não implica apenas a realização de mudanças de cunho teórico, mas implica também uma prática articulada com as organizações representativas das classes subalternas, contribuindo para que estas se afirmem cada vez mais como protagonistas políticos (SIMIONATTO, 2011, p. 189).

No que se refere à categoria Intelectuais Tradicionais, Gramsci afirma que eles surgem na história a partir de uma estrutura econômica anterior a atual. Eles sobrevivem ao desaparecimento de um modo de produção passado e, na atualidade, possuem certa autonomia em face das classes fundamentais. Durante a passagem de uma formação histórica a outra, o Intelectual Tradicional pode vincular-se aos “[...] aparelhos privados de hegemonia para

desenvolver suas funções profissionais e, ao mesmo tempo, vincule-se organicamente às instituições representativas da classe trabalhadora” (SIMIONATO, 2011, p. 190). Assim, ele pode ser, simultaneamente, um Intelectual Orgânico e Tradicional. A autora dá como exemplo a universidade, na ótica gramsciana, ela é um aparelho privado de hegemonia que, como a Igreja, possui uma relativa autonomia e já existia antes do capitalismo. Portanto, o intelectual ligado a esta instituição, enquanto desenvolve suas funções de docentes, é um Intelectual Tradicional, que pode ser conservador ou revolucionário. Dessa forma, “Ele não pode ser definido como intelectual orgânico, uma vez que a função que exerce não foi criada por nenhuma das duas classes fundamentais” (SIMIONATO, 2011, p. 190).

A autora segue, agora, analisando práticas de assistência social e afirma que tais possuem suas raízes na Idade Média, lembrando que elas se resumiam em ajuda aos pobres. Essas práticas se apresentaram durante feudalismo e atravessando o período capitalista. Nesse sentido, para a autora, é possível situar o assistente social como intelectual tradicional, na medida em que suas funções representam uma continuidade histórica, perpassando diferentes formações sociais.

Durante muitos séculos, toda a assistência social realizou-se através de instituições criadas pela Igreja; no capitalismo moderno, ao contrário, essa assistência deixa de ser um instrumento de distribuição da caridade privada, transformando-se numa atividade institucionalizada e legitimada pelo Estado e pelo poder dominante. A Igreja Católica desempenha, assim, um papel crucial antes e após a institucionalização do Serviço Social que se mantém mesmo quando este se consolida e se legitima (SIMIONATTO, 2011, p. 191).

Assim, neste contexto Simionato entende que o Serviço Social, no momento da sua institucionalização na sociedade capitalista moderna, surge como uma *síntese das práticas sociais pré-capitalistas, aliando-se ao projeto da classe dominante*. Contudo, partindo dos serviços sociais prestados pelo Estado, principalmente no campo das políticas sociais, estes constituem uma arena de lutas e de correlação de forças, as quais expressam as pressões e reivindicações concretas da população. É nesse campo que “[...] o assistente social tem a possibilidades de direcionar sua prática tanto na perspectiva das classes dominantes quanto na perspectiva das classes dominadas, possuindo, portanto, uma certa autonomia” (SIMIONATO, 2011, p. 192).

Diante do que fora analisado, tendo em vista o contexto até aqui exposto, Simionato afirma que *o assistente social, no sentido gramsciano, seria um intelectual tradicional*. Pois,

Ao desenvolver suas atividades diretamente ligadas ao Estado, está vinculado a um aparelho de hegemonia, mas no seu interior, tem possibilidades de se posicionar, seja do ponto de vista do projeto burguês, seja do ponto de vista das classes subalternas, embora com determinados limites. Isso porque ele estabelece uma relação com as classes sociais que não é direta, que não é dada *a priori*. Certamente, ele toma uma posição, que o define como intelectual tradicional conservador ou revolucionário, cuja organicidade irá se estabelecer na medida em que ele se vincule ao partido, ao sindicato e aos diferentes organismos representativos das diferentes classes. Portanto, para compreender a noção de intelectual orgânico e tradicional no sentido gramsciano, torna-se fundamental estabelecer as mediações necessárias (SIMIONATO, 2011, p. 192).

Contudo, a autora sinaliza que ao longo da historiografia da profissão a noção que pareceu mais adequada era de que o assistente social seria um Intelectual Orgânico da burguesia. Isso posto, “[...] partindo da premissa de que o Serviço Social tem suas origens nos marcos do capitalismo, e se desenvolve como profissão no contexto da divisão social capitalista do trabalho, o assistente social é, sem dúvida, um intelectual orgânico da burguesia” (SIMIONATO, 2011, p. 193). E, nesse sentido, gramscianamente, *o assistente social seria um intelectual moderno, do tipo característico da sociedade industrializada*.

Por fim, Simionato afirma que ao seu ver, mesmo que o Serviço Social se institucionalize nos marcos do capitalismo, as funções do assistente social surgiram a partir de uma estrutura anterior, representando uma continuidade histórica. É visto que essas funções são assimiladas pela classe historicamente dominante para exercer o domínio – supremacia – sobre o conjunto das classes sociais subalternas seja qual for o tipo de sociedade. Ou seja, as funções do assistente social não foram criadas pelas novas classes fundamentais – burguesia e proletariado – mas são originárias de formações sociais anteriores ao capitalismo. Contudo, foi no modo de produção capitalista que essas funções foram redimensionadas e passaram a ter um novo significado social. No entanto, tais funções podem também existir em outras formas de sociedade pré ou pós-capitalistas (SIMIONATO, 2011).

Diante disso, coloca-se de forma aparente a divergência de pensamento entre Simionato e os demais autores até aqui analisados. No que se refere à afirmação do assistente social ser um Intelectual Tradicional ou Orgânico, os autores Faleiros, Iamamoto e Carvalho, Carvalho e Cardoso, não sinalizam tal possibilidade. Eles partem do pressuposto de que por meio da dimensão política da profissão o assistente social pode exercer a *função* de Intelectual Orgânico, tanto das classes subalternas como das classes dominantes. Vale afirmar que Simionato também coloca que a dimensão política na sociedade moderna é fundamental para se pensar a profissão na sua função intelectual. Mas ao analisar elementos da prática

profissional, remetendo-as as *ações de ajuda aos pobres* que, também estavam presentes modo de produção feudal, indicariam que o assistente social pode ser compreendido como um Intelectual Tradicional.

A autora também, como Faleiros, sinaliza a forma enviesada e equivocada que se deu a apropriação a obra gramsciana no Serviço Social. Para a autora, diferentemente, destaca que o foco dessa interpretação, às avessas, tem relação específica com as categorias de intelectual tradicional e orgânico.

E por último, mas não menos importante, apresentaremos a obra de Abreu, na qual a autora irá – diferente de Carvalho e Cardoso – privilegiar sua análise na ótica da profissão de Serviço Social. Tal ação é semelhante com a obra de Iamamoto e Carvalho, contudo ambos seguem outros caminhos de análise. Ainda, destaco que a obra analisada foi publicada no ano de 2002, sendo que, no Brasil existia a tradução dos Cadernos do Cárcere – 1999 – por Carlos Nelson e demais tradutores. Sendo este fato relevante, pois as demais obras analisadas até aqui, partiram de textos traduzidos da obra principal para o Português, ou utilizou-se alguma das edições italianas, ou ainda, traduções de outras línguas.

Outro ponto relevante, se refere à categoria de Intelectual Tradicional, a qual Abreu se dedicará em tratá-la de forma detalhada, indo de encontro a elementos já trazidos por Simionato. E, tal zelo se dá, pela relação que a autora construirá com o Serviço Social, determinante para sua forma de observar e analisar a profissão.

Isso posto, Abreu inicia sua análise com base na obra gramsciana, também, como os demais autores, falando de hegemonia. Ela coloca que “O princípio educativo na formulação gramsciana consubstancia-se na relação entre a racionalização da produção e do trabalho e a formação de uma ordem intelectual e moral, sob a hegemonia de uma classe” (ABREU, 2002, p. 18).

Abreu destaca que Gramsci, parte do processo histórico real da formação dos Intelectuais e por isso afirma que o surgimento do Intelectual Orgânico - como parte do processo de constituição histórica das classes sociais como classes para si – está intimamente atrelado as classes fundamentais, ou seja, são essas classes que criam ao mesmo tempo no terreno do seu surgimento no mundo da produção econômica, “de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhes dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político” (GRAMSCI, 1979 *apud* ABREU 2002, p. 50). Diante disso, a autora continua afirmando que, nesta ótica, não há organizações sem organizadores e dirigentes, e nem Intelectuais sem classe.



Assim, os Intelectuais teriam a função de serem criadores e difusores das concepções de mundo das classes fundamentais. Eles não estabelecem uma relação imediata com o mundo da produção, pois estão “circulando” em diversos graus por todo o contexto social, considerados assim, “funcionários” das superestruturas (ABREU, 2002). Para a autora,

A noção de organicidade da função dos intelectuais modernos não se esgota no vínculo político estabelecido entre eles e a classe, mas requer a sua inserção como categoria orgânica às atividades essenciais na estrutura produtiva, independentemente de sua origem de classe, mediante o exercício de funções organizativas, diretivas. Trata-se do intelectual de novo tipo – o especialista + político –, segundo a formulação gramsciana (ABREU, 2002, p. 50).

Outra categoria importante para a autora é a dos Intelectuais Tradicionais. A luz da obra gramsciana, Abreu afirma que eles são uma camada de Intelectuais preexistentes, como representantes de uma continuidade histórica, mas estas camadas podem estabelecer vínculos políticos estreitos com as classes fundamentais modernas, “[...] e até mesmo, no exercício de suas funções intelectuais, principalmente via mediação partidária, confundirem-se com os intelectuais orgânicos de uma classe fundamental” (ABREU, 2002, p. 50). Na sua perspectiva,

Isto significa que os intelectuais tradicionais podem constituir-se em intelectuais orgânicos de uma classe fundamental (considerando-se aqui as diferentes gradações da atividade intelectual que dão a dimensão maior ou menor organicidade à classe), na medida em que as funções que venham a desempenhar traduzam funções orgânicas, inerentes às atividades essenciais dessas classes, inclusive de cunho organizativo e diretivo, como é o exemplo de alguns advogados, médicos, etc (ABREU, 2002, p. 51).

Partindo das classes subalternas, a formação dos seus Intelectuais ocorre no e contra o sistema político-ideológico dominante. E nele, surgem diferentes espaços para essas classes formarem seus Intelectuais, como: o partido, o sindicato e outras instâncias de organização chamadas de “academias”. Esses intelectuais possuem o trabalho de realizar a reforma intelectual e moral, isto é, os Intelectuais Orgânicos das classes subalternas são construtores de um pensamento superior ao sendo comum, devem manter a relação educativa formativa com as massas, como o objetivo de elevação intelectual e cultural, visando possibilitar as condições necessárias na formação de uma nova cultura (ABREU, 2002).

Portanto, os Intelectuais modernos – orgânicos – e os Tradicionais podem desempenhar, em certas condições e em determinadas relações sociais, a mesma função - *manter ou*

*modificar uma concepção de mundo* -, ou seja, promover certas maneiras de pensar e de agir (ABREU, 2002). Diante do exposto, Abreu afirma

[...] que o assistente social emerge na sociedade capitalista moderna como um intelectual profissional do tipo tradicional, no sentido gramsciano (Simionato, 1995), considerando que a institucionalização do Serviço Social como profissão na referida sociedade revela o seu enraizamento nas “práticas sociais pré-capitalistas” (Simionato, 1995: 208), ou seja, nas práticas de assistência social, conforme as ponderações anteriormente expostas, as quais “deitam raízes antes mesmo da Idade Média, como forma de ajuda aos pobres, prosseguindo durante o feudalismo e atravessando o período capitalista” (Simionato, 1995:207) (ABREU, 2002, p. 48-49)

A autora assegura que tais práticas sociais foram redefinidas a partir dos interesses do capital. Em sua fase monopolista, essas práticas foram como mecanismos de controle social face às exigências do processo de acumulação, processo este sustentado pela exploração de trabalho, causadora do crescente empobrecimento material e espiritual da classe trabalhadora. Além do mais, via assistência social, o capital buscava, do mesmo modo, neutralizar as manifestações dessa classe em defesa de seus interesses. Portanto, a construção de respostas a essas necessidades do capital, requisitou a profissionalização desse campo interventivo, viabilizando a institucionalização da profissão do Serviço Social, bem como de outras profissões (ABREU, 2002). A autora continua e destaca que

Embora a institucionalização do Serviço Social como profissão ocorra na sociedade capitalista, tal fato não é suficiente para a configuração primeira do assistente social como intelectual orgânico, pois tem a assistência social – atividade preexistente – como eixo principal da sua organicidade nas relações sociais. Todavia, pode constituir-se como intelectual orgânico na sociedade capitalista desde que venha a desempenhar funções que, traduzindo atividades essenciais para determinada classe fundamental, referentes aos campos econômico, político e social, some a essa função o papel de organizador e dirigente político (ABREU, 2002, p. 49).

Abreu (2002) afirma que perceber o assistente social como Intelectual não significa dar uma valorização exacerbada as funções políticas da profissão, muito menos deslocar a intervenção profissional para o terreno do militância político. Tal entendimento parte da crítica aos equívocos sobre as funções intelectuais do assistente social com base em uma visão reducionista da categoria gramsciana de Intelectual. Esse reducionismo se dá em analisar a profissão somente a luz do Intelectual Orgânico e do Intelectual Coletivo, ou seja, limitando a função deste a condição de militante político posto somente nos espaços do partido político. E

outro ponto deste reducionismo seria considerar o vínculo político como o único critério para pensar a relação orgânica intelectual/massa. Diante disso, a autora considera

O entendimento de que o assistente social como um intelectual do tipo tradicional pode constituir-se em intelectual orgânico, seja do proletariado, seja da burguesia, considera as possibilidades de as funções intelectuais desempenhadas pelo mesmo expressarem desdobramentos de atividades essenciais às referidas classes nos campos econômico, político e social, como organizador e dirigente político (ABREU, 2002, p. 51).

Abreu (2002) pondera que *o assistente social como intelectual profissional nem sempre irá desempenhar a função de intelectual na sociedade*, tendo em vista que nem todos desempenham essa função na dinâmica das relações sociais. Essa afirmação tem base na obra gramsciana quando o autor sardo coloca que embora reconhecendo todos os homens como intelectuais, na medida em que todos são filósofos, pois na mais ampla manifestação de uma atividade intelectual qualquer, na linguagem está contida uma determinada concepção de mundo, nem todos irão desempenhar tal função:

Isto significa dizer que a função pedagógica do assistente social, em seu desenvolvimento, é tensionada por dois movimentos distintos: por um lado, o movimento de formação do trabalhador fordiano no processo de organização do americanismo e, posteriormente, do padrão cultural instaurado pelo *Welfare State*, tendo por base o conformismo mecanicista como princípio educativo; e, por outro, o movimento da classe trabalhadora na perspectiva de sua emancipação, que supõe a construção de uma nova cultura, a partir de um novo conformismo social, este movimento inscreve-se no conjunto dos processos de luta que se intensificam e marcam os anos 50/70 em todo o mundo (ABREU, 2002, p. 66).

Na sua interpretação, Abreu afirma que na prática profissional do assistente social é possível haver um direcionamento concreto das suas ações num sentido emancipatório, tendo em vista que no contexto de prestação de serviços e benefícios sociais é perfeitamente viável a construção de estratégias que efetivam direitos e que incorporem as necessidades dos usuários como parte do processo e da dinâmica dos serviços institucionais, sejam eles públicos ou filantrópicos e outros. E, isso pode se dar, por meio da participação desses usuários “[...] na gestão desses serviços e politização de problemáticas e relações usuários/instituições” (ABREU, 2022, p. 197).

Neste sentido, a autora ainda sinaliza duas tendências que refletem processos concretos postos na sociedade e que também impactam nos compromissos e horizontes da prática

profissional no movimento histórico. A primeira delas se trata da/o assistente social e o compromisso firmado com as lutas das classes subalternas no sentido da defesa dos direitos civis, sociais e políticos, da democracia e justiça social, ou seja, nos *limites* das conquistas que fundaram a experiência do chamado Estado de Bem-Estar, e que muitas vezes são apresentadas como o fim último da intervenção profissional. A segunda tendência, estabelece, também, o compromisso profissional com as lutas das classes subalternas, mas no sentido da superação da ordem burguesa e *construção de uma nova sociedade*, a qual supõe o avanço referente as lutas no campo dos direitos, nos limites da chamada democracia burguesa (ABREU, 2002).

É visto que, Abreu anda pelos mesmos caminhos de Simionato, o qual considera que a/o assistente social é um Intelectual Tradicional, tendo como base o fato de suas práticas profissionais possuírem gênese no modo de produção anterior ao atual. Diante disso, a autora ainda coloca que essas práticas, no modo de produção capitalista, foram redefinidas a partir dos interesses do capital, o que encaminhou a profissionalização desse campo interventivo, no sentido da institucionalização da profissão do Serviço Social e de outras profissões também. Para a autora, a institucionalização da profissão na sociedade capitalista não seria suficiente para a configuração da/o assistente social como intelectual orgânico, pois segundo Abreu, “[...] tem a assistência social – atividade preexistente – como eixo principal da sua organicidade nas relações sociais” (2002, p. 49).

Ainda, nessa relação com Simionato, ambas sinalizam a possibilidade do assistente social se constituir como Intelectual Orgânico na sociedade capitalista, desde que desempenhe “[...] funções que, traduzindo atividades essenciais para determinada classe fundamental, referentes aos campos econômico, político e social, some a essa função o papel de organizador e dirigente político” (ABREU, 2002, p. 49). Contudo, Simionato vai além e afirma que pela historiografia da profissão é viável dizer que o assistente social seria um Intelectual Orgânico da burguesia, isso partindo do ponto que a profissão tem suas origens na fase monopolista do modo de produção capitalista e se desenvolve como profissão no contexto da divisão social capitalista do trabalho. Gramscianamente falando: o assistente social seria um Intelectual Moderno, do tipo característico da sociedade industrializada.

Um ponto que nos parece conter uma interpretação diferenciada entre Simionato e Abreu, trata-se da forma de observar em que medida se deu o reducionismo de interpretação da obra gramsciana na sua conexão com o Serviço Social. Simionato coloca que o reducionismo se deu pela forma enviesada que as categorias intelectual orgânico e tradicional foram interpretadas pela profissão, ou seja, “[...] tornar-se intelectual orgânico, no sentido

gramsciano, não envolve apenas uma questão moral de “deve ser”, ou uma opção apenas tingida com as tintas de um novo referencial teórico” (SIMIONATO, 2011, p. 189). Mas sim, “[...] implica também uma prática articulada com as organizações representativas das classes subalternas, contribuindo para que estas se afirmem cada vez mais como protagonistas políticos” (SIMIONATO, 2011, p. 189).

Abreu, trata de um elemento congruente com as demais obras analisadas – Faleiros, Iamamoto&Carvalho – de que o reducionismo se dá na valorização exagerada das funções políticas da profissão levando-a em um terreno de militantismo político. Ou seja, limitando a função do Intelectual a condição de militante político somente nos espaços do partido, como critério único para pensar a relação orgânica intelectual/massa.

A produção intelectual do Serviço Social brasileiro referente a temática, expressa aqui na análise de 6 (seis) assistentes sociais evidencia, ao longo do tempo – do início dos anos 1980 aos anos 2000 – o aprofundamento e adensamento da apropriação da categoria gramsciana de Intelectual Orgânico e Tradicional. Este processo também evidencia que, ao longo do tempo, o acesso à obra original traduzida ao português foi diferenciada, gerando novas interpretações que impactam na interpretação do próprio Serviço Social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos objetivos que foram propostos nesta pesquisa, observou-se que o debate do Serviço Social brasileiro referente a apropriação da categoria gramsciana de Intelectual Orgânico, se coloca num campo explorado.

Tendo como direção social o campo da *intenção de ruptura* com o conservadorismo, observou-se que os autores partiram de campos diferentes de análises. Uns privilegiaram a análise partindo do Serviço Social reconceituado, outros autores partiram do debate de Gramsci sobre Intelectual Orgânico para, de forma mais breve, realizar a relação com o Serviço Social.

Ainda, identificou-se que a interpretação do que é o Intelectual Orgânico para Gramsci convergiu entre os autores e respectivas obras, porém ao relacionar tal categoria ao Serviço Social alguns elementos se diferenciam.

Para tanto, para se chegar a essas considerações o caminho da presente dissertação iniciou-se discorrendo o que é a categoria Intelectual e Intelectual Orgânico em Gramsci, recorrendo diretamente aos escritos e obras gramscianas, partindo da historicidade objetiva que cercava o autor sardo, para compreender como foi construída a referida categoria. Neste sentido, constatou-se que de maneira imbricada com a categoria de Intelectual Orgânico, nos Cadernos do Cárcere, duas outras categorias apresentam-se intimamente relacionadas e que mereceram destaque: Estado Amplicado e Hegemonia.

Feito o primeiro movimento de aproximação, o segundo capítulo buscou resgatar a trajetória histórica da profissão, demonstrando o percurso que aproximou o Serviço Social da obra marxiana e da tradição marxista, nos marcos da década de 1960. Essa aproximação se intensificou na década de 1980, resultando na apropriação da interpretação gramsciana pela profissão. Este movimento foi importante para sinalizar a entrada deste referencial teórico-metodológico em questão no arcabouço histórico do Serviço Social.

Somente depois de compreendido o movimento histórico do Serviço Social e o momento em que o autor sardo passou a ocupar espaço privilegiado em seu interior, foi possível iniciar o movimento de apresentar os autores que trataram da categoria Intelectual Orgânico em Gramsci na vertente de *intenção de ruptura*. Sendo os autores Vicente de Paula Faleiros (1985), Marilda Vilella Iamamoto e Raul de Carvalho (1982), Alba Maria Pinho de Carvalho (1985), Franci Gomes Cardoso (1995), Ivete Simionatto (1995) e Marina Maciel Abreu (2002).

Situando-os como sujeitos deste processo, a pesquisa bibliográfica em suas obras buscou evidenciar como cada um desenvolveu a análise da categoria Intelectual Orgânico e a relação que estabelece com o Serviço Social. Sendo assim, finalizando o presente trabalho é possível

estabelecermos algumas considerações, sinalizando a historicidade deste processo entre 1980 aos anos 2000.

Faleiros (1985) em sua obra, realizou a crítica ao Serviço Social militante no qual era visto como ação unida ao trabalho social. Adverte a forma equivocada de colocar trabalho social e militância político-partidária numa relação única, destacando que o Serviço Social não tem o papel messiânico de levar as classes subalternas a “libertação”, mas existe sim a escolha de ser o interlocutor orgânico de um bloco histórico da transformação, ou seja, há possibilidade de escolha do grupo profissional em ser um Intelectual Orgânico ou não.

Na segunda obra analisada, observou –se a construção do debate com mais elementos dos fundamentos do Serviço Social. Iamamoto (1982) trouxe a análise de que é necessário observar a profissão a partir do seu Movimento de Reconceituação e que a dimensão ético-política do Serviço Social é sim, um campo possível de exercício da função de Intelectual Orgânico da classe trabalhadora.

Carvalho (1985) aborda o Serviço Social ao falar dos trabalhadores sociais e privilegia o campo de análise partindo de diversas mediações que se colocam para o Intelectual Orgânico em Gramsci. Mas, ao relacionar a profissão, afirma que a função após o Movimento de Reconceituação ganha outro olhar a partir da nova dimensão política. Além dos partidos políticos, instituições estatais, sindicatos, os trabalhadores sociais de outras instituições da sociedade civil organizada, podem contribuir para o processo de construção da hegemonia do proletariado, no sentido de fortificar os movimentos populares, dar espaço para as reivindicações e as lutas da classe subalterna. Ou seja, a autora analisa que os trabalhadores sociais podem ter a função de Intelectual, a partir do momento que buscam estimular e apoiar a luta dos dominados no interior do processo de organização política.

Cardoso (1995) realiza uma explanação detalhada das mediações que envolvem a categoria Intelectual Orgânico, afirma que a função do Intelectual pode ir além do partido político. Tal ponto é determinante para pensar a profissão do Serviço Social na sua função de Intelectual. Ela afirma que a profissão tem um vínculo histórico com os segmentos das classes subalternas e no âmbito da intervenção, deve fortalecer esses vínculos, desenvolvendo um projeto profissional de apoio aos interesses desses segmentos, enquanto interesses de classes. Apoio esse, que para a autora, pode se expressar por meio da luta coletiva que contribuirá no processo de formação da consciência de classe e na sua organização como tal, para que essas classes, no enfrentamento com a classe dominante, possam construir novas relações hegemônicas na sociedade, superando a sua condição de subalternidade. Compreende

que o assistente social, como trabalhador nas organizações que vão além do partido político, possa exercer a função de Intelectual Orgânico das classes subalternas.

Simionato (1995) apresenta uma análise diferenciada dos demais autores. Ela coloca que a dimensão política na sociedade moderna é fundamental para se pensar a profissão na sua função intelectual. Mas ao analisar elementos da prática profissional, remetendo-as as ações de ajuda aos pobres que, também estavam presentes no modo de produção feudal, indicariam que o assistente social pode ser compreendido como um Intelectual Tradicional. E coloca que o reducionismo da obra gramsciana na sua relação com o Serviço Social se deu pela forma enviesada que as categorias Intelectual Orgânico e Tradicional foram interpretadas pela profissão, ou seja, ter a função de Intelectual Orgânico, no sentido gramsciano, não envolve apenas uma questão moral do “deve ser”, ou uma opção apenas ligada ao referencial teórico, mas sim, implica também numa prática articulada com as organizações representativas das classes subalternas, contribuindo para que estas se afirmem cada vez mais como protagonistas políticos.

Por último, a análise de Abreu (2002), com base na referência a Simionato (1995) parte da afirmação de que o assistente social é um Intelectual Tradicional, tendo em vista o fato de suas práticas profissionais possuírem gênese no modo de produção anterior ao atual. Diante disso, a autora ainda coloca que essas práticas, no modo de produção capitalista, foram redefinidas a partir dos interesses do capital, o que encaminhou a profissionalização desse campo interventivo, no sentido da institucionalização da profissão do Serviço Social bem como de outras profissões. Para a autora, a institucionalização da profissão na sociedade capitalista não seria suficiente para a configuração da/o assistente social como Intelectual Orgânico, pois segundo Abreu, a assistência social é uma atividade preexistente como eixo principal da sua organicidade nas relações sociais. Ela também trata que o reducionismo apresentado dessa relação entre o Serviço Social e as obras gramscianas, se dá na valorização exagerada das funções políticas da profissão levando-a em um terreno de militantismo político. Ou seja, limitando a função do Intelectual a condição de militante político somente nos espaços do partido, como critério único para pensar a relação orgânica intelectual/massa.

A partir do conjunto de autores analisados podemos sinalizar, três pontos principais para o encaminhamento das considerações finais. O primeiro ponto se refere a inexistência de consenso entre os autores sobre a relação entre o Intelectual Orgânico e o Serviço Social. Pode-se indicar essa afirmação na medida em que todos os autores partem de pontos de partida diferentes para realizar essa relação. Alguns partem da crítica ao militantismo, outros do trabalho profissional, e outros da dimensão política da profissão. Portanto, não existe uma forma única de abordagem, mas diferentes



formas de se colocar a relação Intelectual Orgânico e o Serviço Social que marcaram a produção do conhecimento, particularmente na década de 1980 a até início dos anos 2000.

O segundo ponto indica que tratar da relação do Serviço Social com a categoria Intelectual Orgânico exige tratar do universo de categorias gramscianas presentes na sua análise. Essas categorias são fundamentais para a apreensão da realidade, pois atualizam o Estado em seu sentido ampliado, expandem as formas de domínio da sociedade política para a sociedade civil e estabelecem uma relação de hegemonia presente na configuração e na manutenção da sociedade moderna, lugar concreto e objetivo das relações sociais em que está inserido o Serviço Social. Tratar do Intelectual Orgânico e o Serviço Social é também tratar do conjunto de categorias que indicam e auxiliam na compreensão do contexto em que a própria profissão se circunscreve, condição esta também essencial para uma historização teórico-metodológica das relações de nosso tempo.

O terceiro ponto é aquele que tem como objetivo não responder propriamente a problemática de pesquisa em questão, mas extrair novas determinações, negação da negação, que podem indicar caminhos para suas considerações. É neste sentido que diante do objeto apresentado, estamos sinalizando: antes de ser um intelectual, quais as fronteiras (e não fronteiras) que se estabelecem entre a dimensão profissional e a dimensão política? Como o Serviço Social vem historicamente contribuindo para fazer avançar as lutas da classe trabalhadora? Gramsci traz elementos fundamentais que auxiliam na realização dessa reflexão?

Embora não se possa afirmar respostas definitivas para estas questões, podemos dizer: Gramsci contribui decisivamente para compreender a dimensão material e espiritual para a manutenção e legitimação do poder da sociedade atual. O Serviço Social enquanto profissão atua diretamente como reproduzidor dessas condições de manutenção, mas também de possibilidades de superação. É por esse motivo que a categoria Intelectual é pertinente a análise e aprofundamento junto ao Serviço Social e a sua produção do conhecimento.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.
- BARDIN, Laurenci. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições, 2011.
- BIANCHI, Alvaro. **As edições dos Cadernos do Cárcere de Antonio Gramsci**. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=uZL\\_d7UaD6w](https://www.youtube.com/watch?v=uZL_d7UaD6w)>. Acesso em: 18 jul. 2017.
- CARDOSO, Franci Gomes. **Organização das classes subalternas: um desafio para o Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.
- CARVALHO, Alba Maria Pinho de. **A Questão da Transformação e o Trabalho Social: uma análise gramsciana** 2.ed. São Paulo: Cortez, 1986. (1ª ed. 1983).
- CFESS. **Projeto Ético-Político do Serviço Social: 30 anos de luta em defesa da humanidade**. São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/congresso.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2010.
- \_\_\_\_\_. **Serviço Social, Memórias e Resistência contra a Ditadura**. Brasília, 2017. Disponível em: <[www.cfess.org.br/arquivos/Livro-MemoriaseRedistenciasContraDitadura.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/Livro-MemoriaseRedistenciasContraDitadura.pdf)>. Acesso em: 05, dez, 2019.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. São Paulo: Cortez, 1994.
- DEL ROIO, Marcos. **Gramsci e a emancipação do subalterno**. São Paulo: Editora UNESP, 2018.
- \_\_\_\_\_. Marcos. Gramsci contra o Ocidente. In: *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. AGGIO, Alberto (Org.) São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p. 102-118.
- DIAS, Edmundo. **Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia**. São Paulo: Xamã, 2000.
- DURIGUETTO, Maria Lúcia. A questão dos intelectuais em Gramsci. In: **Serviço Social e Sociedade**. N.118. São Paulo: Cortez, 2014.
- FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber Profissional e Poder Institucional**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 1997. (1ª ed. 1985).
- FIORI, Giuseppe. **A vida de Antonio Gramsci**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GALASTRI, Leandro. **Gramsci, Marxismo e Revisionismo**. Campinas: Autores Associados, 2015.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 2. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henrique e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Volume 3. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henrique e Marco Aurélio Nogueira. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1994.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. 36.ed. São Paulo: Cortez, 2012. (1ª ed. 1982).

LAJOLO, Laurana. **Gramsci: uma vida**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dicionário Gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017.

LOLE, Ana; GOMES, Victor Leandro Chaves; DEL ROIO, Marcos. **Gramsci e a Revolução Russa**. Rio de Janeiro: Mórula, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em Saúde**. São Paulo: HUCITEC-ABRASCO, 1999.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2000.

NERES, Geraldo Magella. **Gramsci e o “moderno príncipe”**: a teoria do partido nos cadernos do cárcere. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA,, Ana Elizabete; BRAVO, Maria Inês de Souza; et al. **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. José Paulo. Cinco notas a propósito da ”questão social”. In: **Temporalis – Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS**. n. 3. ano II. Brasília: ABEPSS, 2001.

\_\_\_\_\_. José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós – 64**. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós – 64**. 16. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. José Paulo. O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. n. 84. ano XXVI. São Paulo: Cortez, 2005.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o Bloco Histórico**. Tradução de Angelina Peralva. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

SEVERINO, Antonio Joaquim Severino. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira da. **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SIMIONATTO, Ivete. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. In: **Revista Katálysis**. V. 12. N. 1. Florianópolis: UFSC, 2009.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2011. (1ª. ed. 1995).

YASBEK, M; MARTINELLI, M; RAICHELIS, R. O Serviço Social brasileiro em movimento: fortalecendo a profissão na defesa de direitos. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. N. 95. ano XXIX. São Paulo: Cortez, 2008.